

XIII Encontro de Economia Catarinense

Transformações no mundo do trabalho



09 e 10
MAIO

Local: UNESC
Av. Universitária, 1105,
Bairro: Universitário
Cidade: Criciúma - SC

CADERNO DE RESUMOS

SUMÁRIO

Caderno de Resumos XIII Encontro de Economia Catarinense

1 - Desenvolvimento e sustentabilidade sócio	22
2 - Gestão e economia do setor público	27
3 - Demografia, espaço e mercado de trabalho	32
4 - História econômica e social	45
5 - Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação	53
6 - Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas.....	61
7 - Desenvolvimento regional e urbano	73
8 - Desenvolvimento rural e agricultura familiar.....	94
9 - Economia e política internacional	114
10 - Temas Especiais.....	122

PROGRAMAÇÃO GERAL
XIII ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

DIA 09 DE MAIO – QUINTA FEIRA

Credenciamento: Início às 11h – Bloco I - Sala 1

Sessão Temática I - Mesas de 1 a 5 - Horário: 14h às 16h

Intervalo: 16h às 16h30min (CAFÉ)

Sessão Temática II - Mesas 6 a 10 - Horário: 16h30 min. às 18h30min

Intervalo: 18h30min. às 19h (CAFÉ – Auditório Ruy Hulse)

Lançamento da obra “Características Econômicas e Sociais de Santa Catarina no Limiar do Século XXI” – Organizadores: Silvio F. Cário, José Antonio Nicolau, Luiz Carlos de Carvalho Jr. E Norton Flores Bropé

Horário: 19h

Mesa Redonda I

Abertura e Conferência do XIII Encontro de Economia Catarinense

Horário: 19h30min

Local: Auditório Ruy Hulse

Tema: Transformações no Mundo do Trabalho Expositor: Dr. José Dari Krein
- UNICAMP Coordenação: Dr. Alcides Goularti Filho – APEC

DIA 10 DE MAIO – SEXTA FEIRA

Assembleia Geral da Apec Horário: 8h30min às 9h30min Local: Bloco P – Sala 19 Intervalo: 9h30min às 10h (CAFÉ)

Lançamento da nova edição da Revista Catarinense de Economia

Mesa Redonda II Conferência Estadual Horário: 10h às 12h

Local: Bloco P – Sala 19

Tema: Transformações no Mundo Trabalho – Santa Catarina Expositor: Dr. José Alvaro de Lima Cardoso - DIEESE - SC Coordenação: Me. Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt - APEC Intervalo para almoço: 12h às 14:00h

Sessão Temática III – Mesas 11 a 15

Horário: 14h às 16h

Intervalo: 16h às 16h30min (CAFÉ) Sessão Temática IV - Mesas 16 a 20

Horário: 16h30min às 18h30min Intervalo: 18h30min às 19h

Mesa Redonda III Conferência de Encerramento

Horário: 19h às 20h30min

Tema: Transformações no Mundo Trabalho – Criciúma

Expositores:

Me. Thiago Fabris – UNESC

Dr. João Henrique Zanelatto – UNESC Coordenação: Me. Débora de Almeida – APEC

Apresentação de trabalhos - 09/05 (quinta-feira) Sessão Temática I - Mesas 1 a 5

Horário: 14h às 16h

Mesa 1 – Caio Prado Júnior

Comentarista: Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt – UFPR

1. IMPACTOS DA MUDANÇA DEMOGRÁFICA NA TAXA DE CRESCIMENTO DA RENDA PER CAPITA NA REGIÃO SUL DO BRASIL ENTRE 1991 E 2010

Marianne Zwilling Stampe – UDESC; Fernando Pozzobon – UDESC; Thais Waideman Niquito - UFSC

2. **PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA RETOMADA HISTÓRICA E UM ALERTA SOCIAL**
Hellen Alves Sá – UFPR; Pablo Augusto Tallini – UFPR; Társia Louane Batista da Silva;
Fabiano Abranches Silva Dalto – UFPR

3. **ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE TORRES/RS**
Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt – UFPR; Gabriela Colombo – ULBRA; Fabiano Abranches Silva Dalto – UFPR.

4. **IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE INDICADORES DE DESIGUALDADE E POBREZA**
Thais Waideman Niquito – UFSC; Marianne Zwilling Stampe - UDESC

5. **VULNERABILIDADE SOCIAL EM SANTA CATARINA: AVALIAÇÃO DE INDICADORES SELECIONADOS NOS NÍVEIS ESTADUAL, MACRORREGIONAL E MUNICIPAL**
Silvio Antonio Ferraz Cario – UFSC; Paloma Mariucci; Henrique Pereira Campos – UFSC; Bruna Paisano - UFSC

Mesa 2 – Sala: Jesiel Marco Gomes

Comentarista: Ney Kassiano Ramos - UNIPLAC

1. **QUANTO TEMOS DE TRABALHO STEM EM SC?** Carolina Custodio; Patricia Bonini – UDESC; Fernanda da Silva

2. **COMPETITIVIDADE DE EMPRESAS AGROINDUSTRIAIS DOS MUNICÍPIOS PANAMBI E CONDOR-RS**
Elisangela Gelatti – UFSM; Maiara Thaís Tolfo Gabbi; Angélica Cristina Rhoden; Nilson Luiz Costa – UFSM; Daniel Arruda Coronel

3. **INSTITUIÇÕES E O SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO BRASILEIRO**
Luana Rigo – UFSM; Wallace Lobato Siqueira; Andrey Luis dos Santos Robinson - UFSM

4. **RELAÇÃO ENTRE GESTÃO DO CONHECIMENTO E TECNOLOGIA DA**

INFORMAÇÃO

Ney Kassiano Ramos; Cristina Keiko Yamaguchi – UNIPLAC; Ubirajara Maciel da Costa - UDESC

5. TECNOLOGIA NO CONTEXTO DA CIÊNCIA, ECONOMIA E TECNOLOGIAS SOCIAIS

Roni Francisco Pichetti – FURB; Paulo Roberto de Freitas Junior - FURB

Mesa 3 – Sala: Maria da Conceição Tavares

Comentarista: Liara Darabas Ronçani - UNESC

1. O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA CATARINENSE (PRODEC) É UMA BOA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO?

Fábio Pádua dos Santos

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL: UM ESBOÇO PARA O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Luiz Carlos de Carvalho Júnior – UFSC; Márcio Luiz Junckes Junior

3. SISTEMA DA DÍVIDA PÚBLICA E DEPENDÊNCIA DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA UNIÃO: O CASO OS MUNICÍPIOS DE PEQUENO MÉDIO PORTE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (2010-2017)

Valdir Alvim da Silva – UFSC; Mailon José Espindola

4. MICRORREGIÃO DE TUBARÃO: CENÁRIO E TENDÊNCIAS ECONÔMICAS RECENTES

Vicente Loeblein Heinen

Mesa 4 – Sala: Paul Singer

Comentarista: Miguelangelo Gianezini - UNESC

1. CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA NA AGROPECUÁRIA CATARINENSE ENTRE OS ANOS DE 1996 E 2016

Arlei Luiz Fachinello; Matheus Setubal Milverstet

2. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DOS CRÉDITOS DO PROGRAMA

NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA NOS ANOS DE
2000 A 2015

Cristian Rafael Pelizza – UNOCHAPECÓ; Cristiano Spier - UNOCHAPECÓ

3. POLÍTICA PÚBLICA PRONAF: A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO PARA
A AGRICULTURA FAMILIAR DE ATALANTA (SC) NO PERÍODO DE
2012-2018

Igor Danielski; Anielle Gonçalves – UNIDAVI; Tatiane Ap Viegas Vargas -
FURB

4. CAPACIDADES DE TRABALHO E RECURSOS ASSOCIADOS À
RENDA DE AGRICULTORES DO SUL DO BRASIL

Luis Augusto Araújo – ESPAGRI/CEPA; Marcelo Alexandre de Sá -
EPAGRI/CEPA; Marcia Mondardo - EPAGRI

5. GESTÃO DE CUSTOS NA RIZICULTURA: UM COMPARATIVO ENTRE
O CULTIVO NOS SISTEMAS CONVENCIONAL E PRÉ- GERMINADO

Manoel Vilsoni Menegali – UNESC; Valdemar Mota Da Boit; Ana Paula da
Silva Santos – UNESC.

Mesa 5 - Sala: Milton Santos (RESUMOS)

Comentarista: Ivoneti da Silva Ramos - UDESC

1. DELEGACIAS DE ATENDIMENTO À MULHER EM SANTA
CATARINA: DESAFIOS ESTRUTURAIS E SOCIOECONÔMICOS EM
CURSO

Leandro da Rosa – UNESC; Giovana Ilka Jacinto Salvaro – UNESC; Ismael
Gonçalves Alves - UNESC

2. A CRIAÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO POR UMA
COMPANHIA DE UM CLUSTER TÊXTIL: ESTUDO DE CASO DA
COOPERATIVA DE CRÉDITO VIACREDI E A COMPANHIA HERING

Henrique Azevêdo Carvalho – FURB; Mohamed Amal – FURB; Marianne Hoeltgebaum - FURB

3. AVALIAÇÃO FINANCEIRA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO VINCULADAS AO SISTEMA AILOS ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2017

Henrique Azevêdo Carvalho – FURB; Siliane Ferrari Voltolini - FURB; Adriana Kroenke - FURB

4. INFLUÊNCIA DA DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA NO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES

Carlos Eduardo da Costa – UDESC; Ivoneti da Silva Ramos - UDESC

5. A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO DESENVOLVIMENTO RURAL: CASO ILUSTRATIVO DA COOPERATIVA DE MULHERES AGRICULTORAS E ARTESÃS DE SÃO LUDGERO/SC

Suzane Grimm – UNESC; Dimas de Oliveira Estevam - UNESC

6. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO CAMPO E DA FLORESTA

Giovana Ilka Jacinto Salvaro – UNESC; Leandro Da Rosa – UNESC; Ismael Gonçalves Alves – UNESC.

7. A VOZ FEMININA DO CARIBE NO DEBATE SOBRE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

Emily Camila Batschauer - FURB

Sessão Temática II - Mesas 6 a 10 Horário: 16h30 min. às 18h30min

Mesa 6 – Sala: Caio Prado Júnior

Comentarista: Cássia Heloisa Ternus – UNOCHAPECÓ

1. CORRUPÇÃO E INSTITUIÇÕES: UMA ABORDAGEM COM MODELOS DE FRONTEIRA DE PRODUÇÃO ESTOCÁSTICA Fernando Pozzobon – UDESC; Vinícius Melquíades de Sousa; Ana Paula Menezes Pereira – UDESC
2. CORRUPÇÃO GOVERNAMENTAL: ANÁLISE SOBRE OS ESTADOS BRASILEIROS E OS EFEITOS SOBRE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS
Maurício Canton – UNOCHAPECÓ; Ibrahim Darwiche – UNOCHAPECÓ; Cássia Heloisa Ternus – UNOCHAPECÓ; Cristian Rafael Pelizza - UNOCHAPECÓ
3. A CRIMINALIDADE RECENTE EM DESARMONIA COM A SANTA E “BELA” CATARINA
Pablo Felipe Bittencourt - UFSC
4. ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS PRUDENCIAIS, DISCIPLINARES E PUNITIVOS APLICADOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2008 a 2017
Carolina Just Bacha – UFSC; Helberte João França Almeida - UFSC
5. FINANÇAS COMPORTAMENTAIS: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO HUMANO SOB PERSPECTIVAS DE RISCO Leonardo de Paula – UNOCHAPECÓ; Karine Lúcia Foppa – UNOCHAPECÓ; Samara Carla Dellazzari – UNOCHAPECÓ; Cássia Heloisa Ternus – UNOCHAPECÓ

Mesa 7 – Sala: Jesiel Marco Gomes

Comentarista: Silvio Antônio Ferraz Cario – UFSC

1. EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA: UMA AVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO ESTADUAL E MACRORREGIONAL
Silvio Antônio Ferraz Cario – UFSC; Michele Dreger Vasconcelos Silva - UFSC; Aghata K. R. Gonsalves

2. EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO
Mônica Marcon; Gabriela de Moraes Pimentel; Angélica Massuquetti - UNISSINOS

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIO EM SANTA CATARINA: A UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE NO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA (2005-2015)
Tháise Arnold Policarpo - UNESC; Alcides Goularti Filho - UNESC

4. AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ
Yan Henrique Silveira Gomes – UNIDAVI; Tatiane Ap Viega Vargas – FURB; Marcia Fuchter - UNIDAVI

5. A PRESENÇA DA JUSTIÇA DISTRIBUTIVA NO BRASIL POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOECONÔMICAS: O PRONATEC
Cláudia Bauer Gonçalves – UNESC; Angélica Pereira Possamai; Yduan de Oliveira May - UNESC

Mesa 8 - Sala: Maria da Conceição Tavares

Comentarista: Debora Aparecida Almeida - UNC

1. A CONTRIBUIÇÃO CATARINENSE PARA REDUÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA: LEI DO BIOGÁS
Francisco Gelinski Neto – UFSC; Carmen R. O. G. Gelinski – UFSC; Eduardo Gelinski Junior

2. A PROPOSTA DO VPL E DA TIR SOCIOAMBIENTAL PARA ANÁLISE DE PROJETOS ECONÔMICOS COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
Lisandro Fin Nishi - UFSC
3. CONSUMO COLABORATIVO E VALORES PESSOAIS: A PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR DE FLORIANÓPOLIS (SANTA CATARINA)
Márcio Gasperini Gomes – UFSC; Luiz Carlos de Carvalho Júnior - UFSC
4. ECOLÓGICOS, CONSCIENTES OU CONTROLADOS? COMPREENSÃO E PRÁTICAS DO CONSUMIDOR
Josielle Alves Veloso; Ana Paula Della Giustina – UNC; Debora Aparecida Almeida - UNC
5. O SETOR DE ÁGUA E ESGOTO EM SANTA CATARINA: FINANCIAMENTO VIA BANCOS E INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO
Amanda Fernandez de Moraes – UFSC; Fernando Seabra – UFSC; Martina Matte Bauer

Mesa 9 – Sala: Paul Singer

Comentarista: Ludmila Culpi - UFPR

1. O REORDENAMENTO DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO BRUTO: UMA ANÁLISE COM DADOS EM PAINEL PARA OS DEZ MAIORES PAÍSES PRODUTORES
Max Cardoso de Resende – UFSC; Evandro Castro Pedro - UFSC
2. ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES DE ÓLEO ESSENCIAL E CACAU DO HAITI: UMA ANÁLISE EMPÍRICA
Marcelo Schwalm Bender – UFSM; Johannes Schwertner; Jean Ednis Adonis; Felipe Montini
Daniel Arruda Coronel

3. COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNE SUÍNA (1999-2017)
Elisangela Gelatti – UFSM; Leticia Favaretto; Juliana Favaretto; Daniel Arruda Coronel
4. O PESO DO IMIGRANTE MERCOSULINO NO FLUXO MIGRATÓRIO BRASILEIRO (2000-2018)
Ludmila Culpi - UFPR
5. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E ARGENTINA NO MERCOSUL: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA TEORIA DOS JOGOS
Evandro Castro Pedro - UFSC; Max Cardoso de Resend – UFSC

Mesa 10 – Sala: Milton Santos (RESUMOS)

Comentarista: Valmor Schiochet - FURB

1. O PROGRID COMO INSTRUMENTO DE DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: UM ESTUDO DE CASO DA VIACREDI ENTRE OS ANOS DE 2016 E 2017
Henrique Azevêdo Carvalho – FURB; Maria José Carvalho de Souza Domingues - FURB
2. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E AS EXPERIÊNCIAS EM CRICIÚMA E TUBARÃO/SC
Miguel Mário Napoli - UNESC
3. DESMONTE TRABALHISTA: UMA ANÁLISE NO MERCADO DE TRABALHO E DOS PRIMEIROS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NO CONTEXTO RECESSIVO (2015-2018)
Ana Paula Fregnani Colombi – UNICAMP; José Dari Krein
4. TECNOLOGIA EMPREGO E HABILIDADES: REFLEXÃO QUANTO AS ORIENTAÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO DO TRABALHO DIGITAL CENTRADA NO INDIVÍDUO
Erico Souza Costa – UNESC; Melissa Watanabe - UNESC

5. SHARING ECONOMY: ESTIMANDO OS EFEITOS DA INTRODUÇÃO DAS PLATAFORMAS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL SOBRE A RENDA DOS MOTORISTAS DE TÁXI Erico Souza Costa – UNESC; Melissa Watanabe - UNESC
6. COOPERATIVISMO E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE BLUMENAU/SC. O CASO DA CIA. HERING Valmor Schiochet - FURB
7. COOPERAÇÃO SUL-SUL: O CASO DE BRASIL E ANGOLA Max Richard Coelho Verginio – UNESC; Domingos Joaquim Francisco – UNESC; Dimas de Oliveira Estevam – UNESC.

**Apresentação de trabalhos - 10/05 (sexta-feira) Sessão Temática III -
Mesas de 11 a 15
Horário: 14h às 16h**

Mesa 11 – Sala: Caio Prado Júnior

Comentarista: Daniel Rodrigo Strelow – UNIDAVI

1. A INDÚSTRIA AERONÁUTICA BRASILEIRA: DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL Andrey Luis dos Santos Robinson – UFSM; Felipe Montini; Daniel Arruda Coronel
2. A INSERÇÃO DA INDÚSTRIA CATARINENSE NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR: O CASO DA EMPRESA TUPY S.A. Henrique Pereira Campos – UFSC; Silvio Antonio Ferraz Cario - UFSC
3. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO EM SANTA CATARINA: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E INDÍCIOS SOBRE O COMEÇO DO SÉCULO XXI Hoyêdo Nunes Lins - UFSC

4. GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO: O SETOR LÁCTEO NO VALE DO TAQUARI (RS)

Janaína Führ - UFSC; Hoyêdo Nunes Lins - UFSC

5. IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA IMPLANTAÇÃO DA VOTORANTIM CIMENTOS S/A NO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE 2002 ATÉ OS PERÍODOS RECENTES

Pâmela Leandro – UNIDAVI; Daniel Rodrigo Strelow – UNIDAVI; Anielle Gonçalves - UNIDAVI

Mesa 12– Sala: Jesiel Marco Gomes

Comentarista: Gueibi Peres Souza - UFSC

1. PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E QUESTÃO REGIONAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE CAIO PRADO JÚNIOR, CELSO FURTADO E MILTON SANTOS

Tatiane Thais Lasta - FURB; Ivo Marcos Theis - FURB; Daniel Rodrigo Strelow - UNIDAVI

2. PLANEJAMENTO REGIONAL NO BRASIL

Wellington Adriano - FURB; Daniel Augusto Wandrey - FURB; Ivo Marcos Theis - FURB

3. NEUROECONOMIA: PERSPECTIVA HISTÓRICA, PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E INTERPRETAÇÕES PARA A TEORIA ECONÔMICA

Max Cardoso de Resende – UFSC; Dinorá Baldo de Faveri - UDESC

4. ATIVIDADE ECONÔMICA EM SANTA CATARINA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E O DESAFIO DA RETOMADA DO PADRÃO DE CRESCIMENTO NO CURTO PRAZO

Gueibi Peres Souza - UFSC

5. CRESCIMENTO E DESIGUALDADES ESPACIAIS: ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO NAS MESORREGIÕES DE SANTA CATARINA

Gabriel Pereira Campos - UFSC

Mesa 13 - Sala: Maria da Conceição Tavares

Comentarista: José Antônio Fernandes - USP

1. A CELESC NA ELETRIFICAÇÃO DE SANTA CATARINA Fábio Farias de Moraes - USP
2. CORTANDO O OESTE CATARINENSE: ABRINDO CAMINHOS ENTRE PALMAS E MISSÕES NUM TERRITÓRIO EM DISPUTA Alcides Goulart Filho - UNESC
3. BREVE PANORAMA SOBRE O INSTITUTO NACIONAL DO MATE, UM GIGANTE CADA VEZ MAIS INOFENSIVO (1938-1967) José Antônio Fernandes - USP
4. FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DE SANTA CATARINA E POBREZA MULTIDIMENSIONAL NOS ANOS DE 2000 A 2010: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO
Mayara da Mata Moraes – UFSC; Solange Regina Marin - UFSC
5. ESTADO E INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA: UMA ANÁLISE COMPARADA DO CASO BRASILEIRO E MEXICANO ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E MEADOS DO SÉCULO XX
Luiz Claudio de Freitas

Mesa 14 – Sala: Paul Singer

Comentarista: Lauro Francisco Mattei – UFSC

1. EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS VÍNCULOS FORMAIS DE TRABALHO NAS MESORREGIÕES DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2017
Lauro Francisco Mattei – UFSC; Vicente Loeblein Heinen – UFSC; Mateus Victor Fronza; UFSC; mateusfronza@hotmail.com
2. COMPORTAMENTO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2017
Lauro Francisco Mattei – UFSC; Vicente Loeblein Heinen - UFSC
3. TURISMO E MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL NAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO (ACTs) DA CIDADE DE POMERODE/SC
Michele Romanello – UFSC; Caroline Gramkow
4. DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA: UMA ANÁLISE DE SUA DURAÇÃO ENTRE 2003 E 2013
Bruno Wroblevski – UEM; Marina Silva da Cunha - UEM
5. DIFERENCIAIS COMPENSATÓRIOS DE SALÁRIO E O PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE POR RUÍDO NO BRASIL
Paulo Henrique Adib Dantas Salim; Marco Antonio Jorge - UFS
6. OS DESAFIOS PARA A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA: UMA PERSPECTIVA PARA AS CARREIRAS TRADICIONALMENTE INDUSTRIAIS
Carolina Custodio; Edilene Cavalcanti dos Anjos - UFSC

Mesa 15 – Sala: Milton Santos (RESUMOS)

Comentarista: Rogério Goulart Junior – EPAGRI/CEPA

1. A PRODUÇÃO DA BANANICULTURA CATARINENSE - SAFRA 2017/18
Rogério Goulart Junior – EPAGRI/CEPA; Janice Maria Waintuch Reiter - EPAGRI

2. A PRODUÇÃO DA VITICULTURA CATARINENSE - SAFRA 2017/18
Rogério Goulart Junior – EPAGRI/CEPA; Janice Maria Waituch Reiter - EPAGRI
3. A PRODUÇÃO DE MAÇÃ CATARINENSE - SAFRA 2017/18 Rogério Goulart Junior – EPAGRI/CEPA; Janice Maria Waituch Reiter - EPAGRI
4. ANÁLISE DO CUSTO DA PRODUÇÃO DE FEIJÃO TIPO ORGÂNICO E CONVENCIONAL PRODUZIDO EM UMA PROPRIEDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR
Camila da Silva Bauer – UNESC; Manoel Vilsoni Menegali – UNESC; Andreia Cittadin – UNESC; Ana Paula da Silva - UNESC
5. ASSOCIAÇÃO ENTRE RISCO E RENDA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO SUL DO BRASIL: A TEORIA DOS LUCROS DE KNIGHT
Luis Augusto Araújo – EPAGRI/CEPA
6. DETERMINANTES DA LUCRATIVIDADE DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO SUL DO BRASIL: VISÃO BASEADA EM RECURSOS
Luis Augusto Araújo – EPAGRI/CEPA
7. PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF: UMA ARTICULAÇÃO COM CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR
Manoel Vilsoni Menegali – UNESC; Anderson Correa Benfatto - UNESC; Andreia Cittadin – UNESC

Apresentação de trabalhos - 10/05 (sexta-feira) Sessão Temática IV - Mesas 16 a 20

Horário: 16h30min às 18h30min Mesa 16 – Sala: Caio Prado Júnior

Comentarista: Aureo Leandro Haag – UNOCHAPECÓ

1. O COMPORTAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO
Bruna Furlanetto – UNOCHAPECÓ; Everton Gabriel Bortoletti – UNOCHAPECÓ; Aureo Leandro Haag – UNOCHAPECÓ; Francieli Boito – UNOCHAPECÓ; Myriam Aldana Vargas Santin – UNOCHAPECÓ.
2. AGLOMERAÇÕES, RECESSÃO E CRESCIMENTO DO EMPREGO: UMA ANÁLISE PARA OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS
Cristian Rafael Pelizza – UNOCHAPECÓ; Sabino da Silva Pôrto Junior - UFRGS
3. ATIVIDADE ECONÔMICA EM SANTA CATARINA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E O DESAFIO DA RETOMADA DO PADRÃO DE CRESCIMENTO NO CURTO PRAZO
Gueibi Peres Souza - UFSC
4. CRESCIMENTO E DESIGUALDADES ESPACIAIS: ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO NAS MESORREGIÕES DE SANTA CATARINA
Gabriel Pereira Campos - UFSC
5. INCURSÃO NO TEMA DAS RELAÇÕES CIDADE-PORTO: AUSCULTANDO PARANAGUÁ (PR)
Hoyêdo Nunes Lins – UFSC; Lucas Chaves Miquilini

Mesa 17– Sala: Jesiel Marco Gomes Comentarista:

Dimas de Oliveira Estevam – UNESC

1. CONSTRUÇÃO DE UM INDICADOR SÍNTESE PARA O ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DO PRODUTO AGROPECUÁRIO DE SANTA CATARINA
Arlei Luiz Fachinello

2. A CEBOLICULTURA NO ALTO VALE DO ITAJAÍ: ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITUPORANGA – SC (2004 – 2017)
Kleidene Neuber - UNIDAVI; Tatiane Ap Viegas Vargas – FURB; Tainara Schröder - UNIDAVI

3. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE ABACAXI NO BRASIL COM ÊNFASE NA PARAÍBA NO PERÍODO DE 2003 a 2017 Adeilson Elias de Souza – UFSM; Magno Vamberto Batista da Silva; Paulo Ricardo Feistel

4. COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS: REVISÃO A BASE DE DADOS DE DISSERTAÇÕES E TESES DA CAPES
Mônica da Rosa Mendonça – UNESC; Dimas de Oliveira Estevam – UNESC; Max Richard Coelho Verginio - UNESC

5. EVOLUÇÃO DO ABATE DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA (2013/2018): ENTRE A CONSOLIDAÇÃO E A CONCENTRAÇÃO AGROINDUSTRIAL
Alexandre Luis Giehl; Marcia Mondardo

6. PRODUÇÃO DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DA REGIONALIZAÇÃO DOS ABATES (2013-2018)
Alexandre Luis Giehl; Marcia Mondardo

Mesa 18 - Sala: Maria da Conceição Tavares

Comentarista: Cristina Keiko Yamaguchi - UNIPLAC

1. PROCESSO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES QUE ATUAM EM CARGOS POLÍTICO-ELETIVOS NO SUL DE SANTA CATARINA Priscila Machado Zanela ; Gisele Silveira Coelho Lopes – UNESC; Cristina Keiko Yamaguchi - UNIPLAC

2. A EMPREGABILIDADE NO SETOR CONTÁBIL E A QUESTÃO DE GÊNERO EM SANTA CATARINA
Debora Aparecida Almeida – UNC; Mariana Kuster

3. DIMENSÕES DE EMPODERAMENTO DE MULHERES MÉDICAS DA SERRA CATARINENSE

Talita Granemann Mello; Cristina Keiko Yamaguchi – UNIPLAC; Stéfano Frizzo Stefenon - UNIPLAC

4. EMPREENDEDORISMO FEMININO: CARACTERÍSTICAS DAS GESTORAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA DE SANTA CATARINA

Márcia Tibes de Moraes; Ana Paula Della Giustina – UNC; Debora Aparecida Almeida - UNC

Mesa 19 – Sala: Paul Singer

Comentarista: Marcos Juvêncio de Moraes - IFC

1. A FISCALIZAÇÃO DO ENSINO E O TRABALHO DO PROFESSORADO: UMA COMPARAÇÃO DOS DEVERES DO TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO NAS REFORMAS DO ENSINO DA OLIGARQUIA RAMOS EM SANTA CATARINA

Marcos Juvêncio de Moraes - IFC

2. AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO PERÍODO DA SEGUNDA REPÚBLICA (1930 - 1945), REPRESENTADAS NOS LIVROS DIDÁTICOS ATUAIS

Rayane Layra de Souza – UNESC; João Henrique Zanelatto - UNESC

3. UM ESTUDO COMPARATIVO DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO ENTRE SANTA CATARINA, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL (1945-1964)

Liara Darabas Ronçani - UNESC

4. TRAJETÓRIA RECENTE DA ECONOMIA ARGENTINA: DO NEOLIBERALISMO AO DESENVOLVIMENTISMO

André Alves dos Santos - UNESC

Mesa 20 – Sala: Milton Santos (RESUMOS)

Comentarista: Caroline da Graça Jacques – UNESC

1. METAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Caroline da Graça Jacques – UNESC; Jaqueline da Cunha Souveral – UNESC; Eduarda Silva Venerio - UNESC

2. OBSERVATÓRIO MIRIM: UM PROJETO DE EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E POLÍTICA

João Vitor Fratoni – UNESC; Camila Bueno

3. O ESTADO BRASILEIRO DESDE A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: ANÁLISE DA POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRÁS A PARTIR DE OUTUBRO DE 2016

Emanuela Gava Caciatori - UNESC

4. PUBLICAÇÕES RECENTES SOBRE UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: REVISÃO DO TRIÊNIO 2015- 2018 A PARTIR DE UMA BASE DE DADOS

Anderson Correa Benfatto – UNESC; Miguelangelo Gianezini - UNESC

5. GOVERNANÇA NAS UNIVERSIDADES: CENÁRIO DAS PUBLICAÇÕES NACIONAIS

Anderson Correa Benfatto - UNESC

6. ENSAIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ENTRADAS INICIAIS NO ESTUDO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

Gabriel Crozetta Mazon - UNESC

7. O IMPACTO DA SAZONALIDADE NO PLANEJAMENTO FINANCEIRO DE UMA MICROEMPRESA ALIMENTÍCIA DO LITORAL SUL CATARINENSE NOS ANOS DE 2012 A 2018

Luiz Eduardo Pereira - UNESC

Área Temática:
Desenvolvimento
e sustentabilidade
sócio ambiental

A CONTRIBUIÇÃO CATARINENSE PARA REDUÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA: LEI DO BIOGÁS

Francisco Gelinski Neto, UFSC, f.gelinski@ufsc.br
Carmen R.O.G. Gelinski, UFSC, carmen.gelinski@ufsc.br
Eduardo Gelinski Junior, gelinskieduardo@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento e sustentabilidade sócio ambiental

Os eventos climáticos extremos têm aparecido com maior frequência no mundo e muitos cientistas que acreditam no aquecimento global o atribuem ao aumento de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e afirmam que os eventos extremos são a face cruel do aquecimento global. Entre os GEE mais prejudiciais está o dióxido de carbono originário principalmente das atividades humanas ligadas à produção industrial, produção agrícola, urbanização e queima de hidrocarbonetos. Tendo como pano de fundo a nova Lei do Biogás em Santa Catarina, este trabalho trata principalmente de uma das fontes de GEE na agropecuária, os efluentes gerados na criação de suínos. Essa lei, aprovada em meados de 2018, promete estimular novamente o tratamento anaeróbico de resíduos rurais e urbanos (biomassa) em Santa Catarina. O objetivo deste trabalho é analisar como está atualmente a utilização de biodigestores em três municípios de Santa Catarina e se o recente marco legal sobre produção e utilização do biogás no estado já está surtindo efeitos sobre os produtores de suínos em Concórdia, Seara e Braço do Norte, municípios com grande produção de suínos. Especificamente o trabalho visa: i) verificar se a política de estímulo ao biogás já está sendo implementado no caso da suinocultura; ii) verificar nas principais regiões de produção de suínos (Concórdia, Seara e Braço do Norte) se há novos projetos para utilização de biodigestores; iii) verificar junto à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina se já existe programa específico para fomento na produção e uso do biogás da suinocultura. Embora seja relativamente cedo para conclusões não se verificou política de estímulo explícita por programa para aumento na implantação de uso de biodigestores e produção de biogás nos municípios avaliados. Não existem novos projetos de biodigestores para resíduos da suinocultura de pequenos e médios produtores. Não se verificou entre os agentes financeiros averiguados nenhum novo projeto de financiamento desde a aprovação da lei. A experiência internacional aponta para necessidade de subsídio aos produtores de biogás, como foi verificado sobre a Alemanha e também na Itália. Aparentemente no caso de grandes produtores a produção de energia a partir de biogás poderia ser autossustentável. A lei do biogás deverá facilitar entre outros a relação comercial dos produtores de biogás e os potenciais consumidores de gás ou de energia gerada.

Palavras-Chave: biogás; Lei do biogás; biodigestores.

A PROPOSTA DO VPL E DA TIR SOCIOAMBIENTAL PARA ANÁLISE DE PROJETOS ECONÔMICOS COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Lisandro Fin Nishi, UFSC, lisandro@periciaeconomica.com

Área Temática: Desenvolvimento e sustentabilidade sócio ambiental

Um projeto econômico é considerado viável quando, ao se efetuar uma análise de investimento, seu Valor Presente Líquido (VPL) é maior que zero, ou quando sua Taxa Interna de Retorno (TIR) supera a Taxa Mínima de Atratividade (TMA). Neste caso, existe a possibilidade de se efetuar investimentos socioambientais sem inviabilizar economicamente o projeto, usando recursos financeiros para investimentos socioambientais até que o VPL se iguale a zero, ou de forma a igualar a TIR à TMA. Todavia, tais técnicas não são comumente utilizadas em projetos sem finalidade lucrativa, ou seja, em projetos sociais e ambientais, uma vez que a análise de investimentos via VPL e TIR baseiam-se em fluxos financeiros, cujo objetivo final é obter viabilidade econômica. Este trabalho tem como objetivo comprovar que é possível conciliar a análise de projetos econômicos com a responsabilidade socioambiental usando as técnicas tradicionais de análise de investimentos. Desta forma, contribui-se para conciliar os objetivos do capital com fatores sociais e ambientais, caminhando-se na direção de um desenvolvimento sustentável, e de acordo com o Princípio da Eficiência Econômico Social. Através da técnica do VPL e da Taxa Interna de Retorno, propõe-se usar o valor positivo do VPL, e a diferença entre a TIR e a TMA em investimentos socioambientais, o que chamamos respectivamente de VPL socioambiental e TIR socioambiental. Por meio de uma pesquisa teórica, quantitativa e bibliográfica, conclui-se que é possível usar tanto o VPL socioambiental como a TIR socioambiental como indicadores para empresas que pretendem atuar com responsabilidade socioambiental sem afetar sua viabilidade econômica.

Palavras-Chave: Análise de Projetos Econômicos; Valor Presente Líquido Socioambiental; Taxa Interna de Retorno Socioambiental; Responsabilidade Socioambiental.

CONSUMO COLABORATIVO E VALORES PESSOAIS: A PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR DE FLORIANÓPOLIS (SANTA CATARINA)

Márcio Gasperini Gomes, UFSC, economiamarcio@gmail.com
Luiz Carlos de Carvalho Júnior, UFSC, luiz.carvalho@ufsc.br

Área Temática: Desenvolvimento e sustentabilidade sócio ambiental

Alavancado por motivações individuais e questões ambientais, sociais e econômicas, o consumo colaborativo é um fenômeno recente que vem alterando o funcionamento da economia global ao proporcionar aos consumidores uma nova forma de acomodar seus desejos e necessidades de maneira conveniente e sustentável. Associado a isso, as redes de informação energizadas pela Internet têm modificado significativamente o modo e a velocidade com que os agentes econômicos se relacionam. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é identificar a percepção dos consumidores da cidade de Florianópolis (SC) acerca do consumo colaborativo como alternativa ao modelo de consumo tradicional. Para tanto, ao longo da fundamentação teórica recorreu-se a pesquisa bibliográfica para conceituar os termos economia compartilhada e consumo colaborativo. Na sequência, visando conhecer os efeitos desse movimento na cidade de Florianópolis, realizou-se pesquisa através de questionário para identificar a propensão do consumidor a participar de práticas de consumo colaborativo em quatro bairros: Lagoa da Conceição, Centro, Trindade e Continente. Considerando que os valores pessoais interferem no comportamento do consumidor, buscou-se avaliar qualitativamente de que forma tais valores se relacionam com a disposição dos mesmos a participar do consumo colaborativo. Os resultados mostraram que os consumidores apresentam propensão a participar do consumo colaborativo, sendo a Lagoa da Conceição a localidade com maior adesão, seguida por Continente, Trindade e Centro. Além disso, a mensuração dos valores pessoais permitiu observar que os consumidores mais abertos a mudança, menos conservadores e menos apegados materialmente apresentam maior propensão a participar do consumo colaborativo, como é o caso da Lagoa da Conceição.

Palavras-Chave: Consumo Colaborativo; Comportamento do Consumidor; Valores Pessoais.

O SETOR DE ÁGUA E ESGOTO EM SANTA CATARINA: FINANCIAMENTO VIA BANCOS E INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Amanda Fernandez de Moraes; UFSC; amanda.fernandez.morais@posgrad.ufsc.br

Fernando Seabra; UFSC; f.seabra@ufsc.br

Martina Matte Bauer; UFSC; martinabauer_labtrans@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento e sustentabilidade sócio ambiental

O estado de Santa Catarina conta com elevada parcela da população atendida com água tratada, porém estima-se para os próximos anos um crescimento populacional, aumentando a demanda por recursos hídricos. Esse fato eleva a preocupação com a quantidade que estará disponível de água, assim como a qualidade desse recurso, visto os baixos índices de coleta e tratamento de esgoto, poluindo os corpos hídricos, além da grande perda de água no sistema de distribuição. No estado, a situação do esgotamento sanitário é precária, sendo que em 2016 o estado obteve a 19ª colocação entre as unidades federativas ao se analisar o índice de atendimento da população com coleta e tratamento de esgoto. Essa situação agrava-se com a dificuldade de realização de grandes obras nos pequenos municípios, que correspondem a mais de 90% dos municípios do estado. Com a necessidade de grandes investimentos de longo prazo e recursos orçamentários limitados e insuficientes, é necessário reforçar a busca por financiamento junto a bancos e instituições de crédito nacionais e internacionais. Assim, o presente trabalho busca investigar como ocorreu o financiamento interno e externo do setor de água e esgoto em Santa Catarina a partir de 2007, com o estabelecimento da Lei Nacional do Saneamento Básico. Constata-se que, apesar de recursos obtidos via orçamento e junto ao BNDES e a Caixa Econômica Federal, as fontes externas são essenciais, mesmo com risco de variações cambiais. Santa Catarina se destaca por obter além dos recursos junto ao BID, recursos junto à JICA, a AFD e a KfW.

Palavras-Chave: Saneamento básico; Financiamento; Santa Catarina.

Área Temática:
Gestão e economia
do setor público

O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA CATARINENSE (PRODEC) É UMA BOA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO?

Fábio Pádua dos Santos, UFSC, fpadua@gmail.com

Área Temática: Gestão e economia do setor público

A crise da dívida pública catarinense é um fato. Com ela velhos debates têm se colocado na esfera pública, dentre os quais, destaca-se a temática da isenção fiscal. A difícil decisão do governo de conceder benefícios fiscais envolve uma escolha intertemporal – para não dizer sob incerteza – na qual o estado renúncia parte de sua receita corrente em troca da ampliação de sua base tributária futura. Ao se conceder benefícios fiscais, o estado confia que o custo de oportunidade envolvido será compensado por efeitos diretos e indiretos decorrentes das atividades dos beneficiários. O presente artigo tem por objetivo apresentar resultados parciais de uma ampla pesquisa que visa avaliar se o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) é uma boa política de desenvolvimento socioeconômico para os municípios catarinense. A partir da análise exploratório de dados primários da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável e microdados dos municípios catarinenses, busca-se: (i) consolidar um conjunto de dados capazes de descrever a execução do PRODEC entre 1998 e 2016; e (ii) verificar a significância estatística do impacto do PRODEC sobre o desenvolvimento local a partir de testes de diferença das médias sobre algumas variáveis-chave. Os resultados parciais sugerem que, embora o PRODEC tenha efeito positivo sobre o nível médio do emprego e da renda dos municípios catarinenses, a elevação do grau de industrialização e do nível de competitividade são pouco expressivas, quando não inócuas, como no caso da conservação ambiental. Do ponto de vista fiscal, destaca-se que a melhora do nível de atividade econômica local não é acompanhada pelo alargamento da base tributária após a concessão do incentivo.

Palavras-Chave: Santa Catarina; Desenvolvimento Socioeconômico; Desenvolvimento Sustentável; Política Fiscal; Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E AS EXPERIÊNCIAS EM CRICIÚMA E TUBARÃO/SC

Miguel Mário Napoli, UNESC, miguelmnapoli@yahoo.com.br

Área Temática: Gestão e economia do setor público

O orçamento participativo é o processo de consulta direta à população, a partir de reuniões abertas, para que ela decida sobre demandas que julgue devam ser contempladas em sua lei orçamentária. Ele foi e tem sido uma experiência de controle democrático do ente público em muitos aspectos revolucionária que merece ser estudada pelo que já realizou e pelo seu potencial futuro. Potencial não somente de criar eficientes práticas de controle social de gastos do ente público como de indução a uma cultura democrática mais profunda e arraigada. São exemplos relevantes o casolongo de Porto Alegre e amplo como os de cerca de uma centena de autarquias em Portugal, ainda contempladas por orçamentos participativos vinculantes; ou amplos como os das administrações petistas de São Paulo; e muitas outras cidades mundo afora que seguiram o exemplo do qual a Capital Gaúcha pioneira em muitos aspectos. Vários desses exemplos têm sido fartamente documentados e servirão de base para o estudo proposto. Por sua vez o sul de Santa Catarina teve duas breves experiências nas administrações petistas nas cidades de Criciúma e Tubarão, sobre os quais não se tem estudos relevantes ao que se tem notícia. Assim nos propomos a esse estudo por meio de pesquisa bibliográfica em trabalhos sobre os demais casos, bem como análises das peças orçamentárias e documentos correlatos e entrevistas com os envolvidos nos dois municípios do sul de Santa Catarina.

Palavras-Chave: Orçamento; democracia; gestão

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL: UM ESBOÇO PARA O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Márcio Luiz Junckes Júnior; UFSC; marciojunior.10@hotmail.com
Luiz Carlos de Carvalho Júnior; UFSC; luiz.carvalho@ufsc.br

Área Temática: Gestão e economia do setor público

Uma preocupação recorrente dos gestores públicos deve ser ampliar o padrão de vida da população. A história do Brasil mostra o esforço de vários governos na adoção de medidas para estimular o desenvolvimento econômico do país, mas nas últimas décadas, tem sido gradativamente mais aceito, que a identificação dos problemas e oportunidades nos municípios e regiões, e a definição de medidas para resolver as dificuldades e aproveitar as oportunidades deve acontecer prioritariamente localmente. Para tal, alguns municípios passaram adotar a técnica do planejamento estratégico municipal para conhecer melhor a sua situação nas distintas áreas e elaborar estratégias visando o alcance de maior padrão de vida de seus habitantes. A escassez de recursos financeiros enfrentada pelas prefeituras requer que as mesmas os utilizem de forma mais racional, o que aumenta a importância do uso do planejamento estratégico municipal. Este trabalho tem como objetivo elaborar um esboço de planejamento estratégico para o município de Florianópolis (Santa Catarina). Para atingir tal objetivo, foi elaborado um diagnóstico das áreas de desenvolvimento humano e renda, saúde, educação, segurança pública, esporte, cultura e lazer, infraestrutura e mobilidade urbano e, em seguida, foram estabelecidos objetivos e possíveis estratégias para o seu alcance. Foram utilizadas informações disponíveis em outros trabalhos e com profissionais que detinham conhecimento sobre as áreas enfocadas. Os resultados do trabalho são um conjunto de propostas para as distintas áreas, que podem ser aprofundadas e discutidas, e que servem para organizar o pensamento sobre o que pode ser feito para melhorar a vida dos moradores do município.

Palavras-Chave: Planejamento estratégico municipal; desenvolvimento local; Florianópolis

SISTEMA DA DÍVIDA PÚBLICA E DEPENDÊNCIA DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA UNIÃO: O CASO OS MUNICÍPIOS DE PEQUENO MÉDIO PORTE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (2010-2017)

Valdir Alvim; UFSC; Valdir.alvim@ufsc.br
Mailon José Espindola; Economista; maylon_je@hotmail.com

Área Temática: Gestão e economia do setor público

O presente artigo tem analisa a situação crítica das finanças públicas dos municípios de pequeno e médio porte do Alto Vale do Itajaí, entre 2010 e 2017. Objetiva analisar a questão tributária do pacto federativo e o quanto as proporções insuficientes do volume total dos recursos disponíveis na União, impacta na repartição das responsabilidades e dos recursos orçamentários. Estes recursos são utilizados predominantemente para o sistema da dívida pública, condicionando a capacidade de pagamento da União. O contexto é o da repartição das responsabilidades tributárias entre a União, Estados subnacionais e municípios com o processo de redemocratização a luz da Constituição de 1988. A problemática questiona a manutenção dos recursos tributários concentrados no Tesouro da União. Diante das crises econômicas, das crescentes demandas da população nos municípios se elevam os gastos para gerir e custear programas, projetos e ações, em áreas sensíveis como Saúde, Educação, Assistência Social, dentro da Estratégia Saúde da Família e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. A abordagem da descentralização revela as consequências políticas e econômicas deixadas pela CF/88, diante da insuficiência de recurso orçamentário dos Entes federados. Avalia-se que a repartição das novas responsabilidades e recursos financeiro-constitucionais atribuídas aos municípios tem onerado a execução orçamentária das políticas e serviços públicos municipais. Os repasses de valores nominais tornam-se insuficientes para arcar com os custos reais crescentes dos programas realizados, na medida em que ocorrem sem a devida correção inflacionária. Nestes casos, apesar dos esforços dos gestores para aumentar a arrecadação local, a análise realizada nos municípios do Alto Vale do Itajaí apresentou como resultado um aumento na dependência orçamentária através das transferências constitucionais da União. Como resultado, coube aos gestores públicos tomar decisões e praticar atos que objetivavam maximizar a execução orçamentária, dada concentração dos recursos orçamentários disponíveis na União.

Palavras-Chave: Dívida Pública; Orçamento Público; Pacto Federativo

Área
Temática:
Demografia espaço e
Mercado de Trabalho

A EMPREGABILIDADE NO SETOR CONTÁBIL E A QUESTÃO DE GÊNERO EM SANTA CATARINA

Debora Aparecida Almeida, UnC, deboraalmeida@unc.br
Mariana Kuster, UnC, mariana_kuster97@outlook.com

Área Temática: Demografia, espaço e mercado de trabalho

Conhecer o atual mercado de trabalho se faz necessário, seja pelos desafios profissionais ou pelas oportunidades de mercado. Analisando o atual cenário econômico, nota-se que vários setores sofrem com a alta rotatividade de pessoal, seja pelo corte de despesas, seja pela demanda inferior de serviço ou ainda por outras diversas variáveis. O objetivo geral da pesquisa concentrou-se em analisar a demanda de profissionais contábeis em Santa Catarina relacionando-a com a rotatividade e com a questão de gênero. Os objetivos específicos foram: verificar a quantidade de profissionais contábeis registrados em Santa Catarina; identificar onde estão centralizados os profissionais contábeis bem como, suas especialidades e comparar o índice de homens e mulheres registrados na profissão contábil em período recente. A problemática em questão, visa estabelecer uma avaliação acerca da rotatividade dos profissionais contábeis no estado de Santa Catarina no primeiro semestre de 2018. Qual a relação entre rotatividade e área técnica de atuação? Como se dá a configuração entre gênero e especialidade? A pesquisa configura-se como um estudo de cunho quantitativo, pautado em uma metodologia descritiva desenvolvida por meio de procedimento documental com dados atuais do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) permeado por informações sobre cargos, salários, UF, sexo e faixa etária. Os meses selecionados foram: janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2018. Contudo, podemos analisar a presença de muitos auxiliares de contabilidade centralizados em determinadas regiões, onde se encontram as maiores quantidades de empresa de Santa Catarina. Nota-se também que o setor contábil mantém a média de contratações e demissões, concluindo que a demanda de serviço contábil nunca cai.

Palavras-Chave: Centralização; Empregabilidade; Gênero; Mercado de Trabalho.

EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS VÍNCULOS FORMAIS DE TRABALHO NAS MESORREGIÕES DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2017

Lauro Francisco Mattei, UFSC, l.mattei@ufsc.br
Vicente Loeblein Heinen, UFSC, vicenteheinen@gmail.com
Mateus Victor Fronza; UFSC; mateusfronza@hotmail.com

Área Temática: Demografia, espaço e mercado de trabalho

Neste estudo analisa-se a evolução dos vínculos formais de trabalho nas seis mesorregiões do estado de Santa Catarina entre 2001 e 2017. No início do presente século o emprego formal cresceu a taxas muito superiores às da PEA ocupada, contribuindo de forma expressiva para a redução da informalidade que havia se expandido na última década do século XX. Com isso, Santa Catarina se situou dentre as unidades da federação com as maiores taxas de emprego formalizado do país. Esta situação se alterou drasticamente após a emergência da crise econômica a partir de 2014, quando houve retração das atividades econômicas, com efeitos diretos sobre o mercado de trabalho em todo o país. Neste novo cenário, as taxas de desemprego voltaram a crescer, particularmente entre 2015 e 2016. Após dois anos de ampliação do desemprego e de desestruturação do mercado formal de trabalho, os registros de 2017 para Santa Catarina indicaram uma retomada das contratações formais, com a geração de 37 mil vínculos formais de trabalho, sem recuperar, todavia, o estoque verificado antes da consolidação da crise econômica nacional, em 2014. Essas mudanças se apresentaram de forma distinta nas seis mesorregiões, com flutuações mais expressivas particularmente nas áreas cuja estrutura do emprego está mais assentada nos setores industriais, como são os casos das mesorregiões Norte e Sul catarinenses. Já as regiões do Vale do Itajaí, Oeste e Grande Florianópolis foram as menos afetadas, continuando, por isso, como as responsáveis pelas maiores taxas de crescimento do estoque de vínculos formais de trabalho honesto.

Palavras-Chave: Economia regional; mercado de trabalho; emprego formal.

COMPORTAMENTO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2017

Lauro Francisco Mattei, UFSC, l.mattei@ufsc.br
Vicente Loeblein Heinen, UFSC, vicenteheinen@gmail.com

Área Temática: Demografia, espaço e mercado de trabalho

Neste estudo analisa-se a evolução dos postos formais de trabalho no estado de Santa Catarina entre 2001 e 2017, com subdivisão analítica em dois períodos: 2001/2014 e 2014/2017. Adotou-se tal procedimento para tentar compreender os efeitos da crise econômica sobre o comportamento do mercado formal de trabalho em Santa Catarina. Na última década do século XX observou-se a expansão do desemprego, da informalidade e das subcontratações e terceirizações, processo este que precarizou as relações de trabalho. Esse cenário se alterou no início do século XXI, uma vez que a retomada do crescimento econômico impulsionou o emprego formal, que voltou a crescer a taxas superiores às da PEA ocupada. Isto fez com que Santa Catarina se situasse dentre as unidades da federação com as maiores taxas de emprego formalizadas do país no período entre 2011/2014, o que contribuiu enormemente para a melhoria das relações trabalhistas, bem como da própria qualidade de vida dos trabalhadores que, em sua grande maioria, passaram a trabalhar com maior proteção social. Com isso, pode-se afirmar que claramente houve uma inversão de uma tendência na primeira década do século XXI, reversão esta exercida, em grande medida, pelo comportamento do mercado formal de trabalho no estado. Todavia, com a emergência da crise econômica a partir de 2014 houve manifestação de seus efeitos sobre o mercado de trabalho, que voltou a exibir taxas de desemprego elevadas, particularmente nos anos de 2015 e 2016. Registre-se que esses impactos foram mais expressivos sobre os setores primário e secundário da economia, particularmente na indústria de transformação e na construção civil. Com a recuperação verificada a partir de 2017, observou-se uma tendência de concentração do volume de empregos formais no setor terciário da economia, o qual foi pouco afetado pela crise. Em função disso, a partir de 2018 Santa Catarina voltou a apresentar uma das menores taxas de desemprego do país. Apesar dessas melhorias, ainda persistem alguns problemas, com destaque para a discriminação salarial entre homens e mulheres.

Palavras-Chave: Emprego formal; Santa Catarina; mercado de trabalho.

DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA: UMA ANÁLISE DE SUA DURAÇÃO ENTRE 2003 E 2013

Bruno Wroblevski, UEM, wroblevski.bruno@gmail.com

Marina Silva da Cunha, UEM, msscunha@uem.br

Área Temática: Demografia, espaço e mercado de trabalho

Este trabalho teve como intuito analisar os fatores determinantes que impedem a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho bem como a duração do desemprego. Para tanto, escolheu-se como objeto de estudo os trabalhadores com idade entre 16 e 60 anos da região metropolitana de Curitiba a partir de dados da Pesquisa Mensal do Emprego referentes ao período de 2003 a 2013 utilizando a metodologia da análise de sobrevivência. Inicialmente, a duração média do desemprego encontrado para a região de Curitiba foi de 8,7 meses. Pelo estimador de KM foi possível se ter uma análise preliminar dos possíveis determinantes da duração do desemprego. As estimativas de sobrevivência de indicam uma caracterização decrescente da curva de sobrevivência no estado inicial de desemprego em relação ao tempo (meses) sendo duração do desemprego menor para os homens, desligados da ocupação anterior pela demissão, se possuíam carteira assinada e para chefes de famílias e para aqueles indivíduos com idade entre 20 e 35 anos. Não se observou diferenças significativas na probabilidade de sobrevivência entre brancos e não brancos. Na análise paramétrica, o modelo de regressão Weibull apresentou ajuste satisfatórios aos dados sendo possível identificar que variáveis que afetam significativamente o risco de saída do desemprego (a um nível de significância de 1%) influenciado por sexo, faixa etária, escolaridade, atividade anterior ao desemprego no setor formal, experiência, condição na família. Níveis de educação não apresentaram impacto significativo na duração do desemprego na RMC. Diante do exposto, este trabalho procurou ampliar a discussão sobre o comportamento do desemprego destacando-se as análises de duração sendo importante evidenciar que através dos resultados alcançados que se reforça a necessidade de estudos dessa natureza e que qualquer que seja a estratégia, em termos de política pública, adotada pelo governo no mercado de trabalho estruturalmente heterogêneo deve-se levar em consideração as desigualdades existentes e o custo social do desemprego de longa duração.

Palavras-Chave: Mercado de trabalho; Duração do desemprego; Análise de Sobrevivência;

DIFERENCIAIS COMPENSATÓRIOS DE SALÁRIO E O PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE POR RUÍDO NO BRASIL

Paulo Henrique Adib Dantas Salim; UFS; pauloadib.salim@gmail.com
Marco Antonio Jorge; UFS; mjorge@gvmail.br

Área Temática: Demografia, espaço e mercado de trabalho

No Brasil uma das maiores fontes de pagamento de adicionais de insalubridade e de lesões permanentes aos trabalhadores é o ruído ocupacional. A exposição ao ruído acima do limite de tolerância, no entanto, prevê um adicional fixo de 20% sobre o salário mínimo. Esta situação faz com que trabalhadores expostos a níveis um pouco menores do que o limite de tolerância nada recebam e aqueles expostos a níveis extremamente elevados de ruído recebam todos 20%. Este artigo tem como objetivo criar uma proposta alternativa de pagamento do adicional de insalubridade para o ruído, baseado na teoria dos diferenciais compensatórios de salário. Trata-se de um modelo que adequa um nível de risco (representado pela dose de ruído) a um percentual de pagamento, gerando maior bem-estar social. Para desenvolvimento do modelo, considerou-se um intervalo de pagamento de 10% a 20% da dose de ruído, respectivamente, de 0,5 a 1e o pagamento de 20% a 40% da dose de ruído de 1 até 5, mantendo 40% para valores acima de dose 5. Assim, a contribuição do presente artigo consiste na proposição de um modelo de pagamento de adicional de insalubridade que reduza as ineficiências do mercado de trabalho, possibilitando um aumento de bem-estar de empresas e de trabalhadores, a quem a norma objetiva proteger. Para tanto, o trabalho está organizado em três seções, além da introdução. Na primeira seção apresenta-se o referencial teórico baseado na teoria hedonista dos salários, o tratamento da insalubridade no Brasil e por fim, a legislação sobre o ruído. A segunda seção apresenta o modelo proposto e, por fim, na última seção são apresentadas as considerações finais do trabalho. Conclui-se que o adicional fixo não resulta na maximização da utilidade, desrespeitando as preferências dos trabalhadores com relação ao nível de risco. Assim, o novo modelo apresentado com diferencial compensatório variável em relação à dose de ruído traria um maior bem-estar.

Palavras-Chave: Diferenciais Compensatórios de Salário; Adicional de Insalubridade; Ruído; Brasil.

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE TORRES/RS

Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt; UFPR; Rossandra.maciel@yahoo.com.br
Gabriela Colombo; ULBRARS; gabip.colombo@gmail.com
Fabiano Abranches Silva Dalto; UFPR; fabdalto@gmail.com

Área Temática: Demografia, espaço e mercado de trabalho

A presente pesquisa possui o intuito de analisar o processo de envelhecimento e as políticas públicas voltadas para a população idosa residente no município de Torres/RS. Este estudo aborda mais precisamente as políticas sociais de caráter transversal relacionadas aos idosos em uma perspectiva intersetorial, conforme propõe a Política Nacional do Idoso. No tocante a metodologia, realizou-se um levantamento acerca da população idosa residente no município, analisando características tais como: sexo, estado civil, grau de instrução, ocupação e renda; os dados foram coletados através do Censo do IBGE. Outro levantamento paralelo foi feito junto à Secretaria de Previdência Social que pertence atualmente ao Ministério da Fazenda, cujos anuários e bancos estatísticos forneceram um mapeamento do valor e da quantidade de benefícios emitidos para cada município da região no ano de 2017. As informações referentes ao Benefício de Prestação Continuada para o mesmo ano foram obtidas através da plataforma disponibilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). E por fim, foram analisadas neste mesmo período as receitas orçamentárias do município - fornecidas pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Sinconfi) – a fim de mensurar o impacto de renda dos idosos na economia local. A abordagem de análise foi quantitativa. Na sequência, a fim de tomar conhecimento sobre as políticas públicas implementadas à pessoa idosa no município de Torres, realizou-se um estudo de campo através da aplicação de questionário (com perguntas abertas e fechadas) dirigido aos técnicos responsáveis pela execução das políticas setoriais voltadas aos idosos nas áreas: da saúde e assistência social. Neste âmbito a abordagem de análise foi qualitativa. Os resultados apontam para um expressivo aumento da população idosa no município, de modo que em 2010 14% do total de habitantes eram idosos. Para além do baixo grau de instrução, cerca da metade da população idosa residente em Torres recebe mensalmente o valor máximo de um salário mínimo, e parte deste contingente se encontra em um cenário de extrema vulnerabilidade social por não possuir rendimento. Por outro lado, verificou-se que a renda dos idosos exerce um impacto considerável na economia local, visto que somente as rendas provenientes da Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada superaram em 2017 a receita orçamentária anual do município. Mas embora a renda da população idosa contribua em grande medida para economia no município, o mesmo oferece pouco em termos de políticas públicas que visem à promoção da autonomia, independência e garantia dos direitos da pessoa idosa. Embora a legislação brasileira relativa aos idosos esteja avançando, a prática ainda é insatisfatória. Este estudo de caso no município de Torres revela que o Estado não assumiu a PNI como prioridade. O que acarreta em lacunas que certamente comprometem a qualidade de vida do idoso, quando não, a sua sobrevivência. Pois sem possibilidades sociais, culturais, ou mesmo sem ter acesso à garantia de direitos básicos, dificilmente o idoso terá controle sobre sua trajetória.

Palavras-Chave: Envelhecimento Populacional; Políticas Públicas; Município de Torres

IMPACTOS DA MUDANÇA DEMOGRÁFICA NA TAXA DE CRESCIMENTO DA RENDA PER CAPITA NA REGIÃO SUL DO BRASIL ENTRE 1991 E 2010

Marianne Zwilling Stampe, UDESC, maristampe@gmail.com
Fernando Pozzobon, UDESC, fernando.pozzobon@udesc.br
Thais Waideman Niquito, UDESC, twaideman@gmail.com

Área Temática: Demografia, espaço e mercado de trabalho

Este estudo tem como objetivo analisar como a mudança na estrutura etária populacional afetou o crescimento econômico na região Sul do Brasil nas décadas de 1990 a 2010. A literatura sugere que regiões com menores razões de dependência (proporção de crianças e idosos em relação às pessoas em idade ativa) apresentam maior dinâmica econômica. Para a investigação proposta, são usadas, principalmente, as informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através das edições de 1991, 2000 e 2010 do Censo Demográfico. A estratégia empírica adotada consiste na análise espacial local e na estimação de um modelo de convergência espacial com defasagem pelo método de mínimos quadrados em dois estágios. A análise de autocorrelação espacial local identificou uma predominância de clusters do tipo Low-low para a variável taxa de crescimento da renda per capita, tendo os mesmos se intensificado na primeira década de 2000. Além disso, a razão de dependência infantil e de idosos indicam ter movimentos contrários: enquanto a primeira variável possui predominância de clusters do tipo High-High no Norte e o Oeste catarinenses e nas regiões Sudeste, Central e Noroeste paranaenses principalmente em 1991 e de clusters do tipo Low-low são hegemônicos principalmente no estado do Rio Grande do Sul, a segunda variável indica ter um movimento oposto nessas regiões. Isto posto, é possível identificar padrão de maior concentração populacional infantil nos estados de Santa Catarina e Paraná e uma aglomeração mais elevada de idosos no Rio Grande do Sul. Os resultados do modelo de convergência mostraram que tanto a razão de dependência infantil quanto a de idosos possuem impacto negativo sobre o crescimento econômico, sendo que o efeito da razão de dependência de idosos é mais acentuado, destacando a importância da discussão com relação a políticas públicas associadas à aposentadoria. Além disso, a incorporação de elementos espaciais na análise indica que os efeitos de transbordamento são positivos.

Palavras-Chave: Mudança Demográfica; Modelos Espaciais de Convergência; Região Sul.

O DESMONTE TRABALHISTA: UMA ANÁLISE NO MERCADO DE TRABALHO E DOS PRIMEIROS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NO CONTEXTO RECESSIVO (2015-2018)

Ana Paula Fregnani Colombi, UNICAMP, anafcolombi@gmail.com
José Dari Krein - darikrein@gmail.com

Área Temática: Demografia, espaço e mercado de trabalho

O artigo discute a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil entre os anos 2015 e 2018, enfatizando os primeiros impactos da reforma trabalhista que completou um ano de vigência em novembro de 2018. O objetivo é relacionar os movimentos econômicos com a deterioração dos indicadores do mercado de trabalho, destacando a incapacidade de uma reforma voltada para a flexibilização das relações de trabalho reverter esse cenário. Esse objetivo requer duas etapas. Na primeira, os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNADC) no período são analisados para mostrar que o grande número de desocupados, o crescimento da informalidade e da subutilização da força de trabalho são aspectos que respondem ao baixo crescimento da economia e denotam um movimento de piora das condições de vida daqueles que vivem do próprio trabalho. Os dados evidenciam uma explosão na taxa de desocupação entre os anos 2015 e 2018, sendo que o grande salto ocorreu em 2016, como resultado da forte queda do PIB nesse e no ano anterior. A partir de 2017, o número de desocupados começa a diminuir puxado pelo aumento do emprego informal, do trabalho por conta própria e da subocupação. Além desses aspectos, o comportamento crescente da taxa de subutilização da força de trabalho por insuficiência de horas trabalhadas também retroalimenta os efeitos negativos sobre a demanda interna, gerando um processo em que a ausência de recuperação da economia é reforçada pela desestruturação do mercado de trabalho. Na segunda etapa, mostra-se que com mais de 1 ano de vigência, a reforma trabalhista não vem apresentando capacidade de reverter esse ciclo vicioso, pois a geração de ocupações ficou concentrada em atividades mais precárias, com crescimento da informalidade e da subocupação mesmo após a reforma. Neste sentido, as evidências são de continuidade das tendências iniciadas com a crise de 2015 sem que a reforma tenha sido capaz, como seus defensores argumentam, de reverter a dinâmica de geração de emprego e a tendência de incremento da informalidade, o que reforça seu papel como instrumento de precarização e não de reestruturação do mercado e das relações de trabalho no Brasil. Por fim, o artigo revisita o duplo movimento polanyiano, sugerindo que o reavivamento do receituário neoliberal vis-à-vis o desmonte de direitos e a diminuição das possibilidades de sobrevivência com dignidade no mercado de trabalho reascende o caráter utópico da compatibilidade entre um sistema econômico comandado unicamente pelo mercado e a busca por justiça social.

Palavras-Chave: Mercado de Trabalho; Reforma Trabalhista; Precarização.

OS DESAFIOS PARA A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA: UMA PERSPECTIVA PARA AS CARREIRAS TRADICIONALMENTE INDUSTRIAIS

Carolina Custódio, UDESC, carolinafcustodio@gmail.com
Edilene Cavalcanti dos Anjos, UFSC, edilenecavalcantidosanjos@gmail.com

Área Temática: Demografia, espaço e mercado de trabalho

A inserção dos jovens no mercado de trabalho catarinense é um dos desafios que precisam ser superados para que o estado cresça e se torne mais competitivo. As informações levantadas na Carta da Indústria de Santa Catarina mostram que mais de 38% dos empresários entendem que o desinteresse das novas gerações em trabalhar na indústria é o segundo maior desafio enfrentado pela economia do estado. No contexto brasileiro, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios apontam que 23% dos jovens entre 15 e 29 anos de idade não trabalhavam nem estudavam ou se qualificavam. Em Santa Catarina, a proporção de jovens nessa situação é de 22,1% em 2017. Diante dessa problemática, em que há uma força de trabalho potencial oriunda da quantidade de jovens que não estudam, não trabalham e não se qualificam, o objetivo deste artigo é analisar o cenário econômico catarinense, buscando entender porque esses jovens não se sentem atraídos pelos benefícios que a qualificação e a formalização do emprego é capaz de fornecer. A metodologia adotada neste artigo é de natureza teórico-empírica e do tipo exploratória-descritiva, com abordagem longitudinal, e consiste em levantamento e análise descritiva dos dados obtidos junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, serão observadas as tendências globais de profissões futuras para os jovens. A análise dos dados nos mostra que a indústria de Santa Catarina é a terceira no ranking dos maiores salários pagos aos jovens, e que a automatização das tarefas do mercado de trabalho se configura como uma ameaça ao ingresso do jovem na indústria. Há uma tendência na redução de números de jovens, e eles devem diminuir não apenas na indústria, mas nos setores como um todo. Entretanto, apesar desse envelhecimento populacional, as novas gerações demandam mudanças. É necessário que haja uma reestruturação, dos conhecimentos laborais para comportar esse contingente no mercado de trabalho por mais tempo.

Palavras-Chave: Jovens; Indústria; Mercado de trabalho; Tendências

QUANTO TEMOS DE TRABALHO STEM EM SC?

Carolina Custodio, UDESC, carolinafcustodio@gmail.com
Patricia Bonini, UDESC, patriciabonini@gmail.com
Fernanda da Silva, UDESC, fs.fernandadasilva@gmail.com

Área Temática: Demografia, espaço e mercado de trabalho

Este artigo tem como objetivo apresentar o perfil de carreiras e gênero dos empregos STEM (Science, Technology, Engeneering and Mathematics) em Santa Catarina no contexto brasileiro e internacional. STEM. Os estudos sobre o trabalho STEM são na grande maioria em nível internacional, representados principalmente pelos Estados Unidos e, mais recentemente, China e Índia, que despontam como grandes potências tecnológicas. Sendo assim, há uma motivação para se pesquisar este tema para o Brasil e para a região catarinense. Para estabelecer a base de dados, foi feita uma correspondência entre os códigos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e o grupo de carreiras STEM, conforme definido pelo Departamento de Estatística do Governo Americano – Economics and Statistics Administration (ESA). Assim, para montar a base de dados, utilizou-se da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) que advém do Ministério do Trabalho (MTE) para o período de 2010 a 2017. Em Santa Catarina, a força de trabalho STEM representa 0.87% do total, o que é pouco, mas está entre os oito estados brasileiros com maior representatividade STEM. Entre 2010 e 2017, a representatividade feminina na força de trabalho STEM não passa de 19%, enquanto vai de 44.28% para 46% no restante da força de trabalho. Além disso, o prêmio STEM, que representa uma vantagem salarial para este grupo é observado em Santa Catarina ao longo do período de 2010 a 2017, mas com tendência à redução no período. Outra característica do trabalho STEM é que há uma maior estabilidade empregatícia, o que se manifesta nos dados aqui apresentados, através da observação de que a redução do emprego nas áreas STEM é menor do que nas demais áreas do mercado de trabalho.

Palavras-Chave: trabalho; ciência e tecnologia; STEM.

TECNOLOGIA EMPREGO E HABILIDADES: REFLEXÃO QUANTO AS ORIENTAÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO DO TRABALHO DIGITAL CENTRADA NO INDIVÍDUO

Erico Souza Costa, UNESC, ericosouzacosta@gmail.com
Melissa Watanabe, UNESC, melissawatanabe@unesc.net

Área Temática: Demografia, espaço e mercado de trabalho

Com as mudanças observadas nos últimos 10 anos com a rápida aderência dos mecanismos de comunicação e informação e adensamento da internet que já atinge quase metade da população mundial, a mecânica de relação e organização do trabalho também tem sofrido transformações. Novos empreendimentos altamente alavancados em Tecnologia da Informação e comunicação viabiliza uma nova economia de mercado em que empresas se constituam e cresçam quase que da noite para o dia e sem a necessidade de empreender grandes investimentos em estruturas físicas de concreto e tijolos. Contudo seu grande diferencial é a alocação de mão de obra. As tecnologias tem permitido que o trabalho sejam fragmentado e facilmente distribuído na forma de micro demanda agendas e por etapas. Desta forma o trabalho pode ser distribuído pela internet para trabalhadores independentes em plataformas digitais. Esta logica de trabalho tem ganhado cada vez mais aderência por parte de um grupo maior de indivíduos que se colocam nessas plataformas para adquirir renda extra ou até mesmo meio de renda principal. Esta nova logica de organização do trabalho em principio foi tomada como um meio para se vencer as barreiras físicas do trabalho fazendo com que o mesmo chegasse às regiões, onde o emprego tradicional não chega. Contudo tem havido também a constatação de que esta nova mecânica por si só não é capaz de levar renda digna e garantia de segurança a quem precise ou queira. Deste modo busca-se com esta investigação contribuir principalmente com reflexões centradas na emancipação do individuo como autor e articulador de sua autonomia enquanto trabalhador e empreendedor no ambiente de trabalho digital. Para tal, explana-se argumento para a proposição de uma nova forma de empregar metodologias de acesso e aquisição de conhecimento, onde o individuo se vale das ferramentas digitais para encontrar soluções as questões que lhe são impostas. Argumenta-se aqui a inevitabilidade da profusão desta nova mecânica de organização do trabalho e com isso a eminencia de discutir profundamente formas em que seja possível promover politicas e logica de organização sem a interrupção do processo inovativo ao mesmo tempo em que potencializem os benefícios promovidos por ele. Este trabalho adota o tipo de pesquisa básica estratégica com uma abordagem qualitativa. Seu desenvolvimento se da numa investigação exploratória indutiva por meio de leitura de artigos e revistas científicas, web sites e canais digitais de informação e plataformas We of Scienc® (WoS) e Google Acadêmico, tomando como tema: gig economy (economia sob demanda), independent workers (trabalhadores independentes); sharing economy (economia compartilhada). Optou-se pelos vernáculos na língua inglesa observando que o tema ainda se mostra em inicio de discussão, apesar de haver uma rápida aderência e interesse ao tema pelo meio acadêmico. Para a discussão toma-se como base a conceituação de tecnologia apresentada por Alvaro Vieira Pinto (2006) na qual o individuo se constrói e se identifica no tempo e no meio social e econômico ao qual esteja inserido.

Palavras-Chave: gig economy, sharing economy, metodologia, conhecimento, aprendizagem.

TURISMO E MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL NAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO (ACTs) DA CIDADE DE POMERODE/SC

Michele Romanello; UFSC; romanello.michele@gmail.com
Caroline Gramkow; UFSC; caroline.gramkow@grad.ufsc.br

Área Temática: Demografia, espaço e mercado de trabalho

O turismo compreende atividades que influenciam diversos âmbitos empresariais. Devido ao seu caráter dinâmico, ele é considerado uma fonte de geração de emprego e renda para cidades, estados e países. Pomerode, uma pequena cidade localizada no interior de Santa Catarina, é um famoso destino turístico conhecido pelo turismo cultural em razão da descendência alemã de grande parte dos seus habitantes. Entre os aspectos associados ao turismo cultural na cidade, há um destaque para a arquitetura; a gastronomia; os eventos e as festas típicas. Neste contexto, o presente trabalho tem o propósito de analisar o perfil da ocupação formal nas Atividades Características do Turismo (ACTs), aquelas que concentram o maior gasto do turista em estabelecimentos de alimentação, alojamento, transporte terrestre, agência de viagem, cultura e lazer e aluguel de transportes. Como objetivo geral, busca-se explorar as características da ocupação formal, como gênero, idade, escolaridade e remuneração, visto que o trabalho no turismo pode ser positivo ou negativo aos seus envolvidos. A metodologia adotada é do tipo pesquisa descritiva e a base de dados do Sistema de Informações Sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), é a referência deste estudo. Os resultados da pesquisa indicam que, nas Atividades Características do Turismo em Pomerode, a ocupação formal é identificada pela alta participação feminina no setor turístico, pelo predomínio de trabalhadores entre 25 a 40 anos, além do baixo nível de escolaridade e remuneração salarial. Tais aspectos permitem considerar a ocupação formal do setor turismo em Pomerode como precária, bem como sugere a literatura que trata sobre as relações de trabalho no turismo.

Palavras-Chave: Turismo; Pomerode/SC; Emprego formal.

Área Temática:
História
Econômica e
Social

A CELESC NA ELETRIFICAÇÃO DE SANTA CATARINA

Fábio Farias de Moraes, USP, fariasdemoraes@outlook.com

Área Temática: História econômica e social

Um quadro sintético do setor elétrico em Santa Catarina até meados dos anos 1950 demonstraria uma forte concentração espacial. No modelo de negócios de então, em que as companhias do setor geravam eletricidade e elas mesmas distribuíam, a concentração era tanto de distribuidoras como de usinas. Até a metade do século XX a eletrificação em Santa Catarina constituía-se de um mosaico de pequenas redes supridas por pequenas usinas. No litoral havia uma maior oferta de energia elétrica, mas, mesmo aí, insuficiente para fazer frente a crescente demanda, que se ampliava pelo processo de urbanização. Por outro lado, a industrialização avançava e o setor elétrico também correspondia a dado estágio das forças produtivas. Destarte, a eletrificação de Santa Catarina avançou, mas dependente de capitais estrangeiros e de capital privado nacional, a marcha foi claudicante. A inflexão viria com a criação da Celesc e suas estratégias de expansão. No ambiente de então, a grande influência do pensamento econômico desenvolvimentista em todo país difundia a disciplina do planejamento e do investimento em infraestrutura. A tecitura industrialista da época levou a criação de diversas empresas estatais estaduais no setor elétrico, dentre as quais a Celesc, e a elaboração de planos energéticos, também com protagonismo dos governos estaduais. Em Santa Catarina, já em seus primeiros anos de funcionamento, a Celesc, que herda os ativos que o governo do estado já administrava no setor elétrico, parte para um processo de incorporação das maiores companhias elétricas desse território. Até metade da década de 1960, obrigada a investir em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a Celesc se expandiu, mas permaneceu com menos de ? de cobertura do território. Com a divisão de tarefas que, primeiramente, representou a operação da termoeletricidade da empresa federal Sotelca, no sul do estado, e, ainda, com a coordenação da eletrificação rural pela estatal estadual Erusc, em parcerias com cooperativas de eletrificação rural em todo o interior do estado, as redes elétricas da Celesc alcançariam quase a totalidade do território estadual, nas décadas seguintes. No período mais recente, tendo sobrevivido à privatização e ao ambiente neoliberal da década de 1990, a Celesc foi instrumento de um processo de universalização dos serviços de eletricidade.

Palavras-Chave: Celesc; Eletrificação; Santa Catarina

A FISCALIZAÇÃO DO ENSINO E O TRABALHO DO PROFESSORADO: UMA COMPARAÇÃO DOS DEVERES DO TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO NAS REFORMAS DO ENSINO DA OLIGARQUIA RAMOS EM SANTA CATARINA

Marcos Juvêncio de Moraes, IFC, marcosjmoraes@hotmail.com

Área Temática: História econômica e social

O trabalho em questão aborda o período que compreende a primeira reforma do ensino republicana, instalada no governo de Vidal Ramos (1910-1914), em Santa Catarina e a reforma do ensino implantada por Nereu Ramos, a partir de 1935 até 1945. Estes dois períodos estão interligados por um fio condutor familiar com objetivos parecidos, a construção de um ensino patriótico. Foi no início do século XX, com o advento da República, que no Brasil se ansiava por uma reforma social e do sistema de ensino, e os discursos existentes, entre governos e pedagogos, criticavam as condições precárias em que se encontravam o ambiente urbano e as escolas públicas. A escola, que foi inicialmente implantada, a partir deste período, vai tentar se tornar a vitrine da modernidade republicana, e para isso foi necessário implementar medidas inovadoras para o sistema educacional. Neste sentido, ampliou-se o número de escolas, implantou-se a obrigatoriedade do ensino para as crianças que habitavam as regiões escolares, criou-se novos modelos escolares, implantou-se novos materiais didáticos e novos padrões de aprendizado. Mas, sobretudo, foi projetado um modelo gerenciador sólido, que contava com a fiscalização escolar feita pelos inspetores escolares, com o trabalho dos professores – que muitas vezes resistiram as ordens impostas pelo governo – e com a flexibilidade do método de ensino implantado. Portanto, temos como pretensão para esta comunicação, analisar, compreender e fazer uma comparação entre o trabalho dos profissionais em educação, empregados nas escolas do estado catarinense, durante a reforma do ensino de Vidal Ramos, e de seu filho Nereu Ramos. Torna-se importante estudar estas questões para destacar o papel essencial dos professores, diretores e outros agentes escolares, na elaboração do sistema de ensino estadual.

Palavras-Chave: Trabalhadores em educação; Reformas do ensino; Santa Catarina

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO PERÍODO DA SEGUNDA REPÚBLICA (1930 - 1945), REPRESENTADAS NOS LIVROS DIDÁTICOS ATUAIS

Rayane Layra De Souza, UNESC, rayanelayra@gmail.com

João Henrique Zanelatto, UNESC, jhz@unesc.net

Área Temática: História econômica e social

O período de (1930 - 1945) conhecido como a “Era Vargas” foi por muito tempo representado de diferentes maneiras pela historiografia, pois, há estudos que retratam como o governo de Vargas buscou construir uma imagem de si, ou seja, de grande líder com o objetivo de manter o domínio sobre os trabalhadores, outros estudos consideram a legislação trabalhista e outras medidas como uma concessão feita pelo Estado e pelos setores dominantes. Encontram-se também abordagens que demonstram que a legislação trabalhista foi uma conquista dos trabalhadores que se articularam, resistiram e pressionaram o estado e os setores dominantes. Desse modo, a presente pesquisa tem como objetivo analisar como as relações de trabalho são apresentadas e representadas nos livros didáticos de história (atuais) utilizados pelos professores de história das escolas públicas municipais e estaduais brasileiras. Nos últimos vinte anos as escolas públicas brasileiras vêm recebendo livros que são entregues para cada aluno em praticamente todas as escolas do país. Este processo de distribuição de livros vem ocorrendo por meio de uma política de Estado, ampliando de maneira significativa a quantidade de materiais didáticos disponíveis nas escolas, mas do mesmo modo oportunizando o surgimento de um mercado editorial riquíssimo que passou a ser disputado por várias editoras, pois a cada três anos os livros são substituídos por novos, e são os professores das escolas que de modo geral escolhem os livros a serem utilizados no triênio seguinte. Esta pesquisa fundamentou-se na Renovada História Política e na História do Trabalho, elegendo como fontes de pesquisa a produção bibliográfica sobre o período e a análise de 04 livros didáticos utilizados pelos professores de história das escolas públicas municipais e estaduais em todo o território nacional no triênio 2017-2019, buscando analisar como os trabalhadores no período de 1930-1945 foram abordados nesses livros.

Palavras-Chave: Trabalhadores, História, livros didáticos, Segunda República.

BREVE PANORAMA SOBRE O INSTITUTO NACIONAL DO MATE, UM GIGANTE CADA VEZ MAIS INOFENSIVO (1938-1967)

José Antonio Fernandes, USP, jose_jaf@hotmail.com

Área Temática: História econômica e social

A presente apresentação tem por objetivo expor algumas conclusões gerais de uma pesquisa de doutorado em fase final de elaboração de tese. Sem querermos esgotar o tema, a nossa ideia é tratar brevemente sobre a trajetória do Instituto Nacional do Mate (INM), uma autarquia criada por Getúlio Vargas em 1938, em pleno Estado Novo, como resposta aos problemas vividos pela economia ervateira brasileira, quais fossem de preços, de mercados e de qualidade dos produtos. Nesse sentido, analisamos as suas ações e intencionamos explicar de que forma e por quais os motivos se deu a sua extinção em 1967. De forma panorâmica, procuramos mostrar especificamente como o INM agiu – ou o que ele pode ou não fazer – em relação aos chamados mercados tradicionais do mate brasileiro (Argentina, Uruguai e Chile), aos mercados novos que pretendia conquistar e ao mercado interno brasileiro. Também queremos mostrar o que ele fez ou não para amparar aos produtores, aos industriais beneficiadores e aos comerciantes/exportadores. Enfim, procuramos tratar da ineficácia de sua ação para a economia ervateira, esperando ao final deixar claras as suas limitações, sobretudo pela crescente falta de recursos – imobilizados cada vez mais em gastos burocráticos –, e como já na década de 1960 os problemas que motivaram sua criação não haviam sido resolvidos e a economia ervateira não havia se desenvolvido, pelo contrário, os problemas haviam se agravado, sobretudo com a perda de espaço nos mercados externos, dos quais – apesar de um importante crescimento do mercado interno – os ervateiros continuavam dependentes, e o mate havia perdido ainda mais importância para a economia brasileira.

Palavras-Chave: Instituto Nacional do Mate; Erva-mate; INM; economia ervateira

CORTANDO O OESTE CATARINENSE: ABRINDO CAMINHOS ENTRE PALMAS E MISSÕES NUM TERRITÓRIO EM DISPUTA

Alcides Goularti Filho, UNESC, alcides@unesc.net

Área Temática: História econômica e social

A abertura de uma estrada em territórios em definição assume formas e magnitudes diferenciadas em cada momento da sua construção. As estradas rompem o isolamento de comunidades longínquas, colocando-as em contato com os adventos da modernidade, seja para qualificar o ambiente de vida ou para dizimar civilizações nativas. Estrada é motivo de disputas territoriais, discórdia entre governos e instrumento de acumulação almejado pelos capitalistas. Sendo assim, uma estrada também condensa múltiplas totalidades. Se território é poder, e as estradas assumem o caráter definidor do território, portanto, estrada também é uma forma de expressão do poder. O objetivo deste artigo é narrar a abertura e construção do caminho de Missões (RS) a Palmas (PR) cortando o oeste do atual estado de Santa Catarina passando pelos rios Uruguai, Chapecó e Chapecózinho durante toda a segunda metade do século XIX e início do XX. O artigo está dividido nos seguintes tópicos: a) a identificação dos campos de Guarapuava e Palmas e as Missões; b) a marchas dos paulistas em direção ao sul na conquista de novos territórios; c) uma análise dos relatórios dos três engenheiros responsáveis pelas obras de melhoramentos que apresentavam divergências; d) as obras de melhorias no novo caminho das tropas de Viamão a Sorocaba; e) o fim do tropeirismo e a implantação da Colônia Militar de Chapecó. Território, estrada e fiscalidade formam uma tríade que é determinante para ampliar a arrecadação tributária, a qual possibilitará ao Estado atender a outras demandas sociais. As principais fontes de pesquisas foram relatórios de engenheiros, governadores, artigos em periódicos, legislações e obras raras.

Palavras-Chave: transportes; estradas; território

ESTADO E INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA: UMA ANÁLISE COMPARADA DO CASO BRASILEIRO E MEXICANO ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E MEADOS DO SÉCULO XX

Luiz Claudio de Freitas, luiz.c.frts@gmail.com

Área Temática: História econômica e social

O trabalho que segue tem como objetivo iniciar um esboço geral de um futuro de projeto de pesquisa de doutorado em economia do desenvolvimento, tendo por objeto o estudo comparado sobre o desencadeamento dos processos de industrialização ocorridos nos casos brasileiro e mexicano durante a primeira metade do século XX. Neste sentido, o primeiro momento da pesquisa será revisar e analisar a historiografia destes países sobre as principais interpretações relativas as suas formações políticas, econômicas e sociais. No segundo momento, o trabalho tem como objetivo central buscar por meios de fontes bibliográficas, documentais e relatórios disponíveis, uma história econômica comparativa dos casos brasileiro e mexicano. Observa-se poucos trabalhos dentro da abordagem comparativa proposta e em geral as relações entre os processos de modernização ocorridos nas economias latinas americanas são tratadas de forma abrangente e genérica. As variadas referências ao desenvolvimentismo empreendido nos países latino americanos destacam a relevância da organização e institucionalização estatal no processo de modernização econômica desencadeado na região, tendo nos casos brasileiro e mexicano os principais exemplos, os quais alcançaram um relativo sucesso em transformar países agrários exportadores em economias diversificadas. Nestes países, verifica-se a constituição de um conjunto de instrumentos de política econômica com objeto central de alavancar a produção e a produtividade nacional. As funções do Estado se tornam mais complexas e surgem a partir de novas demandas criadas com limites da acumulação do setor agrário exportador e a composição de novas forças sociais e econômicas que passam a integrar o poder político. As políticas econômicas efetivadas, sobretudo a partir da década de 1930, se relacionam com a formação de um novo quadro político institucional nestes países, que passam contar com setores e segmentos emergentes da sociedade comprometida com superação do “atraso” e engajada na defesa do comando estatal sobre o processo de transformação produtiva e social da nação. Desta forma, o presente estudo pretende esboçar em linhas gerais as inter-relações entre as condições de acumulação do capital agrário extrativista e o surgimento e consolidação de novos setores industriais modernos, tendo por base no caso mexicano as políticas econômicas iniciadas durante o Porfiriato (1876-1911) até a consolidação da revolução mexicana com Lázaro Cárdenas (1934 à 1940) e no caso brasileiro as políticas adotadas no final do século XIX durante o final do Império até as políticas implementadas por Vargas seu primeiro governo (1930 à 1945). Em linhas gerais, as formas de subordinação, diversificação e integração econômica ocorrida no Brasil e no México a partir da década de 1930 ocorrem devido à capacidade da ação e articulação prática de setores sociais e econômicos de consolidar o comando do Estado e da indústria nascente como novo padrão de organização nacional. Em outros países da região não ocorrem processos de industrialização semelhante, a exemplo da Argentina em que setores agroexportadores continuaram dividindo o poder político e não constituíram forças políticas e instituições suficientes para sustentar o desenvolvimentismo.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Brasil; México

UM ESTUDO COMPARATIVO DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO ENTRE SANTA CATARINA, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL (1945-1964)

Liara Darabas Ronçani, UNESC, liadarabas@hotmail.com

Área Temática: História econômica e social

O objetivo central deste trabalho é apresentar e analisar, de forma comparativa, a trajetória de gastos com educação dos três estados da Região Sul do Brasil – Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul – no período compreendido entre 1945 e 1964. As fontes analisadas foram os Anuários Estatísticos do Brasil, publicados anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento, da qual apresentaremos alguns resultados. Por meio da análise das fontes, verificou-se que Santa Catarina foi o Estado que mais destinou recursos para a educação, em termos relativos – considerando-se o percentual gasto em relação à despesa total –, mantendo uma média de gastos em torno de 19,13% no período, apesar de algumas oscilações. Entre 1945 e 1950, a média se manteve em torno dos 22%, apresentando uma tendência decrescente no período seguinte, entre 1950 e 1956, e de estabilização posteriormente, mantendo a média de 17% entre 1957 e 1964. Paraná destinou em média 17,18% da despesa total realizada para a educação, porém é possível observar que ocorreram muitas oscilações nos valores destinados para este serviço durante o período analisado. Entre 1945 e 1948 manteve-se uma média de gastos em torno de 22,46%, caindo entre 1949 e 1955 para 13,17%, e aumentando entre 1956 e 1959 para 21,23%, voltando a cair nos anos seguintes para 15,24%. O movimento geral que pode ser observado ao analisarmos a trajetória de gastos do Estado do Rio Grande do Sul é de que houve uma ampliação dos gastos com educação ao longo do período analisado, apesar das oscilações. O volume de recursos destinados para educação no início do período é bastante inferior ao dos outros dois estados, 7,86% das despesas totais (Santa Catarina e Paraná destinaram para educação no ano de 1945, 16,59% e 22,34%, respectivamente), mantendo-se durante a década de 1950 em torno da média de 15,14%, e passando para 22,86% no início dos anos 1960. Durante todo o período analisado, a média de gastos destinados para a educação pelo Rio Grande do Sul foi de 15,64%, a menor dentre os três estados. Podemos, assim, tecer algumas considerações. Santa Catarina apresentou a maior média de gastos com educação, com uma tendência decrescente no momento seguinte, seguido por estabilização. Rio Grande do Sul apresentou a menor média, com uma trajetória de ampliação do gasto ao longo de todo o período. Paraná apresentou uma trajetória de muitas e bruscas oscilações em todo o período. Constatamos, portanto, uma permanência de oscilações no gasto com educação dos três estados, que, em maior ou menor medida, podem revelar discontinuidades de investimentos e de políticas públicas na área educacional.

Palavras-Chave: História Econômica Comparada; Gastos Públicos; Educação.

Área Temática:
Economia industrial,
da ciência, tecnologia
e inovação

A INSERÇÃO DA INDÚSTRIA CATARINENSE NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR: O CASO DA EMPRESA TUPY S.A.

Henrique Pereira Campos, UFSC, hpcampos2@gmail.com
Silvio Antonio Ferraz Cario, UFSC, fecario@yahoo.com.br

Área Temática: Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

O presente estudo insere-se no tema Cadeias Globais de Valor – CGV -, forma de organização industrial e comercial hodierna, em que produtos e serviços são realizados em nível mundial de forma integrada e competitiva. Trata-se de um padrão mundial, em que empresas se pautam para ter inserção ativa internacionalmente. Santa Catarina, que possui a 6^a. economia do país, conta com várias empresas de inserção em CGV, dentre as quais a empresa Tupy, fabricante do setor metalúrgico, cujos produtos atendem diferentes segmentos produtivos da cadeia industrial, se constituindo, portanto, fornecedor nacional e global. Para tanto, realizou-se pesquisa de campo, com roteiro de questões respondidas por um dos principais gerentes da empresa, em uma entrevista de cerca de uma hora e meia de duração. Dentre os principais resultados alcançados citam-se: natureza dos produtos fabricados possibilita inserção internacional, dado que os produtos metalúrgicos são utilizados como mercadorias mundiais; participa de uma estrutura organizacional maior, em grande monta presente no setor automotivo - estrutura industrial modular -, figurando como fornecedor de empresas de 2^a. e 3^a. linhas; está integrada nas CGV para frente e para trás, processando insumos estrangeiros e atuando no fornecimento de insumos globais; participa de uma estrutura de governança modular e governança ditada pelo mercado; o escopo geográfico de atuação mostra o mercado norte-americano como principal foco, seguido pela Europa e América Latina; figura como empresa offshoring, com presença de unidades produtivas próximo dos mercados consumidores; possui forte interação com universidades e institutos de pesquisas localizados no país e no exterior; e, realiza upgrading em processo e produtos.

Palavras-Chave: cadeia global de valor; economia internacional; empresa tupy

COMPETITIVIDADE DE EMPRESAS AGROINDUSTRIAIS DOS MUNICÍPIOS PANAMBI E CONDOR-RS

Elisangela Gelatti; UFSM; elisangelagelatti@hotmail.com
Maiara Thaís Tolfo Gabbi; UFSM; maiaratolfo@gmail.com
Angélica Cristina Rhoden; UFSM; angelica.rhoden@hotmail.com
Nilson Luiz Costa; UFSM; nilson.costa@ufsm.br
Daniel Arruda Coronel; UFSM; daniel.coronel@uol.com.br

Área Temática: Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

A compreensão dos fatores que explicam a capacidade competitiva das empresas do segmento agroindustrial é essencial para o desenvolvimento econômico local e global, uma vez que, estas empresas são importantes agentes na geração de empregos, rendas, externalidades positivas e indução de inovações tecnológicas. Assim o presente estudo tem como objetivo identificar e analisar as estratégias competitivas utilizadas pelas pequenas, médias e grandes empresas, representativas do segmento agroindustrial metal mecânico dos municípios de Panambi e Condor-RS no mercado em que atuam. Metodologicamente, este é um estudo de caráter qualitativo e quantitativo, ancorado em técnicas de análise descritivas, a partir de uma pesquisa de campo que ocorreu no ano de 2017. Os resultados encontrados permitem afirmar que os fatores determinantes da competitividade das empresas pesquisadas do segmento agroindustrial metal mecânico de Panambi e Condor-RS e suas estratégias estão diretamente associados aos investimentos em gestão empresarial, investimentos tecnológicos e inovação de processos em seus produtos e qualidade do produto. As empresas pesquisadas acompanham todo o processo de sua produção, desde a aquisição da matéria prima, fornecedores, comercialização e pós-venda. Assim a qualidade torna-se um dos principais fatores que favorece a vantagem competitiva destas empresas, como principal estratégia oferecer produtos de qualidade, a partir do consumo de insumos e matérias primas de qualidade, fornecedores de confiança que respeitam prazo e volumes de entregas e uma comercialização eficiente com responsabilidade em seus atendimentos buscando atender as necessidades e exigência dos clientes. A vantagem competitiva das empresas para sua competição mundial está na importância do associativismo, ou seja, no Arranjo Produtivo Locas Pós Colheita Panambi e Condor-RS, onde as mesmas se beneficiam de matéria prima de qualidade, redução de custos em logística, agregando mais qualidade e valor nos seus produtos em relação aos concorrentes. Todas as empresas pesquisadas, pequenas, médias e grandes, independentes de sua classificação, são importantes para o desenvolvimento e fortalecimento dos demais setores econômicos destes municípios.

Palavras-Chave: Competitividade; Empresas Agroindustriais; Qualidade.

INSTITUIÇÕES E O SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO BRASILEIRO

Luana Rigo; UFSM; luana-rigo@hotmail.com

Wallace Lobato Siqueira; UFSM; wallacelobato@live.com

Andrey Luís dos Santos Robinson; UFSM; andreylrobinson@ymail.com

Área Temática: Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

O presente artigo propõe identificar uma linha temporal de como o Sistema Nacional de Inovação é percebido na economia brasileira e como tem se desenvolvido. Percebendo quão imprescindível o Sistema Nacional de Inovação é para desenvolvimento econômico e social, sendo fundamentalmente necessários conjuntos de ações deliberadas e coordenadas para atingi-lo, uma vez que exerce papel no sistema econômico. Demonstrando que as trajetórias do desenvolvimento, de maneira que leve em consideração o regime de acumulação, o padrão tecnológico e suas trajetórias, sempre em conformação com suas dimensões, num determinado período histórico. Dessa forma, as instituições agem em conjunto, e colaboram para o bom desempenho das inovações, tendo como alvo fundamental contemplar o desenvolvimento. Assim, pode-se compreender que para entender o sistema de inovações de uma economia nacional é preciso compreender as suas especificidades e seus aspectos históricos, pelo qual os processos de inovação dependem do caminho do desenvolvimento. O sistema nacional de inovação é imprescindível para o desenvolvimento de diversos países. Isso demonstra sua fundamental importância, visto que toda literatura enfatiza que a criação e atenção ao sistema nacional de inovação é um propiciador de crescimento e desenvolvimento. Logo o trabalho contribui para demonstrar a importância do Sistema Nacional de Inovação pelo qual faz parte de uma combinação de instituições, público e privadas que através de suas atividades e influências auxiliam, modificam e difundem os processos inovativos. Para além, também se verificou o papel do incentivo ao conhecimento e a Ciência e Tecnologia, dado que são fontes responsáveis pelo pioneirismo para a inovação.

Palavras-Chave: Sistema Nacional de Inovação; Inovação; Instituições.

O REORDENAMENTO DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO BRUTO: UMA ANÁLISE COM DADOS EM PAINEL PARA OS DEZ MAIORES PAÍSES PRODUTORES

Max Cardoso de Resende; UFSC; max.resende@ufsc.br
Evandro Castro Pedro; UFSC; evandro.castro@live.com

Área Temática: Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

Este artigo tem como objetivo investigar o comportamento da produção siderúrgica em usinas integradas entre os anos de 1995 a 2008, nos dez maiores países produtores de aço bruto e seus principais determinantes, a partir da análise de dados em painel. A estrutura contemporânea da indústria siderúrgica mundial é resultado de um intenso processo de consolidação patrimonial, com fusões e aquisições entre os conglomerados industriais do setor e do deslocamento geográfico de grande parte da produção de aço bruto dos países desenvolvidos (Estados Unidos e Europa) para países asiáticos subdesenvolvidos, principalmente a China, a qual já no final de 2005 era responsável por mais da metade da produção global de aço bruto. Esta pesquisa realizou um estudo econométrico, que compreendeu a determinação do melhor modelo de dados em painel e a estimação pelo método de regressão linear heterocedástica multiplicativa. Também foi realizada uma análise comparativa dos respectivos coeficientes de elasticidades de cada variável explicativa significativa do modelo, para cada país, com a finalidade de definir qual a importância dessas variáveis na fabricação de aço bruto. Concluiu-se que a produção siderúrgica mundial depende, sobretudo, da evolução dos preços do minério de ferro aliado a necessidade de recorrer ao mercado externo para a obtenção do mesmo, enquanto o nível de atividade econômica define a localização geográfica da produção. Além disso, notou-se que países com menor escala de produção são mais sensíveis às variações nas variáveis explicativas do modelo, resultado este que vai de encontro às características tradicionais da indústria, de excesso de capacidade instalada e vulnerabilidade em relação ao custo dos insumos minerais.

Palavras-Chave: Produção de aço bruto; modelos de painel; China.

RELAÇÃO ENTRE GESTÃO DO CONHECIMENTO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ney Kassiano Ramos, UNIPLAC, kassiano@gmail.com
Cristina Keiko Yamaguchi, UNIPLAC, criskyamaguchi@gmail.com
Ubirajara Maciel da Costa, UDESC, ubirajara.costa@udesc.br

Área Temática: Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

No campo da gestão é um desafio definir o que é Gestão do Conhecimento (GC), do que trata e de como deveria ser nas empresas a dinâmica de criação, transferência e uso do conhecimento, e como a Tecnologia da Informação (TI) pode ajudá-las a facilitar o processo de GC na criação de recursos dinâmicos para o processo de aquisição, uso e transferência do conhecimento. Nesse contexto, esse trabalho objetivou conhecer o panorama dos estudos referente a gestão de conhecimento e tecnologia da informação em publicações científicas. Os procedimentos metodológicos adotados, foram: pesquisa descritiva, bibliográfico e abordagem qualitativa. A base de dados escolhida foi a Scopus, no período de 2010 a 2018. Foram utilizadas as seguintes palavras chaves, “knowledge management” (gestão de conhecimento) e “information technology” (tecnologia da informação). As primeiras pesquisas resultaram em 708 documentos. Quando a busca limitou-se somente nos campos “título do artigo” e “resumo”, ao mesmo tempo, resultou em 340 artigos, e, 25 artigos, no caso da busca feita exclusivamente no campo “título do artigo” com os as palavras “knowledge management” e “information technology”, usando as aspas para definir a frase completa, com uma média de 2,5 artigos publicados por ano, na listagem resultante. Foram utilizados 22 artigos que cumpriram os critérios de inclusão. A TI foi considerada, amplamente, como a real habilitadora da GC, com influência direta e positiva no manejo de conhecimento; é de grande valia ao ajudar na sobrevivência de uma organização em um ambiente altamente competitivo. Ainda assim, é preciso escolher a estratégia correta para utilizar as duas áreas do conhecimento, não havendo ainda uma solução genérica para as organizações. Existem poucos estudos que tratem da relação entre GC e TI somente, explorando suas implicações. A maioria dos autores busca explicar e entender a sua influência em outras matérias, sempre como coadjuvantes em temas que consideram como relevantes e, desta maneira, se mostra pobre a visão interdisciplinar nessa área.

Palavras-Chave: Gestão do conhecimento; Tecnologia da informação; Desafios.

SHARING ECONOMY: ESTIMANDO OS EFEITOS DA INTRODUÇÃO DAS PLATAFORMAS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL SOBRE A RENDA DOS MOTORISTAS DE TÁXI

Erico Souza Costa, UNESC, ericosouzacosta@gmail.com
Melissa Watanabe, UNESC, melissawatanabe@unesc.net

Área Temática: Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

O adensamento das plataformas de transporte individual, em principal a Uber como carro chefe, foi acompanhada de: (i) entusiasmo por trabalhadores liberais, policy makers e organizações com interesses sustentabilidade ambiental; (ii) desconfiança por pesquisadores preocupados com declínio da segurança trabalhistas e estabilidade econômica dos motoristas nestas plataformas; (iii) e com completa desaprovção, os taxistas apontando estas plataformas como concorrente desleal por não requisitar do motoristas as mesmas licenças requeridas para operação dos táxis. Contudo, a realidade aponta que estas plataformas acumulam elementos que viabilizam sua consolidação como nicho de negocio em uma nova realidade econômica. Concomitante a isso difunde-se a hipótese de que a entrada das plataformas de transporte se passageiros individuais teria afetado a renda dos motorista de táxi. Tomando o cenário brasileiro e diante de tal fenômeno, - rápido adensamento nas principais capitais do mundo e aderência destas plataformas – terá havido impacto sobre a renda dos motoristas de táxi após a entrada destas plataformas nas principais Regiões Metropolitanas (RMs) do país? As plataformas de transporte individual se encontram sob um movimento que tem ganhado interesse do meio acadêmico denominado de sharing economy e gig economy. Apesar do crescente interesse no tema, ainda não se mostram significativas em números, as produções acadêmicas que tratam de forma sistemática sobre o impacto deste fenômeno. Neste sentido, este trabalho tem como proposito verificar o impacto pela introdução das principais plataformas de transporte individual (Uber, Cabify) na renda dos táxis. Consequente a este objetivo: (i) explorar a introdução espacial e temporal das plataformas nas RMs; (ii) estimar variáveis fixas e de tendências na aderência das plataformas e no emprego em relação as características específicas das RM. (iii) apresentar um modelo de regressão linear que comporte as características das RMs brasileiras em que as plataformas digitais foram introduzidas. Por se tratar de um tema interdisciplinar e com uma recente literatura acadêmica este estudo será do tipo pesquisa aplicada. Sua abordagem será qualitativa e quantitativa. Qualitativa no sentido de investigação exploratória para um maior aprofundamento teórico no material já produzido sobre o fenômeno; e quantitativo pelo emprego de coleta e análise de dados se valendo de métodos estatísticos matemáticos. Contemplarão como ferramentas no processo investigativo as plataformas We of Scienc® (WoS) e Google Acadêmico, tomando como tema: gig economy (economia sob demanda), independent workers (trabalhadores independentes); sharing economy (economia compartilhada), além de outros materiais como artigos e revistas científicas, web sites e canais digitais de informação. Serão usadas como bases de dados para contemplar informações das RMs: o Rais/Caged (dados sobre numero e remuneração dos motoristas de táxi e outras categorias); IBGE, IPEA (informações sobre a população nas RMs); Como não há dados acessíveis para mensurar a aderência por motoristas as plataformas, será adotado a ferramenta Google Trends para balizadora na captura de diferenças no tratamento entre RMs. Estima-se que ao comprovar a hipótese seja possível ter evidencia empíricas do impacto na renda dos motoristas de táxi promovido pelas plataformas digitais de transporte individual de passageiros no território nacional.

Palavras-Chave: Sharing Economy, Gig Economy, Plataformas Digitais, Inovação Tecnológica.

TECNOLOGIA NO CONTEXTO DA CIÊNCIA, ECONOMIA E TECNOLOGIAS SOCIAIS

Roni Francisco Pichetti, FURB, ronipichetti@hotmail.com
Paulo Roberto de Freitas Junior, FAMEBLU, jufreitasbnu@gmail.com

Área Temática: Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

Existem diferentes concepções de tecnologia, as quais são relacionadas à técnica, a ciência e a economia. A teoria crítica considera que a tecnologia pode ser controlada de alguma forma, bem como entende que a mesma está carregada de valores. Porém estes valores não determinam apenas um, mas muitos possíveis modos de vida, cada um deles definido por escolhas e objetivos diferentes na utilização da tecnologia. De acordo com este ponto de vista, entende-se que as tecnologias não são ferramentas neutras, mas que fazem parte de construções sociais e políticas. Assim, o objetivo deste artigo foi realizar uma reflexão conceitual sobre tecnologia, técnica e ciência, a fim de diferenciar características próprias de cada um destes conceitos e estabelecer uma relação entre eles. Para o tratamento desta questão, se fez necessária a realização de pesquisa bibliográfica, abrangendo livros e artigos científicos da área pesquisada, a fim de comparar o pensamento de diferentes autores. Por meio dos materiais coletados, se compilaram as considerações finais, que tratam da atual aplicação da tecnologia na vida em sociedade em relação às concepções utilizadas em períodos anteriores. Conclui-se que o uso de tecnologias influencia o modo de vida em sociedade, o que pode ser percebido nas diferentes épocas e concepções pesquisadas. Cada teoria avalia um viés tecnológico, mas os principais objetivos observados envolvem a geração de lucros para os possuidores do capital e a exploração dos trabalhadores. A forma como estes lucros podem ser obtidos são uma preocupação ética, independente da utilização ou não das tecnologias. Por mais que tecnologias sejam exploradas e pesquisadas para fins de aumento de produção, não se trata de sua única preocupação. Pesquisas científicas e tecnológicas não precisam ser tratadas apenas como ferramentas de exploração do trabalho, mas utilizadas para o bem comum. O ritmo do crescimento econômico não necessariamente deve ditar a velocidade das inovações tecnológicas. Em suma, atualmente as atividades econômicas empregam e promovem o desenvolvimento tecnológico e territorial, porém não prioritariamente de forma justa, igualitária e sustentável.

Palavras-Chave: Tecnologia; Ciência; Tecnologia Social; Economia.

Área Temática:
Desenvolvimento
Social, economia
solidária e políticas
públicas

A CRIMINALIDADE RECENTE EM DESARMONIA COM A SANTA E “BELA” CATARINA

Pablo Felipe Bittencourt, UFSC, pablofelipe.bittencourt@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

O aumento da criminalidade brasileira desafia acadêmicos e formuladores de políticas públicas (Sapori, 2007; Ribeiro, 2009; Santos et. al. 2015). Segundo o Atlas da Violência (Cerqueira, et. al. 2017), em 2016, o Brasil registrou taxa de homicídio de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, 30 vezes superior à taxa europeia e similar à de países como África do Sul, El Salvador e Colômbia. Foi a primeira vez que ultrapassou-se o patamar de 30 mortes por 100 mil habitantes, o que significa algo próximo a 65 mil casos por ano, distanciando-se dos cerca de 55 mil casos entre 2008 e 2013. Em Santa Catarina o crescimento também assusta, mas ainda carece de investigação de suas especificidades regionais. O objetivo do artigo é apresentar um panorama recente da criminalidade do Estado de Santa Catarina, destacando aspectos regionais. Para isso, dados estatísticos oficiais da Secretaria de Segurança Pública foram utilizados para investigar homicídios, feminicídios, roubos e furtos, posse e porte de drogas e armas e tráfico de drogas. Entre os resultados, destaca-se que a exemplo do que acontece em muitas regiões brasileira, também aqui, negros, pobres, jovens e do sexo masculino são as vítimas mais frequentes da criminalidade. Também viu-se por meio de entrevistas de campo, que o feminicídio, apesar de apresentar índices muito elevados pode ainda estar sub-estimado. Adicionalmente, a análise regionalizada, por meio de mapas, permitiu sugerir que o aumento de crimes como o de tráfico de drogas possam estar ligados ao movimento da litoralização da atividade econômica e que outros como os crimes de lesão corporal podem estar associados a cultura de determinadas regiões.

Palavras-Chave: Criminalidade, Santa Catarina, Litoralização

A PRESENÇA DA JUSTIÇA DISTRIBUTIVA NO BRASIL POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOECONÔMICAS: O PRONATEC

Claudia Bauer Gonçalves, UNESC, direitoclaudiab@gmail.com
Angélica Pereira Possamai, UNESC, angelicappossamai@gmail.com.br
Yduan de Oliveira May, UNESC, ym@unesc.net

Área Temática: Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

Partindo do ideário da justiça distributiva, desenvolvida pelo filósofo John Rawls, autor da obra *Uma teoria da justiça* (1971), em que defende uma sociedade cooperativa e participativa, com princípios básicos de liberdade e igualdade preservados. Ainda, busca distribuir de forma justa e equitativa as oportunidades, estimulando e subsidiando o aperfeiçoamento dos talentos de cada indivíduo para que os utilizem dentro da construção social. Em função dessas premissas, fez-se útil a análise do Pronatec, a fim de encontrar a presença da justiça distributiva, tendo em vista a compatibilidade de interesses. Instituído pela Lei nº 12.513/2011, o Pronatec busca melhorar a vida dos brasileiros, por meio de ações e cursos técnicos e profissionalizantes, que resultam na empregabilidade formal, geração de trabalho, emprego e renda. Sendo assim, para o desenvolvimento dessa análise primeiro apresentou-se o conceito da justiça distributiva de acordo com o pensamento de John Rawls, e alguns elementos essenciais de sua teoria. Em seguida, abordou-se o conceito das políticas públicas e a importância de que os setores social e econômico sejam pensados de forma conjunta no momento de criar essas políticas públicas, a fim de que sejam socioeconômicas. Em seguida, apresentou-se o Pronatec, sua finalidade, seus objetivos, a quem essa política pública socioeconômica se direciona, ações a serem desenvolvidas para a sua aplicação, e alguns dados avaliativos desde a sua implementação. Por fim, tratou de analisar e apresentar os pontos em que é possível constatar a presença da justiça distributiva dentro da política pública socioeconômica brasileira – Pronatec. Para isso, adotou-se o método de abordagem dedutivo, o monográfico como método de procedimento, por meio da técnica de pesquisa em documentação indireta em pesquisa bibliográfica de fontes secundárias como livros e legislações, como objetivo descritivo e explicativo.

Palavras-Chave: Justiça Distributiva; Política Pública Socioeconômica; Pronatec

COOPERATIVISMO E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE BLUMENAU/SC. O CASO DA CIA. HERING

Valmor Schiochet, FURB, valmorschiochet@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

Em Blumenau constatamos um importante fenômeno cooperativo com a existência de muitas cooperativas de crédito e uma das maiores cooperativas de consumo do país. A presença do ato cooperativo é generalizada. O que pretendemos evidenciar com esta pesquisa exploratória com pesquisa documental e entrevistas com dirigentes da Companhia e das cooperativas é a forte relação do cooperativismo com o processo de industrialização ocorrido em Blumenau a partir de meados do século passado. Esta relação já foi objeto de estudos no âmbito das reflexões sobre a (des)reestruturação produtiva ocorrida ao final da década de 1980 e década seguinte afetando diretamente o setor têxtil/confecção e as relações entre capital e trabalho. Estudos publicados identificaram uma articulação entre reestruturação do setor e proliferação do cooperativismo de trabalho. O que ocorreu foi uma substituição das estratégias empresariais relacionadas às cooperativas. Até a crise dos anos 80 predominavam os vínculos das empresas têxteis com as cooperativas de consumo e de crédito que ao longo da década de 1990 passaram a ter autonomia gerencial e organizativa. O fato é que podemos considerar plausível a elaboração de uma hipótese de pesquisa partindo do pressuposto de que o processo de industrialização e acumulação de capital em Blumenau foi permeado por uma articulação entre as empresas têxteis e as cooperativas. A criação, expansão e transformações das cooperativas de consumo e de crédito no setor têxtil devem ser entendidas como processos fundamentais para a compreensão do modelo de industrialização aqui desenvolvido e em especial das relações capital/trabalho nele estabelecidas. Mapeamos o processo histórico de surgimento, expansão e consolidação das cooperativas de crédito (CrediHering) e de consumo (CooperHering) considerando o seu vínculo com a Companhia. Ressaltamos que a expansão da Cia. Hering ocorreu de forma articulada com o cooperativismo de consumo e de crédito. Tal articulação teve suas contradições. Exemplo disto é o fato de que maior movimento paralista de trabalhadores Blumenau, ocorrido em 1989 teve seu "estopim" gerador na constatação de mulheres operárias de que seus pagamentos estavam em sua totalidade comprometidos com o consumo realizado no mês anterior na cooperativa de consumo. O recebimento de cheques zerados fez com que elas abandonassem seus postos de trabalho e organizassem uma caminhada até o centro da cidade para protestar. Foi após a greve que ocorreu um processo de autonomização e distanciamento das cooperativas da Cia Hering e sua substituição pelas cooperativas de trabalho. Enfim, propomos que uma leitura do processo de industrialização de Blumenau necessita incorporar o fenômeno cooperativo por sua importância no estabelecimento das relações entre capital e trabalho.

Palavras-Chave: Industrialização; Cooperativas; Setor Têxtil; Blumenau.

DELEGACIAS DE ATENDIMENTO À MULHER EM SANTA CATARINA: DESAFIOS ESTRUTURAIS E SOCIOECONÔMICOS EM CURSO

Leandro da Rosa, UNESC, leandroarosa@unesc.net
Giovana Ilka Jacinto Salvaro, UNESC, giovanasalvaro@unesc.net
Ismael Gonçalves Alves, UNESC, ig@unesc.net

Área Temática: Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

O trabalho apresenta um conjunto de reflexões que integra a dissertação de mestrado em andamento, que tem como tema as políticas de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar frente ao que preconiza a Lei 11.340/2006, no âmbito das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) em SC. De forma pontual, com base na criação e na localização de Delegacias de Atendimento à Mulher no território catarinense, problematiza-se a efetividade da referida Lei, da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e da Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres no território catarinense. A pesquisa foi desenvolvida por meio do emprego de material bibliográfico e documental, envolvendo a literatura especializada sobre o tema e o levantamento de dados em bases especializadas/oficiais do estado de Santa Catarina. Em âmbito nacional, além da Lei 11.340/2006, foram analisados Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs), dentre outros documentos. A análise realizada demonstra que, em Santa Catarina, as Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMIs) estão distribuídas em municípios das cinco grandes regiões do Estado (Grande Florianópolis, Região Oeste, Região Serrana, Sul do Estado e Vale do Itajaí). O modelo de delegacia descrito não se restringe ao atendimento de mulheres, conforme determina os documentos normativos, o que pode interferir na organização e qualidade dos serviços realizados.

Palavras-Chave: Palavras-chave: políticas públicas; violência contra as mulheres; Delegacias Especializadas.

FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DE SANTA CATARINA E POBREZA MULTIDIMENSIONAL NOS ANOS DE 2000 A 2010: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Mayara da Mata Moraes; UFSC; mayaradamatamoraes@gmail.com
Solange Regina Marin; UFSC; solange.marin@ufsc.br

Área Temática: Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

Por meio do cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), Moraes, Marin e Vieira (2018) averiguaram que os municípios de Santa Catarina, nos anos censitários de 2000 e 2010, em situação de maior privação se localizam nas mesorregiões Oeste, Serrana e parte da mesorregião Norte. Alguns desses municípios são Bela Vista do Toldo, São José do Cerrito e Santa Terezinha do Progresso que, em 2010, apresentaram um IPM na casa dos 25%. Já os municípios em situação de menor privação estão localizados na parte leste do estado catarinense que inclui as mesorregiões da grande Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Sul e também parte da mesorregião Norte. Balneário Camboriú, Florianópolis e Criciúma são alguns dos exemplos de cidades catarinenses que gozam de uma baixa incidência de pobreza multidimensional para os anos analisados. Comparando com os menos afortunados, esses três últimos apresentaram um IPM na casa do 0,8% em 2010. É como se coexistisse, segundo exposto por Cunha (1992), duas Santa Catarinas: à medida em que uma Santa Catarina pode ser considerada moderna e industrializada, a outra se afasta desse padrão apresentando uma economia retraída calcada, principalmente, nas atividades agropecuárias. O objetivo desse trabalho é buscar na história da formação econômica de Santa Catarina aspectos que iluminem as razões da presença dessas duas situações tão discordantes no relativo à incidência de pobreza. Em uma primeira aproximação, é possível conjecturar que a forma de colonização e a chegada de imigrantes de diferentes nacionalidades e experiências, notadamente experiência industrial, além do tipo de atividade produtiva que prevaleceu em cada região, contribuíram para a construção do quadro geral da pobreza multidimensional.

Palavras-Chave: Pobreza multidimensional; Santa Catarina; colonização

IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE INDICADORES DE DESIGUALDADE E POBREZA

Thais Waideman Niquito, UDESC, twaideman@gmail.com
Marianne Zwilling Stampe, UDESC, mari.stampe@udesc.com

Área Temática: Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

O Programa Bolsa Família, o mais longo e abrangente programa de transferência condicionada já estabelecido em âmbito nacional, tem sido alvo de diversos estudos. Em várias dimensões, entretanto, os resultados acerca de seus efeitos são escassos ou, em alguns casos, conflitantes. O objetivo deste estudo é contribuir para a literatura sobre o tema ao investigar os impactos do programa sobre indicadores de desigualdade e de pobreza. Especificamente, foram avaliados os efeitos sobre a proporção de pobres no município, a proporção de crianças pobres e o índice de Theil. Para tanto, foi estimado um modelo de diferença em diferenças para dados municipais, tendo como base as informações dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A variável de tratamento, em 2010, foi a proporção de pessoas do município que receberam o benefício, variando de zero a cem – em 2000, quando o programa não estava em vigência, todos os municípios receberam valor zero para esta variável. As estimações contemplam abrangência nacional, regional e também especificamente o estado de Santa Catarina. Os resultados mostraram que o benefício contribuiu para a redução da proporção de pobres e da proporção de crianças pobres nos municípios, contribuindo com o debate sobre o tema, que atualmente não apresenta consenso. Cabe ressaltar que o impacto estimado sobre os indicadores de pobreza foram mais expressivos em Santa Catarina na comparação com o observado para a total nacional. Por outro lado, não foram encontrados indícios de que o programa tenha contribuído para a redução das desigualdades. Ao contrário, para algumas das especificações, o efeito encontrado foi o aumento da desigualdade de renda nos municípios.

Palavras-Chave: Programa Bolsa Família; Desigualdade e Pobreza; Modelo de Diferença em Diferenças.

METAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Caroline da Graça Jacques, UNESC, caroljacques24@gmail.com
Jaqueline da Cunha Souveral, UNESC, jaquelinesouveral@unesc.net
Eduarda Silva Venerio, UNESC, eduardasilvav@hotmail.com

Área Temática: Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

As Metas do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas compõem um guia de ações para as sociedades em direção ao desenvolvimento socioeconômico. Composto por dezessete metas gerais, o documento prevê o fortalecimento da paz, da liberdade e a erradicação da pobreza. Nesse sentido, o objetivo dessa reflexão é destacar os nexos entre as metas e a promoção da economia solidária. O objetivo geral é compreender em que medida a Economia Solidária e seus princípios estão contemplados na estratégia global de desenvolvimento da ONU. Entende-se que a Economia Solidária faz parte de um movimento multidimensional e está diretamente ligada a uma esfera de relações e atividades transnacionais criadas por atores coletivos – movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil – que são independentes dos governos e das empresas privadas. Localmente, no Brasil, o movimento da Economia Solidária ganhou forte impulso através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que desde o I Fórum Social Mundial (2001) impulsiona a auto-organização dos trabalhadores (as) em direção à Economia Popular Solidária e Autogestão. A Economia solidária visa valorizar socialmente o trabalho humano, satisfazendo as necessidades de todos com o sustento da criatividade tecnológica e da atividade econômica, reconhecendo o lugar da mulher no meio econômico solidário, inserindo a todos em uma relação de respeito para com o próximo e com a natureza. A mesma constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento social justo, sustentável e direcionado para a satisfação real das respectivas necessidades de cada cidadão da Terra, acompanhando uma direção intergeracional de desenvolvimento sustentável, visando a qualidade de vida. Seu valor central é o trabalho, representando práticas instituídas em relações colaborativas e solidárias, motivadas por valores culturais, definindo-se como eficiência social, em direção a felicidade e a satisfação de seus membros. Com base no estudo sistemático das metas do desenvolvimento sustentável da ONU, entende-se que a Economia Solidária está parcialmente contemplada na estratégia da ONU e possui relação com os seguintes objetivos: o Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; o Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; o Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; o Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; o Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Como conclusão, destacamos que a Economia Solidária e seus princípios estão em consonância com as Metas do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. Ambas as propostas tem como princípio norteador o crescimento econômico com inclusão social e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente. Nesse sentido, o fomento de políticas públicas e o fortalecimento do movimento multidimensional da Economia Solidária são vetores fundamentais para se atingir as metas do desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Metas do Desenvolvimento Sustentável; Economia Solidária; Trabalho decente; Inclusão Social

OBSERVATÓRIO MIRIM: UM PROJETO DE EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E POLÍTICA

João Vitor Fratoni, UNESC, joaovitorfratoni@unesc.net
Camila Bueno - observatoriosocialmf@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

O bom gerenciamento da sociedade, requer uma gestão pública eficiente que esteja atrelada aos princípios éticos de responsabilidade pública social. Atendendo as demandas sociais em prol de um gerenciamento coletivo. O cidadão é um ente importante na sociedade, assim pode ter um papel pró ativo na sociedade, questionando as decisões e recursos utilizados. Com ênfase em promover a conscientização social e política o Observatório Social do Brasil – Morro da Fumaça desenvolveu o projeto denominado “Observatório Mirim”, atuante em parceria com a Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça e as escolas municipais. O público alvo são as crianças do 5º ano distribuídas em 8 escolas, sendo 8 turmas matutinas e 5 turmas vespertinas, totalizando 248 alunos, com o objetivo de sensibilizar as crianças e adolescentes de suas responsabilidades sociais, como fiscalizar se a entrega dos produtos adquiridos pela prefeitura são realizadas pelos fornecedores conforme os parâmetros constantes na licitação (prazo, qualidade, quantidade e outros). As atividades realizadas pelo projeto contam com um catálogo de atividades que inclui, uma oficina para crianças e adolescentes sobre cidadania, processo licitatório e notas fiscais em parceria com acadêmicos do curso de direito da UNESC, e um Quiz de perguntas e respostas sobre o tema apresentado e a distribuição de um gibi informativo. As turmas do 5º ano de cada escola irão acompanhar a entrega dos produtos destinados à sua escola, conferindo de as especificações estão de acordo com a licitação e a nota fiscal (quantidade, peso, prazo de validade, marca, modelo) providenciando posteriormente um relatório da entrega, que será fixado em um mural na escola. A obtenção dos resultados partiu da aplicação de questionários com as merendeiras, diretoras e alunos. As merendeiras são parte fundamental do projeto, pois são elas as responsáveis pelo recebimento das merendas. Para 100% das merendeiras pesquisadas o projeto deve ser mantido, também com índice de 100% a menção de que o projeto não apresentou nenhum prejuízo as atividades do projeto. O questionário aplicado as diretoras possuíam respostas objetivas e discursivas, permitido que essas apontassem falhas e sugestões. Quanto as questões objetivas, relacionada ao nível de satisfação com o tema do projeto, a palestra de implementação o acompanhamento e o suporte dado pelo observatório social ao longo do ano e o engajamento dos alunos. Os níveis de satisfação perante ao tema, 25% avaliaram ótimo, 37,5% como bom e outros 37,5% não compareceram a palestra e não puderam avaliar. O atendimento prestado pela equipe do observatório também foi avaliado, 50% das diretoras qualificaram como ótimo e 50% avaliaram como bom. A palestra promovida recebeu avaliação, sendo ótimo 50%, bom 25% e outros 25% não avaliaram em virtude de não terem comparecido. Outras respostas apresentadas pelas diretoras pesquisadas também apresentaram um despertar de senso crítico nos alunos do projeto. O questionário aplicado aos alunos consistiu em 6 questões subjetivas. Constatou-se a importância de conferir a qualidade dos alimentos e não da merenda enquanto gasto público. Poucos alunos conseguiram responder à questão que perguntava quanto ao gasto público e sua importância.

Palavras-Chave: Observatório Social; Gastos Públicos; Responsabilidade Social

**POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR
COMUNITÁRIO EM SANTA CATARINA: A UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL
CATARINENSE NO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA (2005-2015)**

Tháise Arnold Policarpo, UNESC, thaisepolicarpo@hotmail.com
Alcides Goularti Filho, UNESC, agf@unesc.net

Área Temática: Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

A educação, consagrada fonte de avanço social e econômico, deve ser garantida pelo Estado. Também, é uma ferramenta importante de inclusão social e desenvolvimento humano. A educação superior brasileira, durante muitos anos, foi destinada à alta elite. Com o passar dos anos, houve uma modificação quanto a isso. Porém, a partir a dos anos 2000, por meio de políticas públicas, a educação superior passou a ser mais acessível a grupos sociais de baixa renda, a negros e a pessoas com deficiência. Período em que o governo foi mais desenvolvimentista. A presente pesquisa apresenta um estudo sobre o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Artigo 170 do Governo do Estado de Santa Catarina e a Bolsa da Prefeitura Municipal de Criciúma no espaço de uma universidade comunitária. Esse modelo de instituição contribuiu para o desenvolvimento da educação superior catarinense. A instituição, objeto deste estudo, é a Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), oriunda de uma fundação educacional, criada por lei municipal. Este trabalho apresenta análise de dados entre os anos de 2005 a 2015. Marcado por uma pesquisa qualitativa, com método dialético. Percebemos, após a pesquisa, a presença do Estado na Universidade do Extremo Sul Catarinense por meio das políticas públicas sociais inclusivas. Concluímos que as políticas de acesso, identificadas pelos programas estudados, ampliaram as oportunidades de determinados grupos sociais e fomentaram o desenvolvimento da universidade. Os governos Federal, Estadual (Santa Catarina) e Municipal (Criciúma), cumpriram suas funções, ampliando as oportunidades de ingresso na educação superior.

Palavras-Chave: Educação; Inclusão Social; Políticas Públicas.

PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA RETOMADA HISTÓRICA E UM ALERTA SOCIAL

Hellen Alves Sá; UFPR; hellenalvesa@gmail.com

Pablo Augusto Tallini; UFPR; pablotallini@gmail.com

Társia Louane Batista da Silva; UFPR; tarsialbs@gmail.com

Fabiano Abranches Silva Dalto; UFPR; fabdalto@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

Este artigo tem como objetivo discutir o processo histórico da previdência social brasileira, principalmente a partir da Constituição de 1988. Utilizando como ponto de referência a construção da seguridade social, entendida como um sistema integrado de políticas de saúde, assistência social e previdência. A Previdência Social, desde sua criação, sofre diversas modificações. No Brasil foram introduzidas reformas não estruturais, mantendo o sistema público de repartição. Porém, os atuais debates levantam questões ideológicas, demográficas e contábeis para justificar reformas ou mesmo para extinguir os esquemas públicos de previdência. É diante desse cenário que crescem pressões para substituir seguridade por seguro, assim como o regime de repartição pelo regime de capitalização. No entanto, é preciso levar em consideração as diferentes características desses sistemas de previdência, bem como as suas vantagens e desvantagens. O estudo utilizou como principal processo metodológico a revisão bibliográfica. Nesta buscou-se recuperar os conceitos de seguridade social, seguro social, da mesma maneira que as diferenças entre os Regimes de Repartição e Capitalização. O texto está dividido em quatro seções: na introdução, há uma retomada histórica acerca da seguridade social, desde o processo inicial do capitalismo, até o desenvolvimento conceitual do welfare state, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Na sequência, apresenta-se um breve apontamento sobre a história da previdência social no Brasil, e seus interesses de amenização de luta de classes. Há, ainda, o debate referente ao Regime de Repartição versus Regime de Capitalização, que representa uma discussão entre Direito Político e Direito Financeiro. Por fim, nas considerações sobre este levantamento bibliográfico, aponta-se que, na aplicação de ambos os Regimes, é necessário transferir renda entre ativos e inativos.

Palavras-Chave: Previdência Social; Regimes de Previdência; Seguridade Social

VULNERABILIDADE SOCIAL EM SANTA CATARINA: AVALIAÇÃO DE INDICADORES SELECIONADOS NOS NÍVEIS ESTADUAL, MACRORREGIONAL E MUNICIPAL

Silvio A. F. Cario; UFSC; fecario@yahoo.com.br
Paloma Mariucci; UFSC; palomamariucci@yahoo.com.br
Henrique P. Campos; UFSC; hpcampos2@gmail.com
Daniele Neuberger; UFSC; danineuberger@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

O estudo realça que avaliar o nível de pobreza de uma sociedade vai além da insuficiência de recursos monetários para viver, dado que indicadores socioinfraestruturais devem ser considerados, dentre os quais o “índice de vulnerabilidade social”. Tal indicador congrega as condições de vida das pessoas em termos de habitação, saúde, saneamento, educação, trabalho e renda. Dado este ponto de partida, o estudo tem como objetivo fazer um diagnóstico da vulnerabilidade social em Santa Catarina nos níveis estadual, macrorregional e municipal. Recorre a dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO). Destaca que o estado de Santa Catarina possui o menor indicador de vulnerabilidade social do país, porém tal registro não o isenta de apresentar características marcantes de pobreza. Considerando este aspecto, aponta, em números, que a pobreza, em certas macrorregiões e municípios catarinenses, assume percentual elevado da população. As regiões da faixa litorânea ou muito próximas dela apresentam menores índices de vulnerabilidade social (Grande Florianópolis, Litoral Norte, Alto Vale do Itajaí e Litoral Sul) se comparadas àquelas mais distantes do litoral (Meio Oeste, Oeste, Planalto Norte e Planalto Serrano), medidas tanto em termos de acesso quanto em termos monetários. Considerando esta referência, oportunizar ações políticas mais focalizadas nas regiões mais expostas a estas mazelas, potencializando o resultado das políticas públicas são essenciais à sua superação. Nesse sentido a participação ativa de Santa Catarina no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) permite o desenvolvimento de ações no âmbito dos tipos de proteção social, a partir de centros de referência e de apoio.

Palavras-Chave: Índice de Vulnerabilidade Social; Pobreza; Políticas Públicas

Área Temática:
Desenvolvimento
regional e urbano

A CRIAÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO POR UMA COMPANHIA DE UM CLUSTER TÊXTIL: ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO VIACREDI E A COMPANHIA HERING

Henrique Azevêdo Carvalho, FURB, economista.henrique@gmail.com
Mohamed Amal, FURB, amal@furb.br
Marianne Hoeltgebaum, FURB, marianne@furb.br

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

O empreendedorismo tem transformado a realidade das nações. O caso da Hering, empresa referência na produção têxtil mundial, que criou outras empresas de sucesso e referência nacional. Neste estudo de caso a empresa apresentada será a VIACREDI. Quando se analisa a estrutura de um mercado, principalmente no tocante ao papel do empreendedor neste cenário, avalia-se como, quem e de que forma se exerce a liderança nas corporações, porém a análise das fontes das oportunidades de negócios que podem surgir são pouco exploradas. Sob esta ótica podemos retornar as considerações concernentes às margens que delimitam e caracterizam a formação de um cluster, podendo ser culturais, territoriais e mercadológicas, conforme apresentado em sessão anterior. Desta forma, o extrapolar destes “limites” podem ocasionar o aproveitamento de um nicho de mercado, mantendo-se as bases do setor mais antigo e robusto. Neste sentido, após apresentados relatos sobre a formação e a relevância do cluster têxtil de Blumenau, com ênfase no surgimento da Companhia Hering em 1880, somando a este fato a criação da VIACREDI em 1951, tendo sido criada por funcionários desta indústria têxtil, e como primeiro presidente da então CrediHering, o próprio presidente da Companhia Hering, torna-se possível enquadrar esta condição à Teoria do Empreendedorismo pelo Transbordamento de Conhecimento, acima apresentada. A necessidade dos funcionários da Companhia Hering, num primeiro momento, de adquirirem suas residências, criou uma oportunidade, então absorvida pela companhia, de atender estas demandas, criando esta cooperativa de crédito. Desta forma esta pesquisa pretende apresentar um breve histórico sobre o surgimento do Cluster Têxtil em Blumenau, no estado de Santa Catarina, apresentando a formação da Companhia Hering em 1880, primeira indústria do segmento. E sobre o processo de formação da Cooperativa de Crédito CrediHering, em 1951, pelos funcionários da Companhia Hering, passando a se chamar VIACREDI em 2001.

Palavras-Chave: Cluster Têxtil; Cooperativismo de Crédito; Teoria do Empreendedorismo; Transbordamento de Conhecimento; Estudo de Caso

AGLOMERAÇÕES, RECESSÃO E CRESCIMENTO DO EMPREGO: UMA ANÁLISE PARA OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Cristian Rafael Pelizza; UNOCHAPECÓ; cpelizza@unochapeco.edu.br
Sabino da Silva Pôrto Junior; PPGE/UFRGS; sabino@ppge.ufrgs.br

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

O trabalho busca analisar se o impacto das crises econômicas sobre o crescimento do emprego, nos municípios brasileiros, é afetado pelo nível de aglomeração econômica. Para tanto, os municípios foram agrupados em diferentes níveis, de acordo com sua densidade populacional. Para evitar que efeitos de escala nos empregos municipais afetassem os resultados, foram criadas cinco amostras, com diferentes critérios para os níveis de aglomeração. Para a estimação, utilizou-se uma estratégia difference-in-differences com dados em painel para o período 2003-2011, tendo como referência a influência da crise ocorrida em 2008. Além disso, utilizaram-se controles associados a composição do mercado de trabalho, da indústria e da localização municipal. De maneira geral, os resultados indicam maior sensibilidade à crise nos municípios com baixa aglomeração ao utilizar como variável dependente o crescimento do emprego total. Para o crescimento do emprego na indústria de transformação os municípios com alta aglomeração apresentaram menor crescimento pós-crise. Para a amostra com todos os municípios presentes, observou-se uma diferença de 0.042 no logaritmo do emprego total pós-crise entre os municípios de alta e de baixa aglomeração. Mantendo uma maior homogeneidade na característica dos municípios, ao manter na amostra apenas aqueles com mais de 100,000 habitantes a diferença torna-se nula. Para o crescimento do emprego do setor industrial, a amostra com municípios com no mínimo 500 trabalhadores no setor, não apresentou significância estatística para a taxa de crescimento pós crise. Já a amostra com municípios com no mínimo 1,000 trabalhadores na indústria, apresentou diferença negativa de -0.020 no crescimento do emprego comparando municípios de alta e baixa aglomeração.

Palavras-Chave: Aglomerações; recessão; crescimento do emprego.

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Yan Henrique Silveira Gomes; UNIDAVI; yanhenrique@unidavi.edu.br
Tatiane Aparecida Viegas Vargas; UNIDAVI; tatianeviega@gmail.com
Márcia Fuchter; UNIDAVI; marciafuchter@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

O presente estudo analisa o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI) como agente propulsor do desenvolvimento regional. A partir da quantificação das ações realizadas pela instituição foi possível construir, de forma preliminar, seu Índice de Inserção Regional e avaliar a relação dele com o desenvolvimento do Alto Vale, na qual se constatou uma correlação relevante e positiva dentro dos métodos de análise. Da mesma forma a pesquisa se propôs a captar e interpretar opiniões da sociedade organizada sobre a atuação do Centro Universitário a partir de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo junto a cinco Associações atuantes na região. Foram elencadas quatro associações empresariais, presentes nas cidades onde a UNIDAVI possui um campus e a Associação de Municípios da microrregião. De natureza exploratória e uma grande participação de revisões bibliográficas a pesquisa apontou que a UNIDAVI contribui para o desenvolvimento da região desde sua fundação, no entanto a visão que a mesma transparece para a sociedade é focada apenas no ensino. A partir de um levantamento de dados feito diretamente com a instituição foi evidenciado um número expressivo de atividades, projetos e trabalhos que abrangem os campos da pesquisa e da extensão, contudo a sociedade não reconhece a atuação do Centro Universitário nos campos citados, sendo assim o trabalho conclui que mesmo efetuando diversas ações de pesquisa e extensão, a instituição de ensino superior é reconhecida apenas pelo seu fomento ao ensino profissional, tendo a pós-graduação como ícone de seu reconhecimento quando se fala em qualidade.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional; Alto Vale do Itajaí; UNIDAVI; Ciência e Tecnologia.

ATIVIDADE ECONÔMICA EM SANTA CATARINA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E O DESAFIO DA RETOMADA DO PADRÃO DE CRESCIMENTO NO CURTO PRAZO

Gueibi Peres Souza, UFSC, gpssouza@yahoo.com.br

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

A partir do ano de 2015 é possível observar uma quebra no padrão histórico de crescimento da atividade econômica do Estado de Santa Catarina. Buscando contribuir para a identificação de possíveis alternativas e diretrizes que permitam a retomada tanto do padrão histórico de crescimento da atividade econômica no estado (observados de 2003 a 2015) quanto do nível em que estaria caso não houvesse tal ruptura, é que este estudo foi elaborado. Para tanto, explorou-se a caracterização de algumas evidências empíricas identificáveis a partir da aplicação de ferramentais difundidos em abordagens objetivas (principalmente de análises causais embasadas em modelos de regressão estimados pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários). Empregaram-se algumas das mensurações referentes à Santa Catarina divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), a partir das quais foram esboçadas determinadas alternativas de ação para o governo Estadual, estas alinhadas a uma estratégia de cunho desenvolvimentista. Com base nos principais resultados obtidos, segundo as variáveis e a metodologia utilizada, foi possível apontar para algumas alternativas que envolvem a exploração aparentemente factível de alguns instrumentos igualmente disponíveis. Como exemplo, podemos citar a expansão do crédito tanto para pessoas físicas quanto jurídicas no Estado, assim como a simultânea ampliação de subsídios a algumas atividades específicas. No que diz respeito ao setor primário, as atividades a serem atendidas podem ser consideradas em termos gerais, ou seja, as relacionadas ao setor como um todo. Já com relação àquelas pertencentes tanto ao setor secundário quanto terciário, existem algumas que se mostraram aparentemente com necessidades mais urgentes, como, por exemplo, é o caso dos segmentos de móveis, eletrodomésticos, têxtil (vestuário) e de calçados. Isto sem deixar de considerar todas as atividades relacionadas ao setor de transportes que transpassa todas as atividades aqui mencionadas.

Palavras-Chave: Economia Catarinense; Atividade Econômica; Desenvolvimento Regional.

AVALIAÇÃO FINANCEIRA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO VINCULADAS AO SISTEMA AILOS ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2017

Henrique Azevêdo Carvalho, FURB, economista.henrique@gmail.com
Siliane Ferrari Voltolini, FURB, silianef@furb.br
Adriana Kroenke, FURB, akroenke@furb.br

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

Este artigo apresenta uma análise financeira das cooperativas de crédito vinculadas ao Sistema Ailos, no período de 2015 a 2017. O estudo foi realizado com base na pesquisa de Bressan, Braga e Bressan (2003) que avaliou o desempenho das cooperativas de crédito rural do estado de Minas Gerais. A pesquisa tem cunho descritivo, documental e quantitativo. Os indicadores financeiros utilizados no estudo estão divididos nos grupos de estrutura, solvência, despesas, rentabilidade e crescimento também utilizados no estudo base, extraídos do Manual da Austin Asis. Para fazer a avaliação financeira utilizou-se o teste de médias. Este teste, enquanto ferramenta estatística, foi escolhido por este trabalho atender o mesmo objetivo do trabalho de referência para pesquisa, de analisar e comparar resultados financeiros de duas amostras dentro de períodos estabelecidos. No decorrer da elaboração deste trabalho identificamos alguns fatores que podem ser descritos como deficiências, como por exemplo, os relatórios financeiros utilizados para o estudo demonstravam oscilações no mesmo período, em documentos diferentes. Estas oscilações são compreensíveis, e esperadas, dados os ajustes que podem ocorrer nos fechamentos contábeis anuais. Os resultados e análises estatísticas realizadas demonstram que os indicadores das cooperativas de crédito no período são crescentes e positivos, indicando que as instituições centralizadas pela AILOS apresentam bons sinais financeiros e contábeis de liquidez, crescimento, rentabilidade e solvência no período. Acreditamos, com base nos relatórios analisados, dos testes estatísticos e ponderações feitas que existam tendências de manutenção deste crescimento apresentado no período analisado para períodos vindouros, que podem ser apresentados em estudos futuros, dado a relevância do mesmo para o contexto em que estas cooperativas de crédito estão inseridas.

Palavras-Chave: Avaliação Financeira; Cooperativa de Crédito; Indicadores Financeiros; Sistema AILOS

CRESCIMENTO E DESIGUALDADES ESPACIAIS: ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO NAS MESORREGIÕES DE SANTA CATARINA

Gabriel Pereira Campos, UFSC, gabrielpereiracampos@outlook.com

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

Este artigo discute a distribuição da produção nas mesorregiões catarinenses entre 2002 a 2016, de maneira a compreender melhor o crescimento e as desigualdades espaciais no território de Santa Catarina. Para isso, utilizou-se dados agregados do IBGE, bem como as desagregações por setor de atividade econômica em cada mesorregião do estado. A partir de 2004, a economia catarinense cresce fortemente, alavancada pela conjuntura nacional, em um movimento que se reflete em todas as mesorregiões. No mesmo sentido, a crise econômica afeta o estado a partir de 2015, e de forma mais intensa em 2016. Os impactos dessa dinâmica, todavia, distribuem-se de modo bastante desigual nas distintas regiões do estado. À vista disso, observou-se que o Vale do Itajaí foi a região que mais se destacou em termos de participação no produto catarinense, ao passo que as mesorregiões Norte e Oeste tem perdido protagonismo desde o início do século XX. Quanto à distribuição setorial, há uma tendência de concentração da participação do setor de serviços em todas essas regiões analisadas, sobretudo na região Sul. Por outro lado, observa-se uma queda da participação da indústria no agregado do estado, especialmente nas regiões com segmentos industriais mais dinâmicos e diversificados, como são os casos do Norte e do Vale do Itajaí. O setor agropecuário, por fim, segue perdendo em participação em todas regiões, deslocando sua importância às agroindústrias. Com isso, observa-se a readequação da economia catarinense ao padrão de acumulação nacional, que tende a se concentrar em alguns setores, dos quais se exclui, via de regra, a base industrial mais dinâmica.

Palavras-Chave: Economia regional; desenvolvimento desigual; produção.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE ABACAXI NO BRASIL COM ÊNFASE NA PARAÍBA NO PERÍODO DE 2003 a 2017

Adeilson Elias de Souza, UFSM, adeilsonelias@outlook.com
Magno Vamberto Batista da Silva, magnobs@yahoo.com
Paulo Ricardo Feistel, prfeistel@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

O objetivo deste trabalho é avaliar a distribuição espacial da produção agrícola de abacaxi no Brasil, com ênfase na Paraíba no período 2003-2015. Para isso, foi realizado um estudo sobre a produção de abacaxi, mapeando-se as principais áreas produtoras desta cultura por estados, bem como por microrregiões e municípios paraibanos, a partir da análise de acordo com a área plantada/colhida; quantidade produzida; rendimento médio; valor da produção e percentual do valor total da produção agrícola. Os resultados mostram que a produção de abacaxi está concentrada em determinadas áreas, padrão que praticamente permaneceu inalterado no período 2003 a 2015. Os principais produtores de abacaxi são os estados do Pará, Minas Gerais e Paraíba. Em relação às microrregiões paraibanas, as maiores produtoras foram: Guarabira, Litoral Norte, Sapé, João Pessoa e Litoral Sul e os principais municípios paraibanos produtores foram os de Araçagi, Itapororoca, Sapé, Santa Rita e Pedras de Fogo, sendo cada município destes fazendo parte destas respectivas microrregiões citadas acima. No cenário nacional, as áreas plantadas/colhidas aumentaram, impulsionando os aumentos da quantidade produzida, do valor da produção e do percentual no total da produção agrícola durante o período analisado no trabalho. A Paraíba no final do período 2003 a 2015 diminuiu sua participação nas áreas plantadas/colhidas em relação ao total do Brasil, influenciando também as quedas das participações nas variáveis quantidade produzida, valor da produção, porém a variável percentual do valor da produção de abacaxi em relação ao total agrícola aumentou de 14,68% em 2003, para 29,39% em 2015, mostrando de um lado a dependência desta cultura na produção agrícola paraibana e, de outro lado, a precariedade e baixo volume da produção agrícola paraibana, pois enquanto o percentual da produção de abacaxi em relação ao total agrícola produzido aumentou, a participação da produção paraibana de abacaxi caiu no fim do período 2003 a 2015 em relação ao total nacional.

Palavras-Chave: Produção de abacaxi; distribuição espacial, Paraíba.

EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA: UMA AVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO ESTADUAL E MACRORREGIONAL

Silvio A. F. Cario, UFSC, fecario@yahoo.com.br
Michele Dreger V. Silva, UFSC, micheledregerufsc@gmail.com
Aghata K. R. Gonsalves, UFSC, aghata.gonsalves@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

Considera-se que a educação é essencial ao desenvolvimento humano, econômico e social, e o Estado tem papel fundamental em proporcionar condições para tal ocorrência, estruturando e regulamentando o sistema educacional do país. Dentre os níveis de ensino existentes em Santa Catarina, o ensino médio é considerado fundamental, pois figura como espaço para a qualificação do estudante adentrar ao mercado de trabalho e a obtenção do passaporte para tentar o ingresso no ensino universitário. Apontar as características do ensino médio de Santa Catarina constitui o objetivo proposto. Nesta perspectiva, fornece a quantidade de jovens matriculados; as taxas de aprovação, reprovação, abandono e distorção idade-série; desempenho obtido por redes de ensino público e privado; posição do desempenho em nível nacional; e, o desenho das principais políticas públicas para o desenvolvimento do ensino médio catarinense. No âmbito estadual, verificou-se a deterioração no desempenho do ensino médio catarinense no último triênio em relação ao período anterior. Tal resultado traz à luz o problema a ser enfrentado pela área educacional do estado, uma vez que as projeções para os anos seguintes distanciam dos últimos indicadores observados na realidade. No âmbito macrorregional, dentre os principais resultados destacam-se: a) taxa líquida de atendimento não desprezível de alunos matriculados; b) elevadas taxas de distorção idade-série, sendo identificadas as séries – inicial e final – como espaços em que mais se manifestaram; c) elevadas taxas de reprovação e de abandono; e, d) quadro mais deteriorado na rede pública em relação à rede privada. No objetivo de mitigar os problemas existentes, o governo estadual elaborou o Plano Estadual da Educação 2014-2024 e o Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030, em que contam com objetivos, indicadores, metas e ações estratégicas para o ensino médio.

Palavras-Chave: Educação; Ensino Médio; Setor Educacional.

EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Mônica Marcon, moni-marcon@hotmail.com

Gabriela de Moraes Pimentel, gabriela_pimentel@msn.com

Angélica Massuquetti, angelicam@unisin.br

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

No Rio Grande do Sul, a rede de ensino superior, em 2017, estava dividida em 21 universidades, em sete centros universitários, em 103 faculdades e em três institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Há uma alta concentração de IES, em especial, na região nordeste do estado gaúcho. O objetivo do estudo foi analisar a evolução da especialização produtiva (estabelecimentos e empregos) das RFPs do Rio Grande do Sul, no setor de educação superior, no período 2007-2016, e propor estratégias de desenvolvimento para este setor. Como metodologia, utilizou-se o Quociente Locacional (QL), empregado como indicador relativo de especialização e a base de dados consultada foi a RAIS. Também foram analisados indicadores socioeconômicos e educacionais das RFPs, no mesmo período de estudo, e a base de dados consultada foi a FEEDados. Os resultados permitiram identificar as RFPs do estado que se configuram como polos de especialização relativa da Graduação, da Pós-Graduação e Extensão e da Graduação e Pós-Graduação, no que se refere aos estabelecimentos e aos vínculos empregatícios. Com relação às estratégias para o desenvolvimento das regiões com baixa especialização relativa, seria recomendado o investimento no ensino na modalidade a distância (EaD), incentivando as IES a investirem em polos em regiões com baixo número de ingressantes e com QLs inferiores a 1. Além disso, é importante, para o desenvolvimento regional, integrar a educação superior ao mercado de trabalho, estimulando a ampliação de estágios supervisionados de acordo com a área da educação, tornando os estudantes mais capacitados após a conclusão de seus cursos.

Palavras-Chave: Educação Superior; RFPs; QL.

ENSAIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ENTRADAS INICIAIS NO ESTUDO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

Gabriel Crozetta Mazon, UNESC, gabrielcmazon@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

O presente artigo se propõe a um ensaio teórico sobre o desenvolvimento regional. O objetivo foi de construir uma introdução ao desenvolvimento regional para o contexto brasileiro, estudando a tentativas mais enfáticas no país e o aporte teórico utilizado como referência na execução das políticas. A metodologia foi de pesquisa exploratória, com uso de método descritivo analítico, de caráter qualitativo e referencial bibliográfico. O trabalho não tem propriamente divisões, mas segue uma ordem, que coloca o desenvolvimento regional numa perspectiva, num lugar e num tempo. Trabalhando a lógica de construção de polos irradiadores que interagem entre si e dentro dos polos de concentração de capital, viabilizando infraestruturas entre eles e também entre as fontes de fatores de produção. Podemos entender a superintendência para o desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e as ideias de Celso Furtado, como marcos nacionais que impulsionaram os estudos dentro do desenvolvimento regional. Um formato que se especializa, até chegar no Plano de Aceleração do Crescimento e demais projetos, dentro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. O estudo chega a frações de território, ainda menores do que o que vinha sendo estudado nos anos de 1950, com o estudo do Grupo de Trabalhos para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), buscando similaridades e especificidades, para correção da disparidade regional. Foram consorciadas duas visões de indução ao desenvolvimento: a construção de infraestrutura e condições para o avanço do capitalismo brasileiro em regiões menos dinâmicas e o fomento a polos irradiadores, criando áreas de industrialização mais intensa e incentivada, nas regiões menos dinâmicas, dentro de uma lógica de promover um encadeamento. É objetivado a partir deste estudo inicial, avançar no estudo sobre o tema do desenvolvimento regional, em vista de uma melhor compreensão do movimento geral, das perspectivas e das possibilidades, dentro das teorias que se propõe ao tema.

Palavras-Chave: Desenvolvimento regional, desenvolvimento desigual, polos irradiadores, infraestrutura.

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA IMPLANTAÇÃO DA VOTORANTIM CIMENTOS S/A NO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE 2002 ATÉ OS PERÍODOS RECENTES

Pâmela Leandro; UNIDAVI; pamela-leandro22@outlook.com
Daniel Rodrigo Strelow; UNIDAVI; danielstrelow@unidavi.edu.br
Anielle Gonçalves; UNIDAVI; anielleg20@unidavi.edu.br

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

O município de Vidal Ramos pertence à região catarinense do Alto Vale do Itajaí e conta, segundo o último censo do IBGE (2010) com uma população de 6.290 pessoas. O contexto econômico do município em 2008 era marcado pela forte predominância do setor agrícola, correspondendo a maior parcela na composição do PIB municipal de 55% e, após 2011, ano de início das operações de uma unidade da fábrica de cimentos da Votorantim, ocorreu uma transformação no contexto da economia local. Percebeu-se o aumento da participação da indústria na formação dos valores econômicos, além de maior movimentação econômica dos setores de serviço e comércio, provocando, conseqüentemente elevação da arrecadação de tributos para o município. Novos postos de trabalho foram gerados, sendo funções que exigiam maior qualificação dos profissionais, o que aumentou o salário médio mensal, principalmente a partir do ano de 2011. Levando em conta este cenário, a presente pesquisa tem como objetivo principal verificar os impactos socioeconômicos ocorridas no município de Vidal Ramos a partir do ano de 2002. A metodologia utilizada foi de análise comparativa descrevendo o contexto histórico e o desenvolvimento econômico municipal por meio dos indicadores socioeconômicos dos períodos anteriores e posteriores da instalação da fábrica de cimentos. Como principais resultados obtidos, viu-se que, apesar das mudanças trazidas pela instalação da fábrica, a produção agrícola se manteve constante, já que a maior parte das famílias permaneceram no campo. Somado a isso, a Votorantim Cimentos S/A ofereceu para a comunidade de Vidal Ramos através de parcerias com a Prefeitura Municipal diversas obras compensatórias que beneficiaram a população local e da região.

Palavras-Chave: Vidal Ramos; Votorantim Cimentos S/A; Desenvolvimento Socioeconômico

INCURSÃO NO TEMA DAS RELAÇÕES CIDADE-PORTO: AUSCULTANDO PARANAGUÁ (PR)

Hoyêdo Nunes Lins, UFSC, hoyedo.lins@ufsc.br
Lucas Chaves Miquilini, UFSC, lucasmiquilini@hotmail.com

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

Com alguma presença na literatura sobre a dimensão espacial do desenvolvimento, a problemática das relações cidade-porto ganhou ainda mais interesse no marco da globalização. De fato, o termo globalização evoca, entre outros aspectos, pulverização internacional da produção industrial, com divisão internacional ou inter-regional do trabalho, e conseqüente intensificação dos fluxos comerciais sobretudo em escala mundial. Ora, tais circunstâncias representam exigência de adaptações nas estruturas portuárias, de uma maneira geral. Tais adaptações têm se desdobrado sobre aspectos diversos, envolvendo avanços tecnológicos e organizacionais e mirando recorrentemente a melhoria das condições de embarque e desembarque de mercadorias. Isso é tanto mais visível haja vista que os portos, mundo afora, encontram-se em processo de franca e aparentemente crescente concorrência entre si. Tal quadro não é estranho ao Brasil, onde as necessidades de aperfeiçoamento das condições portuárias e os impulsos nessa direção marcam as condutas institucionais nas últimas décadas. Como portos não operam em vácuo de interações nos territórios, e frequentemente “dialogam” com tecidos urbanos e regionais adjacentes ou aos quais se mostram fortemente ligados, a dinâmica da globalização recoloca com vigor o assunto das relações cidade-porto. No fundo, trata-se da questão do desenvolvimento paralelo e articulado das atividades portuárias e dos espaços (cidades, regiões) com os quais estas interagem. O presente estudo se ocupa dessa questão lançando um olhar exploratório sobre o Município de Paranaguá (PR) e suas instalações portuárias, procurando observar as trajetórias paralelas – a rigor, uma única – da cidade e do porto. A abordagem tem cunho histórico e também se debruça sobre problemas que dizem respeito ao período atual, mormente no que concerne aos reflexos no tecido urbano de Paranaguá.

Palavras-Chave: relações cidade-porto; desenvolvimento com dimensão espacial; Paranaguá

INFLUÊNCIA DA DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA NO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES

Carlos Eduardo da Costa, UDESC, carlos.costa1994@gmail.com
Ivoneti da Silva Ramos, UDESC, voneramos@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

Desde a sua criação no ano de 2003, é comum encontrar estudos acerca dos efeitos das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) de Santa Catarina sobre o desenvolvimento dos municípios. Estes estudos são na sua maioria análises descritivas comparativas dos dados, que observam a evolução dos gastos e investimentos em cada setor, bem como a distribuição e alocação de recursos para os municípios. O presente estudo tem como objetivo analisar a influência do programa de descentralização administrativa e financeira do governo no desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina na primeira década do século XXI através da aplicação do modelo de agrupamento de cortes transversais. A avaliação da influência da implementação das Secretarias de Desenvolvimento Regional no desenvolvimento dos municípios catarinenses utilizará como contrapondo os resultados de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul, estado que não utiliza a descentralização administrativa financeira por meio de secretarias regionais, considerando o mesmo período de análise. O período de observação serão os anos de 2000 (antes da implementação das SDRs) e 2010 (após implementação). Os dados a serem avaliados no modelo foram divididos em quatro grupos: nível de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul antes das SDRs (2000), municípios do Rio Grande do Sul após as SDRs (2010), municípios de Santa Catarina antes das SDRs (2000), municípios de Santa Catarina após as SDRs (2010). Os dados utilizados no modelo foram obtidos a partir do Radar IDHM, Censo do IBGE e RAIS. As variáveis do modelo são o Índice de desenvolvimento humano municipal, Produto interno bruto municipal, Residências totais, Residências que possuem água encanada, Residências que estão ligadas à rede geral de esgoto, Residências que têm seu lixo coletado por serviço de limpeza, Médicos contratados pelo município, Médicos contratados por outros setores, Professores contratados pelo município e professores contratados por outros setores. Os primeiros resultados apresentam perceptíveis diferenças de médias nos municípios catarinenses após a implementação das SDRs.

Palavras-Chave: Desenvolvimento regional; Secretarias de Estados de Desenvolvimento Regional (SDRs); Descentralização administrativa e financeira; Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDHM).

MICRORREGIÃO DE TUBARÃO: CENÁRIO E TENDÊNCIAS ECONÔMICAS RECENTES*

Vicente Loeblein Heinen; UFSC; vicenteheinen@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano.

Este artigo visa tecer um panorama atualizado da economia da Microrregião de Tubarão, localizada no Sul do estado de Santa Catarina. Partindo das características do padrão exportador de especialização produtiva – predominante ao conjunto da economia nacional –, este estudo analisa quatro grupos de indicadores: a) produção agregada (inserção estadual e distribuição por setores de atividade econômica); b) distribuição da produção por municípios (estrutura setorial e principais segmentos produtivos); c) comércio externo (pauta exportadora); e d) mercado de trabalho (força de trabalho, tipo de ocupação e, especificamente para o emprego formal, setores de atividade econômica, sexo e renda dos trabalhadores). No que tange à evolução da base produtiva, os resultados demonstram a integração da região ao processo de desindustrialização relativa do estado, com a perda de dinamismo de setores tradicionais (têxtil e molduras, em especial), embora haja o fortalecimento de alguns setores especializados, com destaque aqueles intensivos em recursos naturais, como é o caso das agroindústrias de alimentos e bebidas, que dão nova dinâmica à produção agropecuária da região. Com efeito, o setor de serviços é o que mais ganha em participação, concentrando-se, em especial, na cidade portuária de Imbituba que, juntamente com Braço do Norte, articula-se como principal polo econômico da região. Expressando essa dinâmica, a principal mudança em termos de comércio externo é a perda de espaço dos produtos em madeira e cerâmica, em detrimento da ampliação das exportações de grãos. O emprego, por fim, concentra-se também nos setores de serviços e do comércio, seguindo as tendências estaduais e respondendo sempre às flutuações do ciclo econômico, sobretudo no que diz respeito à renda dos trabalhadores, que se retraiu de forma mais intensa a partir da consolidação da crise econômica em 2014, com incipiente recuperação em 2017.

Palavras-chave: Microrregião de Tubarão; economia regional; especialização produtiva.

* Artigo derivado de pesquisa realizada para a disciplina de Economia Catarinense da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do professor Lauro Mattei. Adaptação do Texto para Discussão 030/2018 do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT/UFSC).

O COMPORTAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

Bruna Furlanetto; UNOCHAPECÓ; brunaf@unochapeco.edu.br
Everton Gabriel Bortoletti; UNOCHAPECÓ; everton.bortoletti@gmail.com
Áureo Leandro Haag; UNOCHAPECÓ; aureoleandro@unochapeco.edu.br
Francieli Boito; UNOCHAPECÓ; francieliboito@unochapeco.edu.br
Myriam Aldana Vargas Santin; UNOCHAPECÓ; aldana@unochapeco.edu.br

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

Este artigo apresenta uma breve caracterização do atual contexto de globalização produtiva, financeira e tecnológica e apresenta, por meio de indicadores socioeconômicos selecionados, um panorama da evolução socioeconômica das Regiões Sul e Sudeste do Brasil no período de 1991 a 2010. A escolha destas regiões foi motivada por se tratar de duas regiões que possuem um maior dinamismo econômico se comparado com as outras regiões do Brasil. Já o período analisado justifica-se porque trata-se de um período no qual foi intensificada a abertura comercial brasileira o que pode ter estimulado o intercâmbio de mercadorias e o aumento das relações do Brasil com os demais países. Concomitante a este período ocorre uma mudança na percepção de território como sendo local, regional e nacional. Ou seja, as regiões que se inseriram no mercado por meio da competição com outras regiões dentro de seu país passam a competir com a ideia de que na globalização, a região pertence a um mercado global, sendo isto uma condição fundamental para sua sustentação. Neste contexto a internacionalização passou a ser indispensável a competitividade regional em que as regiões necessitam dar valor a seus recursos locais em um cenário global. Observou-se que em um contexto de globalização os indicadores apresentados Produto Interno Bruto, Balança Comercial, Índice de desenvolvimento Humano Municipal e Índice de Gini apontam que, conforme descrito por Sen (2010), a globalização pode ter levado “prosperidade” econômica as regiões apresentadas ao mesmo tempo em que a desigualdade social aumentou no Brasil e no Sudeste mantendo-se estável na Região Sul.

Palavras-Chave: Globalização; Desenvolvimento socioeconômico; Indicadores

O IMPACTO DA SAZONALIDADE NO PLANEJAMENTO FINANCEIRO DE UMA MICROEMPRESA ALIMENTÍCIA DO LITORAL SUL CATARINENSE NOS ANOS DE 2012 A 2018

Luiz Eduardo Pereira, UNESC, lepereira@outlook.com

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

A microempresa deste estudo foi iniciada suas atividades no ano de 1985 e está localizada no município de Sombrio, estado de Santa Catarina, e atua no fornecimento de pães às empresas de fast food em sua região. Sombrio faz divisa com a cidade litorânea Balneário Gaivota, que durante a alta temporada de verão tem um significativo aumento em sua população, advindos de cidades vizinhas e do estado do Rio Grande do Sul. Com a proximidade entre as duas cidades, a empresa do presente estudo naturalmente observou a oportunidade em aumentar suas vendas e realiza o fornecimento também em Balneário Gaivota desde a década de 90. A microempresa, de base familiar, tinha pouco controle até então sobre a exatidão do aumento provocado pela alta temporada, e a partir do ano de 2012 passa utilizar a ferramenta de fluxo de caixa para ter a dimensão não só do movimento sazonal, como do ano inteiro. A ferramenta teve coleta de dados diária de vendas, recebimentos, despesas, custos fixos e variáveis. Em prática, a ferramenta possibilitou a visualização dos dados e a identificação da sazonalidade com início no mês de novembro, atingindo o pico entre janeiro e fevereiro, até ter sua baixa no mês de março. Esta sazonalidade alavancou as vendas aproximadamente três vezes mais em comparação aos meses entre abril e outubro. O mesmo movimento observou-se nos anos seguintes. No ano de 2012, os meses de abril, maio, setembro e outubro apresentaram resultado de caixa negativo, o que era previsto pela empresa pela grande baixa de demanda de seus produtos nestes meses, e apesar disso, em seu planejamento financeiro conseguiu finalizar o ano com saldo positivo. No ano de 2013, apenas abril, agosto e outubro apresentaram tal resultado. Não foram observados meses com resultados negativos a partir do ano de 2014. Como foi possível apreciar ao decorrer da pesquisa, a utilização das ferramentas administrativas e financeiras é imprescindível para o planejamento financeiro de qualquer empresa, mesmo nas pequenas, pois seu controle oferece auxílio para o melhor planejamento para o futuro, e assim amenizar e até mesmo conseguir evitar maus resultados que poderão surgir.

Palavras-Chave: Sazonalidade; Microempresa; Planejamento

O PROGRID COMO INSTRUMENTO DE DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: UM ESTUDO DE CASO DA VIACREDI ENTRE OS ANOS DE 2016 E 2017

Henrique Azevêdo Carvalho, FURB, economista.henrique@gmail.com
Maria José Carvalho de Souza Domingues, FURB, mariadomingues@furb.br

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

Este artigo tem como objetivo apresentar aspectos relativos aos Princípios Cooperativistas, com ênfase no princípio da Educação, Treinamento e Informação bem como avaliar o caso do PROGRID, utilizado pela VIACREDI como instrumento que viabilize a disseminação da Educação Cooperativista. A disseminação da cultura e dos princípios cooperativistas por intermédio da educação, é base fundamental para o êxito econômico e social das cooperativas, independente do seu segmento. Princípios Cooperativistas estes, devidamente instituídos com esta finalidade, de garantir o êxito destas instituições. Quando analisamos a real aplicação de cada um dos 7 Princípios Cooperativistas, nota-se de que forma cada um deles podem impactar na sustentabilidade da cooperativa, e quando debruçasse no quinto princípio da Educação, Treinamento e Informação, analisando este processo com todos os agentes que atuam na instituição (cooperados, dirigentes, executivos, funcionários e a comunidade em que a cooperativa está inserida), obedecendo suas particularidades e atuação, com temas técnicos, sociais, e de formação profissional, por exemplo, torna-se então mais clara a possibilidade de sucesso no empreendimento. As políticas e programas adotadas pelas cooperativas, que venham atender este segmento educacional, podem impactar deste a gestão da cooperativa à comunidade que fica ao redor desta instituição. Após analisar os dados cedidos pela empresa estudada, entre os anos de 2016 e 2017, torna-se possível verificar o perfil dos participantes dos eventos realizados pelo programa, sendo que estes são agentes responsáveis diretos devendo desempenhar eficazmente seu papel dentro da cooperativa objetivando os bons resultados econômicos e sociais. A pesquisa tem cunho descritivo, documental e quali-quantitativo, apresentando de forma bibliográfica os conceitos teóricos e reflexões, bem como análise de dados disponibilizados pela instituição estudada.

Palavras-Chave: Educação Cooperativista; Princípios Cooperativistas; Cooperativa de Crédito; PROGRID; VIACREDI

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E QUESTÃO REGIONAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE CAIO PRADO JÚNIOR, CELSO FURTADO E MILTON SANTOS

Tatiane Thais Lasta, FURB, tatilasta@gmail.com

Ivo Marcos Theis, FURB, theis@furb.br

Daniel Rodrigo Strelow, UNIDAVI, danistrelow@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

Este artigo tem por tema o pensamento social e a questão regional brasileira. O objetivo proposto é evidenciar as contribuições dos representantes do pensamento social brasileiro para o debate da questão regional no Brasil. A atenção aqui recai sobre três intérpretes brasileiros e suas contribuições para o debate da questão regional, selecionou-se Caio Prado Jr. Celso Furtado e Milton Santos para evidenciar suas contribuições. Percorridas as etapas da pesquisa que resumiu-se em uma revisão bibliográfica profunda sobre a temática do regional e os autores selecionados. Revelou-se que o pensamento social brasileiro apresenta importantes aportes para pensar a questão regional neste início de século XXI. Celso Furtado foi um pensador que esteve constantemente preocupado com os desequilíbrios regionais, especialmente, a questão do Nordeste em relação ao Centro - Sul. Soma-se a isso, a tese central de Caio Prado Jr. e o fato do Brasil ser uma formação social que segue se colocando-se frente ao cenário global como um território subserviente, reproduzindo o sentido da colonização que perdura até nossos dias. Além da importante contribuição de Milton Santos, para compreender as questões relacionadas ao território e as desigualdades regionais impulsionadas pelo processo de globalização. Assim para se pensar e discutir a questão regional e o Brasil atual, é sugestivo que se revise os clássicos do pensamento social, por meio de uma leitura crítica já que parecem ainda depois de décadas, guardar importantes pistas para pensar as transformações da realidade brasileira atual. O entendimento crítico e a reflexão das particularidades do desenvolvimento regional brasileiro é possível por meio de um mergulho no pensamento social brasileiro, este tem a oferecer pistas valiosas para os problemas que se agravam sobretudo, na presente conjuntura.

Palavras-Chave: Pensamento Social Brasileiro; Questão regional; Brasil;

PLANEJAMENTO REGIONAL NO BRASIL

Wellington Adriano; FURB; wellingtonadriano95@gmail.com

Daniel Augusto Wandrey; FURB; dwandrey@furb.br

Ivo Marcos Theis; FURB; theis@furb.br

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

Este artigo busca apresentar a evolução do planejamento regional no Brasil desde a primeira metade do século XX até o período atual. Para isso, inicialmente levanta-se alguns dados como o PIB per capita, o percentual de pobreza e o IDHM das macrorregiões nacionais no período recente, com o intuito de expor o elevado grau de desigualdade entre tais regiões e, conseqüentemente, dar relevância à discussão do tema abordado. Passa-se então para uma revisão bibliográfica a respeito do planejamento regional no Brasil desde a década de 1920 até os anos finais do século XX, enfatizando a grande relevância deste tema em alguns momentos desse período e à ausência de sua discussão em outros. Por fim, a grande ênfase do artigo é dada às ações recentes que visaram à mitigação das desigualdades regionais, por meio de uma promoção de desenvolvimento nas regiões menos desenvolvidas. Destaques para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR I e para a PNDR II. Conclui-se que o problema das desigualdades regionais brasileira é estrutural, pois tem suas raízes no processo de desenvolvimento do capital nacional. Diante disso, o planejamento regional torna-se imprescindível para a mitigação dessas disparidades. Contudo, às políticas atuais, por mais que, na teoria, tivessem plenas condições de reduzir às desigualdades, na prática, de maneira geral, acabaram por agravá-las, apesar de realmente ampliarem o desenvolvimento nas regiões menos favorecidas. Isso ocorreu na medida em que, com tais políticas, levantou-se recursos que foram destinados às regiões menos favorecidas, porém ainda mais recursos foram destinados às regiões com um grau mais elevado de desenvolvimento. Assim, houve uma melhoria na condição de vida da população brasileira em todas as regiões, porém a desigualdade foi ampliada.

Palavras-Chave: Planejamento Regional; Desenvolvimento Regional; PNDR.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO EM SANTA CATARINA: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E INDÍCIOS SOBRE O COMEÇO DO SÉCULO XXI

Hoyêdo Nunes Lins, UFSC, hoyedo.lins@ufsc.br

Área Temática: Desenvolvimento regional e urbano

As atividades de produção do vestuário perfilam-se entre as mais antigas da história, e os processos que lhe dizem respeito, quer crescimento ou declínio, quer mudanças tecnológicas ou organizacionais, têm importantes reflexos socioeconômicos e espaciais, como a observação histórica permite constatar. Em diferentes países ou regiões e em diversos períodos, a presença dessas atividades e os reflexos dos movimentos por elas protagonizados constituem assunto de interesse para quem se ocupa da reflexão sobre problemas tão amplos e diversos, relacionados com o mundo industrial, como aperfeiçoamentos produtivos, processos de trabalho e desenvolvimento local ou regional, entre outros. No Brasil, o Vale do Itajaí sobressai nas atividades do complexo têxtil-vestuário, embora essa não seja a única área a registrar a incidência histórica das respectivas práticas. Sobretudo no Médio Vale, em Blumenau e no seu entorno mais ou menos imediato, o realce dessas atividades sobressai na esteira de trajetória mais que secular no tocante à consolidação e ao desenvolvimento das respectivas indústrias, surgindo nesse processo algumas das mais importantes empresas do país e sedimentando-se no território importante estoque de externalidades. Nos anos 1990, as transformações regulatórias vivenciadas no país resultaram em processos de reestruturação nessas indústrias, refletindo-se, entre outras coisas, em aprofundamento da subcontratação/terceirização que implicou capacidades de trabalho e produção situadas inclusive no meio rural da região. O artigo explora essas questões com vistas a indagar sobre o quadro que se desenha nas duas primeiras décadas do século XXI. Utilizando dados de empregos formais, concentra-se a atenção particularmente na Microrregião de Blumenau, a mais fortemente destacada nas atividades têxteis e do vestuário, entre as quatro que formam a Mesoregião do Vale do Itajaí.

Palavras-Chave: Vale do Itajaí (SC); indústria do vestuário; mudanças produtivas e espaciais

Área Temática:
Desenvolvimento
rural e
agricultura familiar

A CEBOLICULTURA NO ALTO VALE DO ITAJAÍ: ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITUPORANGA – SC (2004 – 2017)

Kleidene Neuber; UNIDAVI; kleideane.neuber@unidavi.edu.br
Tatiane Aparecida Viegas Vargas; UNIDAVI; tatianeviega@gmail.com
Tainara Schröder, UNIDAVI; tainara.schroder@unidavi.edu.br

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

Esse artigo tem como objetivo geral identificar as principais dificuldades vivenciadas pelos produtores de cebola no Alto Vale do Itajaí, bem como levantar informações sobre a produção, especificamente nos municípios que compõem a ADR de Ituporanga. Busca ainda levantar os dados referentes à produção de cebola nos municípios que compõem a ADR de Ituporanga entre o período de 2004 a 2017 e identificar os fatores que influenciam a produção da cebola na ADR de Ituporanga. A cebolicultura compreende a principal atividade agrícola econômica e é de grande importância para o desenvolvimento da região, sendo que faz do estado de Santa Catarina o principal produtor de cebola no país. A ADR de Ituporanga engloba 9 municípios, sendo eles: Alfredo Wagner, Atalanta, Aurora, Chapadão do Lageado, Ituporanga, Imbuia, Leoberto Leal, Petrolândia e Vidal Ramos. A metodologia utilizada na pesquisa com base em documentação indireta, através dos dados do IBGE e Atlas Brasil e documentação direta, através de 31 entrevistas realizadas com os produtores de cebola distribuídas entre os 9 municípios. Os dados coletados permitiram verificar que a produção da cebola é de suma importância social e econômica para essa região, pois integra o agricultor e sua família no meio rural, gerando emprego, renda, sustentabilidade e estabilidade econômica. A cebola destaca-se por ser a hortaliça mais cultivada em Santa Catarina, tanto no volume de produção como na área plantada. Identificou-se fatores que interferem e dificultam a produtividade de cebola, como os elevados custos de produção, os valores recebidos pelos produtores com a venda da cebola que por muitas vezes não cobre o custo, dificuldades de se encontrar mão de obra e o elevado custo, a assistência técnica, os rendimentos por hectares, que variam de acordo com a qualidade da terra e influências climáticas.

Palavras-Chave: Cebolicultura; ADR de Ituporanga; Alto Vale do Itajaí; Santa Catarina

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO DESENVOLVIMENTO RURAL: CASO ILUSTRATIVO DA COOPERATIVA DE MULHERES AGRICULTORAS E ARTESÃS DE SÃO LUDGERO/SC

Suzane Grimm, UNESC, suzane.grimm@gmail.com
Dimas de Oliveira Estevam, UNESC, doe@unesc.net

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

Historicamente, o entendimento do que pode ser definido como rural vem sendo pauta de diversos estudos, e especialmente, na contemporaneidade tem ganhado destaque no campo acadêmico em virtude das suas profundas transformações, as quais tem reacendido debates entre pesquisadores para revisitarem conceitos construídos ao longo do tempo. Dentro deste contexto de mudanças, surgem outros questionamentos, tais como a definição para a figura do/a agricultor/a familiar, que por alguns é entendido como a simples reprodução do camponês e de sua forma de vida, enquanto para outros, é resultado da ação das forças do Estado e de seus projetos. Apesar de todo o debate que gira em torno da constituição do/a agricultor/a como ator social, um fato incontestável, é a permanência da centralidade da família para este grupo social, sendo que esta é parte fundamental do que compõe a estrutura produtiva da agricultura familiar. Ademais, cabe ressaltar a importante participação feminina no meio rural, que em função das históricas desigualdades de gênero, foi inferiorizada e invisibilizada. Na agricultura familiar, de forma geral, as mulheres exercem determinadas funções, consideradas femininas, comumente realizadas no âmbito privado e de caráter reprodutivo, mas que sobretudo, são essenciais para a reprodução física e social do estabelecimento familiar. Diante do exposto, o trabalho tem como objetivo revisar os estudos a respeito das temáticas desenvolvimento rural, agricultura familiar, e participação feminina na agricultura familiar, além de trazer alguns relatos ilustrativos presentes no livro organizado pela Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), intitulado “Mulher, semente da vida: gestão coletiva e cooperativismo em São Ludgero, Santa Catarina”, o qual retrata a trajetória das famílias que integram a Feira de Produtos Coloniais e a Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs (Cooperação). Entre os principais resultados pode-se inferir que apesar de ser percebida a importância da participação feminina no meio rural, existe um destaque superior do papel da família como um todo, em detrimento da valorização das atividades individuais realizadas pelas mulheres rurais.

Palavras-Chave: Agricultura familiar; Participação feminina; Desenvolvimento rural

A PRODUÇÃO DA BANANICULTURA CATARINENSE - SAFRA 2017/18

Rogério Goulart Junior, EPAGRI/CEPA, rgoulartjr@gmail.com
Janice Maria Waintuch Reiter, EPAGRI/CEPA, janice@epagri.sc.gov.br

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

Em 2018, Santa Catarina se mantém como o quarto produtor nacional de banana, com produção de mais de 10% do total nacional. A produção se caracteriza por pequenas propriedades familiares com produtores organizados em associações para compra coletiva de insumos e utilização de casas de embalagens para lavagem, classificação e adequações das frutas em caixas de 20 a 22 kg. As frutas produzidas no estado são direcionadas ao mercado interno local e principais centrais de abastecimento nacionais para consumo “in natura” ou para o mercado externo dos países do Mercosul, por via rodoviária. Este resumo é do “Estudo e levantamento de dados sobre a fruticultura catarinense nas safras 2016/17 e 2017/18”, coordenado pelo Epagri/Cepa, com informações municipais de 22 frutas produzidas no estado. Conforme o estudo, na safra 2017, Santa Catarina produziu 732,2 mil toneladas de banana, sendo, 85% do grupo Cavendish ou banana-caturra, e 15% do grupo prata ou banana-prata entre outras. A produção estadual da fruta contou com mais de 3.180 bananicultores, com área colhida total de 28.023,6 hectares, com valor bruto da produção (VBP) total estimado em R\$ 297,9 milhões. Na composição do VBP, 76,61% foram gerados com a comercialização da banana-caturra e 23,39% de banana-prata. A principal mesorregião produtora catarinense é o Norte Catarinense, que foi responsável por 50,48% da produção da fruta, com mais de 369,6 mil toneladas em 12.544 hectares de área colhida. Nesta, a microrregião de Joinville com colheu 12.010 hectares com produção de 349,7 mil toneladas. A outra mesorregião é a do Vale do Itajaí com 242,14 mil toneladas (33%) em 7.895 hectares colhidos na safra. Nesta a microrregião de Blumenau contribuiu com uma produção de 132,7 mil toneladas em 4.208 hectares de área. Na microrregião de Itajaí o volume foi de 109,4 mil toneladas em 3.686 hectares de área colhida na safra. A terceira mesorregião produtora estadual é a do Sul Catarinense, com 15,65% da produção estadual da fruta, ou 114,56 mil toneladas da fruta em uma área colhida de 7.185,8 hectares. Entre as lavouras da fruticultura catarinenses a bananicultura representou 28,43% do valor bruto da produção gerado pela fruticultura catarinense no levantamento referente ao ano de 2017.

Palavras-Chave: Economia agrícola; Produção agrícola; Fruticultura catarinense

A PRODUÇÃO DA VITICULTURA CATARINENSE - SAFRA 2017/18

Rogério Goulart Junior, EPAGRI/CEPA, rgoulartjr@gmail.com
Janice Maria Waintuch Reiter, EPAGRI/CEPA, janice@epagri.sc.gov.br

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

O Estado catarinense, em 2018, é o quinto produtor nacional de uvas, com produção de mais de 3,4% do total nacional. A produção se caracteriza por pequenas propriedades familiares com alguns produtores organizados em associações para promoverem marcas coletivas de produtos artesanais, agroindústrias de suco e destilarias ou cantinas para a produção de vinhos finos e de mesa. As frutas produzidas no estado são direcionadas ao mercado interno local para consumo “in natura” de uvas comuns (americanas e híbridas) e outra parte para a produção de sucos e vinhos. Este resumo é do “Estudo e levantamento de dados sobre a fruticultura catarinense nas safras 2016/17 e 2017/18”, coordenado pelo Epagri/Cepa, com informações municipais de 22 frutas produzidas no estado. Conforme o estudo, na safra 2017/18, em Santa Catarina foram produzidas 46,69 mil toneladas de uvas, sendo, 93,47% da categoria de uva comum (americanas e híbridas); 3,18% uvas viníferas (*Vitis vinifera* L.) e 3,34% de uvas de mesa (europeias). A produção estadual da fruta contou com mais de 1.949 viticultores, com área colhida total de 3.287 hectares, com valor bruto da produção (VBP) total estimado em R\$ 50,2 milhões. Na composição do VBP, 87,82% foram gerados com a comercialização da uva comum; 7,94% com a uva de mesa (europeia); e 4,24% de uva vinífera (*Vitis vinifera* L.). A principal mesorregião produtora catarinense é o Oeste Catarinense, que foi responsável por 76,75% da produção da fruta, com mais de 181,72 mil toneladas em 8.026,2 hectares de área colhida. Nesta, a microrregião de Joaçaba colheu 1.679,9 hectares com produção de 30,14 mil toneladas. A outra mesorregião é a do Sul Catarinense com 178,62 mil toneladas em 10.535 hectares colhidos na safra. Nesta a microrregião de Tubarão contribuiu com uma produção de 2.24 mil toneladas em 154,70 hectares de área. A terceira mesorregião produtora estadual é a da Grande Florianópolis, na microrregião de Tijucas com 3,05 mil toneladas da fruta em uma área colhida de 7.185,8 hectares. Entre as lavouras da fruticultura catarinenses a viticultura representou 4,2% do valor bruto da produção gerado pela fruticultura catarinense no levantamento referente ao ano de 2017. A expectativa da safra 2018/19 é de produção de 46.224 toneladas de uvas, com redução de cerca de 1%, em relação à safra anterior.

Palavras-Chave: Economia agrícola; Produção agrícola; Fruticultura catarinense

A PRODUÇÃO DE MAÇÃ CATARINENSE - SAFRA 2017/18

Rogério Goulart Junior, EPAGRI/CEPA, rgoulartjr@gmail.com
Janice Maria Waintuch Reiter, EPAGRI/CEPA, janice@epagri.sc.gov.br

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

Em 2017/18, o Estado catarinense foi o maior produtor nacional de maçã, com produção de mais de 51% do total nacional. A produção em pequenas propriedades familiares é caracterizada pela presença de produtores em cooperativas e de grandes empresas que fornecem os serviços de classificação e embalagem automatizados. As frutas produzidas no estado são direcionadas ao mercado interno para consumo “in natura” ou para processamento na indústria de sucos. Este resumo é do “Estudo e levantamento de dados sobre a fruticultura catarinense nas safras 2016/17 e 2017/18”, coordenado pelo Epagri/Cepa, com informações municipais de 22 frutas produzidas no estado. Conforme o estudo, na safra 2017/18, Santa Catarina produziu 574,65 mil toneladas de maçã, sendo, 54,0% de cultivar de maçã Gala, 43,9% de cultivar Fuji e 2,2% de variedades de maçãs precoces (clones de Gala). A produção estadual da fruta contou com mais de 2.216 pomicultores, com área colhida total de 15.495 hectares, com valor bruto da produção (VBP) total estimado em R\$ 567,91 milhões. Na composição do VBP, 55,4% foram gerados com a comercialização da maçã Gala, 41,9% da maçã Fuji e 2,7% de maçãs precoces. A principal mesorregião produtora catarinense é a Serrana, que foi responsável por 83,32% da produção da fruta, com mais de 478,8 mil toneladas em 12.920 hectares de área colhida. Nesta, a microrregião dos Campos de Lages com colheu 11.960 hectares com produção de 443,3 mil toneladas. A outra microrregião é a de Curitibanos que contribuiu com uma produção de 35,5 mil toneladas em 959,7 hectares de área colhida, na safra. A segunda mesorregião produtora estadual é a do Oeste Catarinense, com destaque para a microrregião de Joaçaba que produziu 92,27 mil toneladas da fruta em uma área colhida de 2.445,3 hectares. Entre as lavouras permanentes frutícolas catarinenses a maleicultura representou 54,1% do valor bruto da produção gerado pela fruticultura catarinense em 2017/18; enquanto a expectativa para a produção da safra 2018/19, ainda em curso, está em 603,5 mil toneladas.

Palavras-Chave: Economia agrícola; Produção agrícola; Fruticultura catarinense

ANÁLISE DO CUSTO DA PRODUÇÃO DE FEIJÃO TIPO ORGÂNICO E CONVENCIONAL PRODUZIDO EM UMA PROPRIEDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Camila da Silva Bauer , UNESC, milabauer@live.com

Manoel Vilsonei Menegali, UNESC, mvm@unesc.net

Andreia Cittadin, UNESC, aci@unesc.net

Ana Paula da Silva Santos, UNESC, apsantos@unesc.net

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

As atividades rurais vêm em constante aprimoramento, porém as ferramentas de gestão ainda não são utilizadas de maneira eficaz, e muitas vezes nem são utilizadas pelos agricultores. Os gestores das entidades precisam decidir sobre o que, quanto, como e para quem produzir, uma vez que essas pequenas propriedades manejam várias culturas, é necessário escolher a mais rentável e com menor custo de produção , com isso deve se buscar ter a exatidão nos resultados, contudo os produtores rurais normalmente apresentam baixo grau de organização e planejamento, raramente adotam práticas formais de registro. Os métodos utilizados para a determinação dos custos de produção e suas classificações são realizadas de forma parcial, nesse sentido o método de custeio escolhido nessa pesquisa foi o custeio variável, esse método de custeamento considera como custo de produção as variáveis incorridas, desprezando os custos fixos. Qualquer decisão a ser tomada como base de custo, deve levar em consideração também o volume produzido, pois o custo do produto pode variar conforme a quantidade produzida. Neste modo de custeio os custos fixos têm o mesmo tratamento das despesas, pois as despesas devem ser consideradas no período, independente dos produtos já estarem vendidos ou não. Neste sentido, o presente artigo por tem como objetivo geral verificar os custos de produção do feijão preto orgânico e convencional em duas propriedades da agricultura familiar no município de Torres/RS, e por meio dos objetivos específicos busca analisar as principais fases do plantio, apontar os gastos nas modalidades orgânicas e convencionais e apurar os resultados do cultivo. Com este estudo busca-se contribuir com os agricultores, apontando qual o meio de produção apresenta mais vantagem para o produtor. Os procedimentos metodológicos caracterizam a pesquisa como qualitativa, sendo realizado um estudo de caso participativo com os agricultores e o desenvolvimento do estudo está baseado em dados bibliográficos e documental. Por meio do método do custeio variável, aplicado nesta pesquisa pode-se demonstrar que o modo de cultivo convencional apresentou lucro, este o modo de plantio é o mais vantajoso para o agricultor, e o cultivo orgânico não apresentou o desempenho satisfatório para obtenção de lucro, com isso fica evidente que a contabilidade de custos auxilia na gestão da produção da agricultura familiar

Palavras-Chave: Gestão de custos; custeio variável; cultivo orgânico.

ASSOCIAÇÃO ENTRE RISCO E RENDA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO SUL DO BRASIL: A TEORIA DOS LUCROS DE KNIGHT

Luis Augusto Araújo, EPAGRI/CEPA, laraujo@epagri.sc.gov.br

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

Os mercados agrícolas encontram-se em constante processo de desequilíbrio, para o qual a incerteza tem um papel fundamental nas escolhas estratégicas do agricultor. Knight concebe, em sua teoria do lucro, apresentada em *Risk, uncertainty and profit* de 1921, que a captura de valor provém da capacidade do agricultor alocar os recursos disponíveis de forma particular. Num esforço para compreender como os agricultores familiares de tabaco no Sul do Brasil fazem o trade-off entre risco e renda, examina-se a associação do risco à renda dos estabelecimentos agropecuários obtidos nos anos agrícolas 2014/15, 2015/16, 2016/17 e 2017/18. É um estudo com agricultores, de abordagem quantitativa, em que os dados secundários foram obtidos de relatórios contábeis. A amostragem intencional, composta por 237 estabelecimentos agropecuários da Região Sul do Brasil, resultam em número de observação total $N=923$, com repetição, nos quatro anos. Em relação à dimensão da exploração, as unidades pesquisadas possuem, em média, 19,4ha de área total do estabelecimento agropecuário e 14,4ha de superfície agrícola útil. Quanto à presença física de trabalho, as unidades pesquisadas têm em média 2,5 Unidades de trabalho homem (Uth) familiar e contratam 0,25 Uth assalariada. Para análise dos dados, se utilizou estatística descritiva e análise de correlação, tendo por referência a Teoria dos Lucros de Knight (TLK). O trade-off entre risco e renda, em decorrência da combinação de atividades na qual o produtor obtém a renda em determinados níveis de risco, é medido pela variabilidade da renda. A pesquisa aponta R\$ 28.946,00 de Renda da operação agrícola por Unidade de trabalho homem, em média, e \pm R\$15.462,00 de desvio padrão, que traduz a variabilidade da renda no ano agrícola. Com o desenvolvimento das próximas etapas do estudo, a seguinte questão de pesquisa será respondida: as evidências empíricas suportam associação, positiva ou negativa, do risco à geração de renda dos estabelecimentos agropecuários? Os resultados a serem obtidos poderão ser confrontados com vários estudos sobre empreendedorismo que consideram os pressupostos da TLK. Entre as possíveis abordagens, duas são de interesse prático especial: (1) compreender a lógica inerente à tomada de decisão e ao comportamento de gestão de risco do agricultor empreendedor, cujos trabalhos referenciais são os de Kahneman e Tversky (1979), e (2) entender as estratégias adotadas pelos agricultores empreendedores de sucesso, identificando as “boas práticas” a serem traduzidas em prescrições de regras de gestão. Além disso, análises sobre o trade-off risco e renda podem ser realizadas também para os sistemas de produção mais representativos da amostra. Por fim, no contexto em que opera, o estabelecimento agropecuário é visto como sendo “uma ilha em um mar de riscos” com os resultados da pesquisa podendo contribuir na revelação de estratégias de prevenção, de mitigação e de enfrentamento aos riscos pelo agricultor.

Palavras-Chave: Risco; Renda; Agricultura familiar; Tabaco.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DOS CRÉDITOS DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA NOS ANOS DE 2000 A 2015

Cristian Rafael Pelizza, UNOCHAPECÓ, cristian.pelizza@hotmail.com
Cristiano Spier; UNOCHAPECÓ; spier@unochapeco.edu.br

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

A agricultura familiar no Brasil possui um importante papel na geração de emprego e renda no campo, bem como na produção agropecuária, principalmente a de alimentos. Em virtude da importância desse segmento, o governo federal criou uma série de programas para atender as demandas dos agricultores familiares, entre estes programas o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foi instituído como linha de crédito em 24 de agosto de 1995. O presente trabalho busca avaliar o impacto dos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) sobre o crescimento do PIB per capita e do PIB agrícola dos municípios catarinenses, para o período de 2000-2015. Para tanto, utilizou-se uma estimação de dados em painel, controlando para a existência de heterogeneidade não observável correlacionada com os regressores através de efeitos fixos, além de uma série de variáveis de controle. Como resultados apontou-se para impacto positivo e significativo do PRONAF sobre o crescimento do PIB per capita municipal, embora não se tenha obtido resultado estatisticamente significativo sobre o PIB agrícola nos municípios. Verificam-se impactos positivos dos créditos do PRONAF sobre o crescimento do PIB per capita dos municípios, para cada 10 p.p. de aumento na proporção dos créditos do PRONAF em relação ao PIB total de cada município, ocorreu um aumento médio de 2,60% de crescimento anual do PIB per capita municipal. Com relação aos impactos dos créditos do PRONAF nas taxas de crescimento do PIB da Agropecuária, o coeficiente estimado é positivo porém o resultado não é estatisticamente significativo.

Palavras-Chave: Crescimento Econômico; Agricultura Familiar; PRONAF.

CAPACIDADES DE TRABALHO E RECURSOS ASSOCIADOS À RENDA DE AGRICULTORES DO SUL DO BRASIL

Luis Augusto Araújo, EPAGRI/CEPA, laraujo@epagri.sc.gov.br
Marcelo Alexandre de Sá, EPAGRI/CEPA, marcelodesa@epagri.sc.gov.br
Marcia Mondardo, EPAGRI/CEPA, mmondardo@epagri.sc.gov.br

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

Os agricultores buscam alavancar os recursos disponíveis com vistas a ampliar a renda do agronegócio familiar, normalmente, num contexto de heterogeneidade e de escassez de recursos. Em um esforço para compreender como os agricultores de tabaco no Sul do Brasil avaliam o trabalho no estabelecimento agropecuário, examina-se a associação dos recursos e das capacidades de trabalho percebidas à renda obtida nos anos agrícolas 2014/15 a 2017/18. É um estudo com agricultores, com abordagem de método misto, em que os dados primários são obtidos de aplicação de questionário e da técnica de grupo focal e, os dados secundários, de relatórios contábeis. Para análise dos dados se utiliza de estatística descritiva, de análise de correlação e de análise de conteúdo, tendo como referencial a Visão Baseada em Recursos (VBR). Os resultados indicam distintas percepções dos agricultores sobre o trabalho familiar e a posse de recursos. Em seu lado qualitativo, a partir dos depoimentos dos agricultores, as principais categorias de análise se referem a tecnologia, a sucessão e permanência dos jovens, a disponibilidade de terra, a mão de obra e legislação trabalhista, a escala de produção e diversificação e o conhecimento e assistência técnica. Em sua abordagem quantitativa, além das percepções dos agricultores revelar associação da utilização de tecnologia de produção, da presença de máquinas e equipamentos e da presença de construções e benfeitorias à renda (sistematicamente nos quatro anos agrícolas), as evidências empíricas suportam associação também à presença física de capital, da área agrícola explorada e da área total do estabelecimento. Em que pese os resultados não apontarem associação da disponibilidade de trabalho familiar e contratado e dos recursos humanos (considerando a idade do agricultor e o grau de instrução) à renda, sublinha-se que através dele se captam e mobilizam os demais recursos, o que reforça a importância dos recursos intangíveis. Existem pelo menos duas condições promissoras favoráveis à contribuição científica deste artigo: ousa tratar uma relação pouco explorada entre as percepções dos agricultores, a posse dos recursos e a renda dos estabelecimentos; e, conta com uma coleta de dados primários em um número expressivo de estabelecimentos. Por fim, no contexto da diversidade de sistemas de produção agropecuários explorados no Sul do Brasil e da heterogeneidade dos recursos, acredita-se na existência de um gap de conhecimento nessa área que merece ser suprido por meio de novas pesquisas.

Palavras-Chave: Capacidades de trabalho; Recursos; Renda.

CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA NA AGROPECUÁRIA CATARINENSE ENTRE OS ANOS DE 1996 E 2016

Arlei Luiz Fachinello; UFSC; fachinello@hotmail.com
Matheus Setubal Milverstet; UFSC; matheusmilverstet@hotmail.com

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

A globalização, bem como a modernização das atividades agropecuárias, tem impulsionado o movimento de especialização produtiva em todos os continentes. O contexto recente é caracterizado pela grande demanda de commodities, restrições de mão de obra local, de capital e terra, assim como das exigências institucionais. Esse conjunto de restrições torna a produção diversificada em pequenas propriedades uma tarefa árdua para os pequenos produtores. A busca por economias via escala de produção vem ganhando força, mesmo sobre os pequenos. Nesse contexto, este trabalho buscou analisar a existência ou não de uma tendência à concentração produtiva na agropecuária catarinense. Para essa análise, calculou-se os índices de Herfindahl e Quociente Locacional durante o período de 1996 a 2016. Foram utilizadas diversas pesquisas anuais do IBGE. Os indicadores se referem à economia de Santa Catarina e de suas cinco mesorregiões. Entre os principais resultados destacam-se uma relativa estabilidade no indicador estadual de concentração no período analisado, porém com tendências a alterações nos grupos de produtos, com destaque para o milho, o feijão e a Soja, em termos de área, e ampliação das atividades da pecuária para valor de produção. A Soja vem tomando espaço nas propriedades agropecuárias catarinenses, mesmo sobre os pequenos produtores. A pecuária de forma geral também ampliou sua participação no grupo de atividades agropecuárias, com destaque para o Leite. Já em termos mesorregionais observa-se importantes alterações na produção, com destaque para o movimento de concentração produtiva na região Serrana e Sul. Na região Oeste de Santa Catarina, o Leite, Aves e Suínos ampliaram significativamente sua participação no fluxo econômico regional. Porém o crescimento da produção ainda maior em outras mesorregiões fez diminuir a importância do Oeste na produção de Aves e Suínos.

Palavras-Chave: Especialização Produtiva; Agropecuária; Santa Catarina

COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS: REVISÃO A BASE DE DADOS DE DISSERTAÇÕES E TESES DA CAPES

Mônica da Rosa Mendonça, UNESC, monicadarosa@outlook.com
Dimas de Oliveira Estevam, UNESC, doe@unesc.net
Max Richard Coelho Verginio, UNESC, verginio@unesc.net

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

Este artigo compõe parte de pesquisas em desenvolvimento intitulado - estudos interdisciplinares sobre cooperativas descentralizadas (CDs) em contextos rurais. As cooperativas descentralizadas (CDs), surgiram no final da década de noventa com uma alternativa de produção e comercialização de produtos da agricultura familiar (AF). Estas cooperativas são denominadas “descentralizadas”, por ter as unidades de produção (filiais) em empreendimentos de seus cooperados, diferenciando da cooperativa tradicional, cuja a produção é centralizada. O objetivo desta pesquisa é analisar estudos realizados sobre as cooperativas descentralizadas (CDs), por meio de revisão bibliográfica, a base de dados de Dissertações e Teses da CAPES. A abordagem da pesquisa é qualitativa, realizada por meio de revisão bibliográfica, a base de dados foi o Catalogo de Dissertações e Teses, CAPES, restringida ao termo “cooperativas descentralizadas”. Para a auxiliar na categorização e interpretação dos resultados foram utilizados diagrama V para análise de conteúdo, um método que permite compreender a metodologia utilizada, as transformações ocorridas e os conceitos envolvidos. Entre os principais resultados pode-se citar o fato de que foram encontradas cinco dissertações, sendo três produzidas em Santa Catarina, no Estado do Pará e a outra no Rio Grande do Sul. De maneira geral, se conclui que as cooperativas descentralizadas (CDs) tem sido uma possibilidade de inserção formal no mercado para os pequenos empreendimentos familiares, como são os casos dos produtores da agricultura familiar (AF). Verificou-se, também, a importância das cooperativas descentralizadas (CDs) no acesso dos agricultores aos programas institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao possibilitar vendas direta para o poder público.

Palavras-Chave: Cooperativas descentralizadas; Agricultura Familiar; Cooperativismo

DETERMINANTES DA LUCRATIVIDADE DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO SUL DO BRASIL: VISÃO BASEADA EM RECURSOS

Luis Augusto Araújo, EPAGRI/CEPA, laraujo@epagri.sc.gov.br

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

Há intensa preocupação entre os agricultores a respeito de como usar os recursos heterogêneos e escassos dos estabelecimentos agropecuários familiares, a fim de sustentar estratégias que promovam a renda e a qualidade de vida. O interesse da pesquisa está na investigação da interface das relações existentes entre a presença física de recursos, às percepções dos agricultores sobre esses recursos e a performance do estabelecimento. Nesse enquadramento, objetiva-se verificar o impacto dos recursos determinantes da lucratividade de estabelecimentos agropecuários da Região Sul do Brasil, buscando-se amparo teórico na Visão Baseada em Recursos (VBR). A presente pesquisa assumiu características de estudo quantitativo, exploratório e descritivo. A amostragem foi intencional composta por 230 estabelecimentos agropecuários da Região Sul do Brasil, participantes do programa “Propriedade sustentável”. A partir de levantamento contábil e de aplicação de questionário foram empregadas técnicas estatísticas de análise descritiva e de regressão linear. Para a análise, foi estimada uma regressão linear múltipla com dados em painel contendo observações (N=923), com repetição, de estabelecimentos agropecuários, no período de 2015 a 2018. A variável dependente é lucratividade, utilizada como proxy a renda da operação agrícola, e as variáveis explicativas foram agrupadas em cinco categorias: recursos gerenciais; recursos físicos; recursos financeiros; recursos tecnológicos; e, recursos de capital humano. Os dados foram operacionalizados utilizando-se do SAS© Analytics 9.4. Com base no modelo conceitual e na revisão de literatura, foram elaboradas as hipóteses: H1: quanto maior a avaliação positiva dos recursos gerenciais, maior a lucratividade; H2: quanto maior o nível de recursos físicos, maior é a lucratividade; H3: quanto maior o nível de recursos financeiros, maior é a lucratividade; H4: quanto maior o nível de recursos tecnológicos, maior é a lucratividade; e, H5: quanto maior o nível de recursos de capital humano, maior é a lucratividade. Os agricultores, os técnicos em geral e os formuladores de políticas públicas muitas vezes desejam prever o impacto no uso dos recursos na lucratividade e, nesse propósito, a análise de regressão múltipla a ser empregada oferece resposta a essa questão. A pesquisa contribui com conhecimentos teóricos e empíricos que envolvem os fenômenos relacionados ao uso de recursos nos estabelecimentos agropecuários, às percepções dos agricultores sobre os mesmos, e sua ligação com a lucratividade dos estabelecimentos.

Palavras-Chave: Lucratividade; Recursos; Visão Baseada em Recursos.

EVOLUÇÃO DO ABATE DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA (2013/2018): ENTRE A CONSOLIDAÇÃO E A CONCENTRAÇÃO AGROINDUSTRIAL

Alexandre Luís Giehl; EPAGRI/CEPA; alexandregiehl@epagri.sc.gov.br
Marcia Mondardo; EPAGRI/CEPA; mmondardo@epagri.sc.gov.br

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

A suinocultura é uma das principais atividades agropecuárias desenvolvidas em Santa Catarina, sendo responsável por parcela significativa do VBP e das exportações catarinenses. Contudo, nas últimas décadas, não obstante o crescimento de sua importância econômica, percebe-se retração na abrangência social da atividade, tanto no setor primário quanto no segmento industrial. O presente artigo busca identificar e analisar o grau de concentração e a evolução do setor de abate de suínos em Santa Catarina entre os anos de 2013 e 2018. A partir da análise dos dados, verificou-se que o número de frigoríficos caiu 23,9% no período considerado. A maior variação deu-se entre os estabelecimentos que possuem inspeção municipal (-43,3%), enquanto aqueles com inspeção estadual apresentaram queda de 17,9% e os com inspeção federal mantiveram o mesmo número. Também foi constatado que os estabelecimentos com SIF foram responsáveis por 88,5% dos suínos abatidos em 2018, enquanto os frigoríficos com SIE representaram 11,2% e aqueles com SIM responderam por 0,4%. Em relação ao ano de 2013, a variação mais significativa foi observada no âmbito do SIM, cuja participação naquele ano foi de 0,6%. Quanto à produção de cada planta frigorífica, observou-se um aumento na participação relativa das unidades que abateram mais de 1 milhão de animais por ano, as quais foram responsáveis por 13,0% dos abates em 2013 e 34,8% em 2018. Por outro lado, nesse mesmo período, a participação dos abatedouros com menos de 10 mil suínos por ano passou de 3,3% para 1,2%. A concentração por grupo empresarial também merece destaque, já que em 2018, as quatro maiores empresas ou cooperativas foram responsáveis por 78,7% dos animais abatidos em Santa Catarina, índice um pouco superior ao que se registrou em 2013 (77,4%). É possível concluir que a agroindústria suinícola catarinense possui elevado grau de concentração, em percentual maior do que o apontado por outros estudos para o âmbito nacional e mundial. Esse resultado é condizente com a concentração e especialização na produção de animais e a concentração no abate e processamento, fatores descritos por diversos autores como características intrínsecas ao processo de desenvolvimento do setor agroindustrial. Contudo, essa é uma moeda de dupla face. Por um lado, esse padrão de organização possibilitou um ganho de eficiência produtiva no âmbito do modelo atualmente hegemônico, consolidando Santa Catarina o maior produtor nacional de suínos e garantindo competitividade aos produtos do estado, seja no mercado nacional ou internacional. Por outro, tal processo resultou na exclusão dos segmentos que não lograram êxito em atender às exigências de um mercado altamente competitivo, bem como na concentração da atividade, tanto em nível de indústria quanto de produtor.

Palavras-Chave: Suínos; agroindústria; abate

GESTÃO DE CUSTOS NA RIZICULTURA: UM COMPARATIVO ENTRE O CULTIVO NOS SISTEMAS CONVENCIONAL E PRÉ-GERMINADO

Manoel Vilsonei Menegali; UNESC; mvm@unesc.net
Valdemar Mota da Boit; UNESC; valdemardaboit@hotmail.com
Ana Paula Silva dos Santos; UNESC; apsantos@unesc.net

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

Para se manter ativo em um empreendimento é necessário obter o maior retorno possível de seu investimento. Assim, busca-se alternativas que possam trazer maior rentabilidade para o produtor. Frente a este cenário, a presente pesquisa tem como objetivo comparar os custos na rizicultura entre os sistemas de cultivo convencional e pré-germinado, na safra 2017/2018, em uma propriedade no município de Meleiro- SC. Os procedimentos metodológicos utilizados são um estudo qualitativo, descritivo, bibliográfico e estudo de caso. No estudo de caso é abordado uma propriedade que utiliza o sistema convencional, com preparo do solo e plantio realizados com o solo seco, e o pré-germinado, caracterizado por sementes pré-germinadas distribuídas a lanço em solo inundado. Para a composição da pesquisa, foi possível identificar as etapas e os custos mais relevantes, considerando a aquisição dos insumos valores mais significantes. O estudo de caso proporcionou constatar que o plantio convencional pode atingir produtividade superior ao plantio pré-germinado, apurado em 35 sacas de arroz por hectare. A produção não pode ser analisada como um dado isolado, sendo necessário um panorama de gastos para produzir, conseqüentemente identificado sua lucratividade. Neste contexto o plantio convencional trouxe resultados de lucro por saca de R\$ 10,11, enquanto no sistema pré-germinado apresentou o valor de R\$ 6,56 de lucro. Deste modo, conclui-se que no plantio convencional houve maior produtividade por hectare e ainda mantendo maior lucratividade, comprovando que pode ser uma alternativa para os rizicultores da região. É constatado que nos dois métodos de cultivo, deve-se dar maior atenção na compra de insumos para aumentar a rentabilidade.

Palavras-Chave: Contabilidade de Custos; Agricultura Familiar; Rizicultura.

GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO: O SETOR LÁCTEO NO VALE DO TAQUARI (RS)

Janaína Führ; UFSC; fuhr.janaina@gmail.com
Hoyêdo Nunes Lins; UFSC; hoyedo.lins@ufsc.br

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

As transformações observadas nas últimas décadas, em escala internacional, no setor lácteo, especialmente com respeito ao aumento da concentração e à entrada de empresas multinacionais em diferentes mercados (para produzir e comercializar), mas também com respeito a processos na produção (envolvendo tecnologia, por exemplo) e na organização produtiva (implicando, entre outros aspectos, relações entre empresas e entre estas e produtores rurais, além de instituições), serviram de base para a presente tese. Indagou-se, à luz dos debates sobre cadeias globais de valor e sobre o desenvolvimento rural, a respeito dos reflexos de tais mudanças no plano dos territórios diretamente implicados, neste caso com a atenção voltada à bacia leiteira do Corede Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, buscando verificar como se caracteriza a relação entre os produtores e as empresas. Observam-se no Vale do Taquari processos que a literatura sobre cadeias e sobre desenvolvimento rural coloca, de uma forma ou de outra, em destaque em diferentes realidades. Na relação entre a esfera agrícola, a produção primária propriamente dita e a esfera processadora, observou-se que a governança é exercida precipuamente no âmbito da indústria. Mais especificamente, as exigências em termos de sanidade e qualidade, entre outras que caracterizam a esfera processadora, são determinadas pelas empresas multinacionais que atuam na região, ou que, mesmo não atuando na região, influenciam no padrão do produto final comercializado no varejo. Esses processos são indicativos sobre o que exerce poder e comando na cadeia. Sendo que diversos produtores, principalmente os pequenos, aposentados e/ou sem sucessão, estão deixando a atividade pela dificuldade de acompanhar as mudanças no setor lácteo.

Palavras-Chave: CGV; Setor lácteo; Corede Vale do Taquari/RS.

POLÍTICA PÚBLICA PRONAF: A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DE ATALANTA (SC) NO PERÍODO DE 2012-2018

Igor Danielski; UNIDAVI; igor.danielski@unidavi.edu.br
Anielle Gonçalves de Oliveira; UNIDAVI; anielleg20@unidavi.edu.br
Tatiane Ap^a Viega Vargas; UNIDAVI; tatianeviega@gmail.com

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

As questões teóricas acerca da temática da agricultura familiar têm grande relevância na academia. O curso de Ciências Econômicas da Unidavi promove o debate, bem como o levantamento de dados sobre a realidade do setor agrícola do Alto Vale do Itajaí – SC. Sabe-se, através de pesquisas preliminares que, no município de Atalanta - SC, a maior parte dos estabelecimentos que trabalham com a agricultura são de base familiar. Dentre as políticas públicas que fomentam o desenvolvimento da agricultura familiar, a principal e mais importante é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Deste modo, o tema desta pesquisa é justamente entender a importância deste programa no município pesquisado, afinal este é responsável por disponibilizar ao agricultor financiamentos diversos, bem como o custeio da lavoura. O objetivo central deste trabalho foi analisar a percepção dos gestores de unidades agropecuárias de produção familiar do município de Atalanta-SC sobre a importância do Pronaf. A metodologia de pesquisa é bibliográfica, documental e pesquisa de campo, os dados foram obtidos através de bases de dados online, como o Banco Central do Brasil, IBGE, etc. Também foi realizado uma pesquisa exploratória junto a uma amostra de agricultores que tenha significância, o instrumento de coleta de dados utilizado foi a aplicação de questionários. O intuito foi buscar compreender de que forma as modalidades de crédito do Pronaf contribuem para o desempenho das atividades agropecuárias do município. Os principais resultados da pesquisa foram que o Pronaf desempenha um importantíssimo papel no desenvolvimento da agricultura familiar. Na comparação do Valor Adicionado Bruto da agropecuária em Atalanta com o crédito do Pronaf, verificou-se relação direta e parcela expressiva dos agricultores (95%) que utilizam o Pronaf tem uma percepção positiva em relação ao programa.

Palavras-Chave: Pronaf; Agricultura Familiar; Crédito Rural; Atalanta-SC.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO CAMPO E DA FLORESTA

Giovana Ilka Jacinto Salvaro, UNESC, giovanasalvaro@unescc.net
Leandro da Rosa, UNESC, leandroarosa@unescc.net
Ismael Gonçalves Alves, UNESC, iga@unescc.net

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

O texto trata da análise de um conjunto de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta, no âmbito das ações da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e da elaboração de políticas públicas pelo Estado brasileiro. Integra a agenda de pesquisa de um Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero. Para a elaboração do texto, além da análise detalhada da literatura especializada sobre o tema e das Diretrizes e Ações Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, foram estudados os documentos dos Planos Nacionais de Política para as Mulheres, da Política e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A análise evidencia uma produção de conhecimento ainda limitada sobre o fenômeno da violência contra as mulheres do campo e da floresta, bem como especificidades da violência marcadas por características geográficas, socioculturais e econômicas, as quais emergem frente aos modos de vida e de trabalho em contextos rurais. No estudo, compreende-se que se trata de uma violência de gênero, historicamente produzida, que impõe desafios socioeconômicos para a elaboração e efetivação de políticas públicas específicas de enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A implementação de políticas específicas e articuladas de enfrentamento à violência contra as mulheres requer conhecimento situado acerca do fenômeno no campo das desigualdades de gênero, prioridade por parte dos gestores/as e ações conjuntas de diferentes serviços (delegacias especializadas, justiça, assistência social, saúde, educação, entre outros) nas esferas municipais, estaduais e federal, entre outras ações de prevenção, atenção, proteção e garantia dos direitos.

Palavras-Chave: políticas públicas; violência contra as mulheres; mulheres do campo e da floresta.

PRODUÇÃO DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DA REGIONALIZAÇÃO DOS ABATES (2013-2018)

Alexandre Luís Giehl; EPAGRI/CEPA; alexandregiehl@epagri.sc.gov.br
Marcia Mondardo; EPAGRI/CEPA; mmondardo@epagri.sc.gov.br

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

A produção de suínos é uma das mais importantes atividades agropecuárias de Santa Catarina, respondendo por 17,7% do VBP do setor. O estado é o maior produtor nacional, com 26% dos abates, sendo também o principal exportador de carne suína, responsável por mais de 50% das exportações brasileiras em 2018. Mais que uma atividade econômica, a suinocultura tem grande relevância social e cultural, estando presente no cotidiano dos agricultores catarinenses desde o século XIX. Com a colonização do oeste de Santa Catarina, principalmente por descendentes de imigrantes europeus, e o posterior desenvolvimento da atividade suinícola, a região tornou-se a principal produtora de suínos do estado. Em 2018, 78,3% dos suínos produzidos no estado eram provenientes da mesorregião Oeste Catarinense. Contudo, tendo em vista que nem sempre os animais são abatidos no mesmo município ou região em que são produzidos, o presente artigo busca analisar a distribuição do abate de suínos dentre as mesorregiões catarinenses, de forma compreender melhor a estruturação dessa cadeia, além de averiguar eventuais mudanças entre 2013 e 2018. Para realizar essa análise, foram utilizados dados provenientes das Guias de Trânsito Animal (GTA). Primeiramente, identificou-se 192 frigoríficos que abateram suínos em 2013, 51,0% dos quais localizados na mesorregião Oeste Catarinense, 16,7% no Vale do Itajaí, 16,1% no Sul Catarinense e os demais nas outras três mesorregiões do estado. Em 2018, embora o número total de abatedouros tivesse caído 24%, a distribuição praticamente não sofreu alterações, com o Oeste concentrando 51,4% dos abatedouros, Vale do Itajaí 17,1% e Sul Catarinense 16,4%. Em termos de número de animais, em 2013 foram abatidos em Santa Catarina 8,32 milhões de suínos, 67% no Oeste Catarinense, seguido por Vale do Itajaí (14,4%), Serrana (10,2%) e demais mesorregiões (8,5%). Em 2018 foram abatidas 11,45 milhões de cabeças, com a participação do Oeste caindo para 63,7% e o Vale do Itajaí para 12,1%, enquanto a Serrana passou para 15,1%. Considerando o sistema de inspeção, em 2013 o Oeste respondeu por 69,7% dos abates com SIF, participação que caiu para 66,7% em 2018, em função da implantação de um frigorífico de grande porte na mesorregião Serrana. Em 2013 o Oeste também representava 68,9% dos abates com SIM, participação que passou para 88,2% em 2018. Já a participação nos abates com SIE caiu de 43,8% para 38,5%. Esses dados explicitam dois segmentos distintos dessa cadeia produtiva presentes no Oeste: as grandes agroindústrias, voltadas ao mercado nacional e internacional; e os pequenos abatedouros, voltados ao abastecimento local e, principalmente à produção de embutidos, atividade desenvolvida pelos agricultores familiares há várias décadas. As análises preliminares nos permitem afirmar que há uma grande concentração dos abates de suínos na mesorregião Oeste, a qual não se alterou substancialmente entre 2013 e 2018. Por outro lado, apesar do grande volume de abates no Oeste, cerca de 2,8 milhões de suínos produzidos na região são abatidos em outras. Contraditoriamente, a região com maior presença dos grandes complexos agroindustriais, é também aquela em que os pequenos abatedouros mais resistem aos novos tempos.

Palavras-Chave: Suínos; agroindústria; abate

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF: UMA ARTICULAÇÃO COM CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR

Manoel Vilsonei Menegali, UNESC, mvm@unesc.net
Anderson Correa Benfatto, UNESC, andersonbenfatto@gmail.com
Andreia Cittadin, aci@unesc.net

Área Temática: Desenvolvimento rural e agricultura familiar

O campesinato é um conglomerado de camponeses que compartilham experiências e identidades comuns, valendo-se de mecanismos internos para trocar ideias e recursos e atribuir autoridade aos líderes que compartilham conceitos conjuntos de como a agricultura deve ser organizada e construída juntamente com o coletivo, nesse sentido a agricultura camponesa são formas ou modos de agricultura em que a coprodução é fundamentada em recursos autocontrolados, inexistindo o trabalho assalariado. Já em relação ao surgimento e reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é muito recente, em meado da década de 1990 que o Estado passa a reconhecer essa atividade e dar-lhe visibilidade pôr meio da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Em números a agricultura familiar está entre as principais atividades rurais do Brasil, pois são aproximadamente 4,4 milhões de famílias agricultoras que representam 84% empreendimentos rurais, sendo responsável por 38% valor bruto da produção agropecuária e por produzir mais de 50% dos alimentos da cesta básica, contudo, crescimento da produção agroindustrial de commodities ao mercado interno e externo, ampliou a concentração de renda e a situação de subemprego no meio rural, nesse contexto a agricultura familiar apresenta características que visam atender às necessidades da família e diminuir o impacto negativo dessa situação. O PRONAF foi instituído em 1996 e suas linhas de crédito beneficiaram pequenos agricultores, oferecendo ainda hoje dez linhas de crédito rural, que são elas: custeio, mais alimentos, agroindústria, agroecologia, eco, floresta, semiárido, jovem, cota-parte e mulher. Com o advento da lei n Lei 11.326/2006 é estabelecido as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, no entanto a Lei não dava conta de todas as especificidades, assim surgiu o decreto nº 9.064/2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA). Diante do desse contexto se levanta a seguinte questão de pesquisa, quais as particularidades das linhas de crédito do PRONAF no contexto do campesinato e agricultura familiar? para tanto o presente estudo em andamento tem como objetivo construir uma revisão da literatura sobre as características das linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF e analisar sua articulação com campesinato e agricultura familiar. Para tanto, são elencadas algumas categorias de análise, são elas: campesinato, agricultura familiar e PRONAF. A pesquisa em andamento está classificada como bibliográfica por meio de estudo documental com objetivo de pesquisa descritivo com abordagem qualitativa. As informações sobre as linhas de crédito do PRONAF serão coletadas no site da Secretaria especial de agricultura familiar e do desenvolvimento agrário que faz parte do Ministério do desenvolvimento agrário no ano de 2019. Como resultados esperados estão a ação de agentes públicos em geral, engajados com a causa da agricultura familiar que formularam dispositivos legais para enquadrar essa atividade em questão, que por consequência fomentam a possibilidade de políticas agrarias mais consistentes e direcionadas ao agricultor familiar, nesse sentido surge o crédito direcionado com intuito de gerar a ampliação e fortalecimento do campesinato e do agricultor familiar.

Palavras-Chave: Crédito rural; pequenos agricultores; camponeses.

Área Temática:
Economia e
Política
Internacional

A INDÚSTRIA AERONÁUTICA BRASILEIRA: DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

Andrey Luis dos Santos Robinson; UFSM; andreyrobinson@ymail.com
Daniel Arruda Coronel; UFSM; daniel.coronel@uol.com.br
Felipe Montini; UFSM; felipe.montini@hotmail.com

Área Temática: Economia e política internacional

O presente estudo buscou fazer uma análise do setor aeronáutico brasileiro tanto de sua evolução histórica como também da competitividade internacional do país na produção de aviões. Pode-se observar que, desde a década de 1930, existem esforços para constituir um setor aeronáutico no Brasil, porém, é a partir da parte final da década de 1950, e principalmente através das diretrizes e massivos investimentos do Estado, que surgem as instituições que fornecerão o corpo técnico necessário para a constituição do setor aeronáutico no país. A consolidação do modelo institucional do setor ocorreu entre o final da década de 1960 e 1980, quando a EMBRAER é criada. Dessa forma, com a demanda assegurada pelo Estado, e através de parcerias internacionais, a empresa conseguiu aprender e desenvolver o capital tecnológico necessário para se tornar uma empresa exportadora, após o início da década de 1990, quando inserida em um conjunto de políticas mais amplas, a EMBRAER foi privatizada, e nos anos recentes, a EMBRAER é uma empresa consolidada no mercado internacional, sendo uma das principais exportadoras de aviões comerciais do mundo. A análise da competitividade foi feita através do cálculo de quatro indicadores, a saber, Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), Taxa de Cobertura (TC), Indicador de Posição Relativa (POS) e Índice de Desempenho (DES). Foram calculados também os indicadores para os principais concorrentes do país, que são Estados Unidos, França e Canadá, e comparados com os brasileiros. Os resultados mostraram que o Brasil possui vantagens comparativas na produção de aviões, principalmente nas categorias de aviões de médio porte e grandes, bem como demonstrou competitividade internacional no setor, o qual é um dos pontos fortes em sua economia no que se refere a produtos de maior valor agregado.

Palavras-Chave: Indústria Aeronáutica; Vantagem Comparativa; Brasil.

ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES DE ÓLEO ESSENCIAL E CACAU DO HAITI: UMA ANÁLISE EMPÍRICA

Marcelo Schwalm Bender; UFSM; marcelobender98@hotmail.com
Johannes Schwertner; UFSM; johannesschwerter@hotmail.com
Jean Edinis Adonis; UFSM; adonisjeanednis@gmail.com
Felipe Montini; UFSM; felipemontini@hotmail.com
Daniel Arruda Coronel; UFSM; daniel.coronel@uol.com.br

Área Temática: Economia e política internacional

O propósito deste trabalho consistiu em verificar e analisar a competitividade das exportações de óleo essencial e cacau do Haiti no período entre 1991 e 2016, após a apresentação breve do mercado de ambos produtos. Com o intuito de contextualizar a história do comércio internacional no referencial teórico se apresenta autores e teorias que serviram de base para formulação dos índices utilizados na metodologia do trabalho. Neste sentido, utilizaram-se indicadores de competitividade do comércio internacional: Índice de Vantagens Comparativas Reveladas Simétricas (IVCRS), Abertura Comercial (IAC) e Taxa de Cobertura (TC), tendo como base os dados obtidos do Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) e do The World Bank. Os indicadores mostraram que o país apresentou vantagens comparativas reveladas em todo o período de tempo estudado, em ambos os produtos, mantendo-se quase sempre acima de 0,9, o que ressalta a grande superioridade em relação aos demais países. A abertura comercial do Haiti apresentou expressivo crescimento, em torno de 3 vezes o da média mundial, o que contribuiu para o aumento das exportações do país. O resultado do cálculo da taxa de cobertura foi sempre superior a 10, mostrando a grande importância do cacau e do óleo essencial para a balança comercial do país e, conseqüentemente, para a entrada de divisas. O artigo contribuiu para a compreensão da competitividade do óleo essencial e do cacau exportados pelo Haiti, e incentiva estudos mais avançados relacionados à competitividade, simulando cenários através de modelos de Equilíbrio Geral Computável e de Alocação Espacial.

Palavras-Chave: Competitividade; Exportação de cacau; Indicadores de Comércio Internacional; Exportação de óleo essencial.

COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNE SUÍNA (1999-2017)

Leticia Favaretto; UFSM; leticiafavaretto18@gmail.com

Juliana Favaretto; UFSM; julianafavaretto07@hotmail.com

Elisangela Gelatti; UFSM; elisangelagelatti@hotmail.com

Daniel Arruda Coronel; UFSM; daniel.coronel@uol.com.br

Área Temática: Economia e política internacional

O Brasil, nos últimos anos, consolidou-se como um dos grandes fornecedores de proteína animal para o mundo. A maior parte da produção brasileira de carnes é destinada ao mercado interno, mas suas exportações vêm crescendo gradualmente, ganhando espaço com um grande número de países compradores. Na exportação da carne suína, o país é um grande exportador mundial, principalmente para os países como Rússia, Singapura, China e Hong Kong. As exportações brasileiras de carne suína representam 9% do total das exportações mundiais. Então o sucesso do Brasil no mercado internacional da carne suína é resultado da melhora da qualidade da carne, com a valorização dos aspectos nutricionais, a diminuição da gordura e a eficiência no sistema de vigilância sanitária. Deste modo este trabalho objetivou analisar a competitividade das exportações brasileiras de carne suína no período de 1999 a 2016. Neste sentido, utilizaram-se os indicadores de competitividade do comércio internacional: Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), Orientação Regional (IOR) e Taxa de Cobertura (TC). Os dados para o cálculo desses índices foram coletados na Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria e Comércio (SECEX/MDIC). O Índice de Vantagem Comparativa Revelada mostrou que as exportações brasileiras apresentaram vantagem comparativa em todo o período analisado, sempre com valor maior que a unidade, e o Índice de Orientação Regional indicou que as exportações estão orientadas para Rússia, Singapura e Hong Kong. Na análise da taxa de cobertura, fica evidente a superioridade das exportações em relação às importações de carne suína. Esses índices corroboram para a conclusão de que a carne suína brasileira é competitiva frente ao mercado internacional.

Palavras-Chave: Carne Suína; Vantagens Comparativas Reveladas; Competitividade.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E ARGENTINA NO MERCOSUL: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA TEORIA DOS JOGOS

Evandro Castro Pedro, UFSC, visaoeconomica@gmail.com
Max Cardoso de Resende, UFSC, max.resende@ufsc.br

Área Temática: Economia e política internacional

A pesquisa analisa, através da teoria dos jogos, a relação comercial entre o Brasil e a Argentina antes e após o MERCOSUL. O estudo identifica os possíveis fatores determinantes do comportamento não cooperativo da Argentina nos últimos anos e como ele se deu. A análise demonstra o posicionamento brasileiro diante de tal comportamento e a atuação conforme as oportunidades externas ao bloco. O estudo procura complementar a literatura sobre o MERCOSUL e propiciar um olhar peculiar através da teoria de jogos não cooperativos ao buscar empregar a análise de jogos do tipo “Rambo” e estudos de reação baseados em jogos entre nações “tit for that”. Na análise, são demonstrados os principais motivos que deflagraram o comportamento não cooperativo, como ele se deu comportamento através de litígios e desacordos e a reação brasileira ao ocorrido. Concluimos que, em caso de inalterabilidade da conjuntura para a Argentina, ela tende a permanecer no estado “Rambo”, ocasionando cada vez mais prejuízos à coordenação do bloco. Em caso extremo, a Argentina pode optar por se retirar do bloco. Em termos de reação brasileira, conforme a teoria de sanções, há uma tendência de neutralidade do Brasil, que tende a não aplicar sanções corretivas fortes em um futuro próximo. Por fim, o estudo possibilita compreender a dinâmica do das relações intrabloco e demonstra o custo de oportunidade para o Brasil de se manter vinculado ao bloco em uma situação de desacordo, enquanto oportunidades de acordos bilaterais se fazem cada vez mais presentes no âmbito das relações internacionais.

Palavras-Chave: “Rambo”; MERCOSUL; Argentina; Comércio Internacional.

COOPERAÇÃO SUL-SUL: O CASO DE BRASIL E ANGOLA

Max Richard Coelho Verginio, UNESC, verginio@unesc.net
Domingos Joaquim Francisco, UNESC, domingos@unesc.net
Dimas de Oliveira Estevam, UNESC, doe@unesc.net

Área Temática: Economia e política internacional

Historicamente o Brasil foi o primeiro país a reconhecer Angola como independente em 1975. Nos anos setenta, as relações económicas entre Angola e Brasil foram estruturadas de acordo com o fluxo comercial: o Brasil exportou produtos manufaturados e semimanufaturados e Angola exportou petróleo e derivados. A partir daí o Brasil passou a ser um dos maiores aliados comerciais de Angola. O mundo está cada vez mais conectado economicamente, estudar a economia internacional tem sido cada vez mais importante no nosso tempo. Neste sentido, quais os efeitos do intercâmbio comercial entre os Angola e Brasil? O objetivo é analisar o intercâmbio comercial entre Angola e Brasil durante o período em que a preferência eram as relações comerciais de Sul-Sul. Este resumo caracteriza-se como estudo exploratório, a base de dados analisada é proveniente de registros administrativos extraídos do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) e nas declarações dos exportadores e importadores, por meio do portal do Comex Stat e analisados com auxílio de pacotes estatísticos voltados para Data Science da linguagem R. Os resultados preliminares apontam em dólares deflacionados pelo Consumer Price Index (CPI), que no período de 1991 a 2018 as exportações somaram 17.236.112 mil dólares, com média anual de 790.278 mil dólares e mínimos de 96.389 mil dólares e máximos de 2.290.223 mil dólares. Importações somaram valores equivalentes a 49,34% das exportações e média 390.239 mil dólares por ano, mínimo de 155 mil dólares e máximo de 2.602.318 mil dólares. Houve um crescimento exponencial do valor FOB das exportações, importações bem como movimento comercial até o ano de 2008. Mas com forte mudança na tendência a partir de 2009, em as exportações em 2018 voltar aos patamares anteriores a 2004. Espera-se assim com este trabalho, contribuir para com estudos sobre políticas económicas entre Angola e Brasil.

Palavras-Chave: Política internacional; Angola; Cooperação Sul-Sul

O ESTADO BRASILEIRO DESDE A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: ANÁLISE DA POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRÁS A PARTIR DE OUTUBRO DE 2016

Emanuela Gava Caciatori, UNESC, emanuela_gc@hotmail.com

Área Temática: Economia e política internacional

A formação dos Estados latino-americanos, de modo geral, e do Estado brasileiro, de forma específica, deu-se a partir da proclamação formal de independência no século XIX. Ocorre que a emancipação em sentido formal do Estado brasileiro não foi capaz de romper com o nexos colonial, de modo que continuou reproduzindo as antigas estruturas coloniais, agora sob a forma de colonialidade. Tal situação ensejou a colocação do Estado brasileiro enquanto periferia do mundo, e culminou na integração tardia do país no capitalismo mundial, de forma subdesenvolvida e dependente das potências econômicas globais. A categoria da dependência econômica latino-americana traduz uma situação perversa no sistema econômico regional, em que o lugar do Estado latino-americano, de forma geral, é definido na economia mundial na sua relação externa com as potências hegemônicas no cenário da economia política, tal situação obstaculizando reais possibilidades de um desenvolvimento autônomo. Uma teoria do Estado aplicável ao cenário brasileiro, perpassa necessariamente pela consideração das especificidades da região, constituídas, entre outras razões, devido ao histórico colonial e a sua posição no cenário mundial. Urge, portanto, pensar o Estado desde uma perspectiva latino-americana, enquanto periferia do capitalismo. A categoria da dependência auxilia no complexo intento de compreender o lugar geopolítico que a América Latina ocupa no cenário mundial, e será o marco teórico utilizado na pesquisa. No caso brasileiro, de maneira específica, é possível observar que desde os primórdios da conquista, o país tem cumprido a função de exportador de matéria-prima para os centros do poder. Atualmente, passados 500 anos do início da colonização, a situação persiste: parte expressiva do saldo econômico do Brasil é oriundo da exportação de commodities, precisamente bens agrícolas e minerais. A relevância social da pesquisa se encontra no fato de essa constatação permitir concluir que os índices econômicos são diretamente influenciados pelo cenário externo – o que se mostra ainda mais evidente no cenário da globalização -, de modo que a economia torna-se instável, no caso de não haver outra base capaz de solidificar os indicadores econômicos e blindar o país das constantes variações internacionais. A política econômica adotada pelo Estado importa na medida em que é capaz de agravar ou conter a dependência com o cenário externo, a depender da estratégia adotada. Isso se vislumbra, especialmente, nas empresas estatais que exploram atividade econômica, evidente canal de conexão entre Estado e economia. Nesse sentido, cabe analisar a política de preços adotada pela Petrobrás a partir de outubro de 2016, a fim de mensurar se a política vigente é reprodutora ou não da dependência socioeconômica do Estado brasileiro. A política adotada possui como fator central a paridade de preços do diesel e da gasolina com o mercado internacional, e a justificativa seria a tentativa de aumentar a competitividade da estatal. No entanto, cabe investigar se a nova forma de precificação contribui para o desenvolvimento do autônomo do país, tendo em vista tratar-se de um setor estratégico da economia, ou se serve como instrumento que mantém o país refém da conjuntura internacional e da volatilidade dos indicadores econômicos estrangeiros.

Palavras-Chave: Estado brasileiro; teoria da dependência; Petrobrás; precificação; política econômica.

O PESO DO IMIGRANTE MERCOSULINO NO FLUXO MIGRATÓRIO BRASILEIRO (2000-2018)

Ludmila Culpi, UFPR, ludi_culpi@yahoo.com.br

Área Temática: Economia e política internacional

O presente artigo tem como objetivo central traçar o perfil migratório do Brasil, indicando como avançaram aos fluxos migratórios no país desde o período Colonial. Busca-se entender, de modo o específico, o papel do migrante mercosulino nos dados de migração do Brasil, sobretudo a partir da promulgação dos Acordos de Residência do Mercosul em 2009. Os Acordos de Residência do Mercosul, assinados em 2002, foram resultado de um avanço na política de livre circulação no bloco. Pode-se afirmar que esses acordos foram uma demanda dos Estados para incentivar a mobilidade dentro das fronteiras do Cone Sul, ao passo que também promoveram uma maior regularização migratória de migrantes mercosulinos indocumentados que já residiam nos países do bloco. A pergunta que se pretende responder é: Em que medida a migração intra- Mercosul na totalidade dos fluxos migratórios nacionais é relevante para o Brasil? O Brasil passou por uma mudança substancial em sua legislação migratória, a partir da aprovação da Nova Lei de Migrações em maio de 2017, que colocou um foco maior nos direitos dos migrantes e reduz a criminalização desses migrantes. Concluiu-se que o peso do migrante mercosulino tem crescido nos últimos dez anos, o que pode ser entendido como consequência da ratificação dos Acordos de Residência do Mercosul, contudo, não há um aumento expressivo do ingresso de migrantes da Argentina, Uruguai e Paraguai. As nacionalidades mais representativas em sua entrada no Brasil foram os haitianos a partir de 2014 até 2018 e os venezuelanos, estes últimos sobretudo a partir de 2015.

Palavras-Chave: Migrações; Fluxo Migratório; Mercosul; Política Migratória brasileira

TRAJETÓRIA RECENTE DA ECONOMIA ARGENTINA: DO NEOLIBERALISMO AO DESENVOLVIMENTISMO

André Alves dos Santos, UNESC, andre_monges@hotmail.com

Área Temática: Economia e política internacional

A década de 1980 foi marcada por diversas mudanças no cenário político econômico internacional, seja por transições e formas de governos, ou modelos de administração pública. No Europa, diversos movimentos clamavam pelo fim das divisões marcadas pela desgastada guerra fria. A pressão internacional que culminou com a queda do muro de Berlin em 1989 e posteriormente a o fim da União das Republicas Socialistas Soviéticas em 1991. Movimentos esses que se apoiaram na crescente onda do novo liberalismo que efervesciam no seio das economias de países de capital central e se alastraram nas novas economias emergentes ao redor do novo planeta globalizado. Na Argentina não foi diferente. Isso se deve ao fato da dinâmica do desenvolvimento econômico na América Latina no decorrer do final do século XX e princípio do XXI ser marcada por simetrias entre o modelo econômico entre os estados e blocos regionais, sejam pela constante influência de mudança da nova ordem econômica internacional ou até mesmo por adoção de políticas locais que ditaram o ritmo constante entre períodos cíclicos de crise. A Argentina vivenciou no período aqui mencionado, momentos em que o Estado adotou a política Neoliberal que ocasionara o desmanche da indústria nacional e a onda generalizada de privatizações até o momento em que este modelo entra em crise por volta da mudança do novo século e, passa a adotar uma postura mais ativa na organização e elaboração de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento econômico. Portanto, este artigo tem como objetivo, discutir e analisar a trajetória do desenvolvimento da economia Argentina desde o período de Carlos Menem 1989, até 2015 como o transcorrer do governo dos Kirchner.

Palavras-Chave: Economia Argentina; Desenvolvimento; Estado.

Área Temática: Temas Especiais

A VOZ FEMININA DO CARIBE NO DEBATE SOBRE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

Emily Camila Batschauer, FURB, emilybatschauer@gmail.com

Área Temática: Temas especiais

O debate desenvolvimento e gênero na América Latina tem forte viés eurocêntrico, machista, patriarcal e branco. Com isso, corremos o risco de desvalorizar e ignorar a produção intelectual das mulheres nesse universo tão masculino. E pelas atenções se voltarem para o continente europeu, esquecemo-nos dos trabalhos desenvolvidos por nós, latinxs americanxs, e nesse caso, mais especificamente, xs caribenhxs. O projeto desenvolvido durante o ano de 2018 foi recortado de um projeto mais amplo: Mulheres que pensam o desenvolvimento na América Latina: Contribuições presentes nas Antologias do Pensamento Social Latino-Americano e Caribenho publicadas pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais no período de 2015 a 2017. Os resultados aqui apresentados puderam ressaltar a voz das mulheres caribenhas no debate sobre Gênero e Desenvolvimento. Nos objetivos específicos priorizou-se a identificação das autoras; os temas que trabalham; a contemplação da discussão sobre gênero, pensamento social, região/território e desenvolvimento. Toda análise qualitativa feita foi codificada no software NVIVO. Também foi criado um site para reunir projetos, mulheres e pesquisas desenvolvidas na área. Foram ao todo onze artigos e onze autoras utilizadas, todas participantes da Coleção das Antologias do Pensamento Social Crítico Latino Americano e Caribenhoda CLACSO. No que foi analisado, é perceptível que os temas mais trabalhados foram o de gênero e pensamento social. As autoras retratam a história da formação dos grupos feministas em momentos determinantes da história de seus países. Um exemplo seria a ditadura de Rafael Leónidas Tujillo (1930-1961), na República Dominicana, um dos motivos da queda do ditador foi o assassinato das irmãs Mirabal (Minerva, Patria e María Teresa) mais conhecidas como “Las Mariposas”, famosas pelo ativismo contra o governo ditatorial. Outro assunto bastante abordado é a história escravocrata e situação dos negros durante as ditaduras nos respectivos países. Algumas autoras mostram a luta da independência do Haiti, os embargos que sofreu por ser a única revolta feita por escravos e não sendo bem aceita pelos países europeus. Pela situação do país ser precária, existe uma grande taxa de haitianos imigrando pelos países caribenhos. Um forte nacionalismo é existente nessas nações, onde haitianos não têm direitos, como documentação e educação que são simplesmente negados a essa população nos países anfitriões. As produções dessas mulheres mostram como a luta histórica pelo espaço dentro de uma sociedade machista, patriarcal e branca é importante para o desenvolvimento social e cultural dos países do Caribe.

Palavras-Chave: Mulheres; Desenvolvimento Regional; América Latina

ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS PRUDENCIAIS, DISCIPLINARES E PUNITIVOS APLICADOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2008 a 2017

Carolina Just Bacha, UFSC, carol_bacha@hotmail.com
Helberte João França Almeida, UFSC, helberte.almeida@ufsc.br

Área Temática: Temas especiais

O sistema financeiro possui um papel relevante para o desenvolvimento de um país, ao desempenhar a função de intermediação financeira, o sistema de pagamentos da economia, e a oferta de ativos para diferentes perfis de risco. Contudo, em geral as instituições integrantes do sistema financeiro operam de forma muito alavancada, devido à capacidade que possuem de criar moeda. Aliado a isso, as maturidades entre os ativos e passivos dos bancos são diferentes, aumentando os riscos com os quais o sistema financeiro tem que conviver. Dentre esses riscos está o risco sistêmico, no qual a quebra de um banco pode causar externalidades negativas sobre instituições semelhantes, haja vista a perda de confiança dos agentes. Isso porque, essa desconfiança pode ocasionar corridas bancárias, as quais podem levar toda uma economia ao colapso. Para evitar tais situações, o Banco Central atua na regulação do Sistema Financeiro Nacional, tendo a sua disposição instrumentos que podem ser utilizados para evitar o alastramento de uma fragilidade em determinada instituição a todo o sistema, bem como mecanismos previstos em lei para prevenir a ocorrência das crises sistêmicas. O Banco Central dispõe, ainda, de instrumentos disciplinares e punitivos a serem utilizados contra instituições financeiras que descumpres as suas recomendações e normas legais. Logo, o presente trabalho analisará os históricos das penalidades aplicadas e das decisões proferidas nos últimos anos, bem como verificará quais são as instituições mais punidas. Serão observados, ainda, os tipos de processos (cambial, financeiro ou de fluxo de capitais) que mais ensejaram a aplicação de multas e o valor das mesmas no período de 2008 a 2017.

Palavras-Chave: Sistema Financeiro Nacional; Instrumentos prudenciais, disciplinares e punitivos; Regulação.

CONSTRUÇÃO DE UM INDICADOR SÍNTESE PARA O ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DO PRODUTO AGROPECUÁRIO DE SANTA CATARINA

Arlei Luiz Fachinello; UFSC; fachinello@hotmail.com

Área Temática: Temas especiais

Indicadores de atividade econômica são importantes para os governos, instituições financeiras, grupos empresariais entre outros, pois mostram uma fotografia dos movimentos econômicos recentes. A ausência de um indicador síntese do produto agropecuário catarinense motivou a pesquisa e levou aos resultados desse trabalho. Foram desenvolvidos indicadores de evolução de volume e preços da produção e uso de insumos da atividade agropecuária, permitindo evoluir o seu valor adicionado. Verificou-se grande aderência do indicador criado com o calculado e divulgado pelo IBGE para Santa Catarina. Além disso, o indicador desenvolvido permite acompanhar os movimentos da produção e renda agropecuária durante o ano corrente, sem a necessidade de esperar dois anos para a divulgação do indicador pelo IBGE. O indicador foi montado, partindo dos números de valor adicionado divulgados pelo IBGE para Santa Catarina, referente ao ano de 2010. A análise do indicador e os dados apresentados nesse trabalho são referentes aos anos de 2007 a 2017. O indicador de volume do valor adicionado mostra uma expansão de aproximadamente 16% entre 2007 e 2016 e de 30% entre 2007 e 2017. Há grande oscilação do ritmo de crescimento do produto agropecuário no período analisado. Observando por segmento, as lavouras cresceram entre 2007 e 2017 21,6%, a pecuária 44,3%, a Floresta 39,4% e a Pesca 100,2%. Para o período também se verificou a grande importância dos preços no crescimento do valor adicionado, chamando a atenção para essa variável na formação da renda agropecuária. Os resultados também apontam para um crescimento da pecuária no valor adicionado agropecuário, tomando espaço especialmente do setor florestal.

Palavras-chave: Agropecuária; Indicador; Produção.

CORRUPÇÃO E INSTITUIÇÕES: UMA ABORDAGEM COM MODELOS DE FRONTEIRA DE PRODUÇÃO ESTOCÁSTICA

Fernando Pozzobon; UDESC; fernando.pozzobon@udesc.br
Vinícius Melquíades de Sousa; UDESC; vinisousa04@gmail.com
Ana Paula Menezes Pereira; UDESC; ana.paula.menezes.pereira@gmail.com

Área Temática: Temas especiais

A teoria Novo Institucionalista define instituições como sendo as restrições que atuam sobre as interações entre pessoas, portanto, definindo os ganhos e perdas do engajamento em atividades econômicas. Não há uma concordância generalizada quanto como definir precisamente a corrupção, porém, é consenso que o fenômeno, na esfera econômica, trata-se da utilização do poder público para ganhos pessoais. O engajamento em atividades corruptas ocorre da mesma maneira que em outras atividades econômicas, isto é, através da avaliação dos ganhos e perdas do agente econômico envolvido. Desse modo, espera-se que os arranjos institucionais influenciem o nível de percepção de corrupção dos países por meio da definição dos ganhos e perdas de tais atividades. Com o intuito de analisar a hipótese de que menores níveis de corrupção estão relacionados a melhores arranjos institucionais, utilizou-se o método de fronteira estocástica para um conjunto de dados em painel, para uma amostra de 102 países, para o período de 2013 a 2017. Foram encontradas evidências de que países com melhores arranjos institucionais, especificamente, no ambiente político, no regulatório e no de negócios apresentam maiores níveis de percepção de corrupção. A partir do ranking de eficiência na utilização dos arranjos institucionais foram encontradas evidências de que países detentores de níveis mais altos de qualidade dos arranjos institucionais não apresentam ineficiência na utilização das instituições, no que concerne à obtenção de índices menores de percepção de corrupção. Enquanto que, alguns países, mesmo apresentando alto nível de corrupção, podem utilizar de forma eficiente os fracos indicadores institucionais que possuem.

Palavras-Chave: Instituições; corrupção; eficiência; fronteira estocástica;

CORRUPÇÃO GOVERNAMENTAL: ANÁLISE SOBRE OS ESTADOS BRASILEIROS E OS EFEITOS SOBRE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Maurício Canton; UNOCHAPECÓ; mc.canton@unochapeco.edu.br
Ibrahim Darwiche; UNOCHAPECÓ; ibrahim@unochapeco.edu.br
Cássia Heloisa Ternus; UNOCHAPECÓ; chternus@gmail.com
Cristian Rafael Pelizza; UNOCHAPECÓ; cpelizza@unochapeco.edu.br

Área Temática: Temas especiais

A corrupção pode ser vista tanto como um fenômeno comportamental do indivíduo, como um mecanismo de ação sistêmica. O presente trabalho tem como objetivo estimar o efeito da corrupção governamental sobre os indicadores socioeconômicos na esfera estadual no Brasil, por meio de acompanhamento do volume do Cadastro de Contas Julgadas Irregulares, pelo Tribunal de Contas da União, no período entre 2006 e 2015. Como procedimento metodológico, optou-se pela estimação de modelos econométricos com dados em painel. Para tanto, foram utilizados dados disponibilizados por órgãos governamentais como o Cadastro de Contas Julgadas Irregulares (per capita), gastos governamentais com saúde, educação, previdência social, segurança e encargos sociais, Produto Interno Bruto (PIB) e dummies temporais como variáveis explicadas. Em função do objetivo consistir em avaliar o impacto sobre indicadores socioeconômicos, utilizou-se como variáveis dependentes o Índice de Gini, mortalidade infantil per capita, homicídios per capita, escolaridade, resultando em quatro regressões. Como resultados, tem-se em média, ao longo dos anos, maior concentração de renda na região nordeste e no Distrito Federal. A média de anos de escolaridade apresentou maior defasagem nas regiões norte e nordeste. A maior média de homicídios foi registrada nas mesmas regiões onde a escolaridade a média de escolaridade foi menor, apenas com destaque diferenciado para o estado do Rio de Janeiro, que apresentou maior volume de homicídios da região sudeste. O maior nível médio de mortalidade infantil foi registrado na região norte. Evidenciou-se, também, que há determinada influência da corrupção sobre indicadores, seja de forma direta ou indireta, visto que as variáveis concentração de renda e mortalidade infantil sofrem influência da mesma.

Palavras-Chave: Corrupção; Indicadores Socioeconômicos; Dados em Painel.

DIMENSÕES DE EMPODERAMENTO DE MULHERES MÉDICAS DA SERRA CATARINENSE

Talita Granemann Mello; UNIPLAC, tali-31@outlook.com
Cristina Keiko Yamaguchi; UNIPLAC, criskyamaguchi@gmail.com
Stéfano Frizzo Stefenon, UNIPLAC, engeletrica@uniplaclages.edu.br

Área Temática: Temas especiais

Até a década de 1960, a medicina no Brasil era exercida majoritariamente por homens. Foi somente a partir da década de 1970 que as faculdades de Medicina passaram a ser um espaço de maior circulação das mulheres, aumentando gradativamente ao longo das décadas de 1980 e 1990 e mais aceleradamente na primeira década do século XXI. Entretanto, nas últimas décadas, tem se rompido o hiato de gênero que durante séculos, cerceou a entrada das mulheres na profissão médica. De uma profissão basicamente dominada pelos homens, a medicina passa a ser uma profissão onde a maioria dos novos médicos licenciados são mulheres. Nesse contexto, essa pesquisa objetivou compreender o nível de empoderamento das médicas que atuam na serra catarinense. Os procedimentos metodológicos adotados foram: pesquisa descritiva, estudo de caso, com abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada com 15 médicas que atuam na serra catarinense. Foi utilizado um questionário com roteiro semiestruturado, contemplando as dimensões de empoderamento individual, relacional e coletiva. Buscou-se conhecer os principais desafios enfrentados pela mulher na área da saúde, visto que a mulher começa a atuar em diferentes espaços na sociedade, gerando repercussão na organização e dinâmica do trabalho. Os resultados apontam que houve destaque para a dimensão individual e relacional, visto que, as entrevistadas apontaram fortemente os seguintes objetivos: (1) ser referência na área de atuação; (2) ser reconhecida pelo trabalho que executa, (3) ser ética e útil para a sociedade; (4) alcançar novos patamares na carreira; (5) ter muitos pacientes; (6) ter poder de aquisição de bens materiais; (7) descobrir o seu propósito na vida dentro da profissão e evoluir como ser humano; (8) ocupar cargos importantes; (9) trabalhar no que ama. Os resultados mostram que a atuação na docência no ensino superior contribui para melhorar o seu empoderamento, quando seis médicas afirmam que se sentem referência pelo seu exemplo profissional para futuras médicas.

Palavras-Chave: Empoderamento feminino; medicina; mercado de trabalho.

ECOLÓGICOS, CONSCIENTES OU CONTROLADOS? COMPREENSÃO E PRÁTICAS DO CONSUMIDOR

Josiele Alves Veloso, UnC, josiele_velozo@hotmail.com

Ana Paula Della Giustina, UnC, anapaula.dg@unc.br

Debora Aparecida Almeida, UnC, deboraalmeida@unc.br

Área Temática: Temas especiais

O consumo vem sendo apontado por muitos, como sinônimo de destruição de recursos e como causa primária do desequilíbrio do clima terrestre, de forma que a redução de seus níveis, em caráter global é colocada como condição inequívoca para a continuidade da vida no planeta. Diante deste contexto surge um grupo de consumidores preocupados com o efeito de suas compras no mundo exterior. O presente estudo busca analisar como o consumo consciente é compreendido e praticado pelos consumidores na cidade de Curitiba-SC, identificando o nível de conscientização ambiental dos mesmos, acerca das consequências adversas dos seus atos. Inicialmente realizou-se um estudo bibliográfico e na sequência foi realizada uma pesquisa de campo. Como base para o estudo da pesquisa realizada, foi aplicado um questionário online, disponibilizado por meio de e-mail e mídias sociais, o qual foi respondido voluntária e aleatoriamente por 51 pessoas. A partir das análises apresentadas, o objetivo de pesquisa foi alcançado contribuindo assim com o avanço nas discussões sobre a temática. Percebe-se que muitos praticam diversas atividades sustentáveis, se preocupam, ou pelo menos, concordam com elas. Porém, uma parcela ainda precisa se conscientizar dos impactos causados por certas atitudes que realizam e que poderiam ser evitadas ou amenizadas, contribuindo assim com o meio ambiente em que vivem. Com base na discussão feita neste trabalho, sugere-se que instituições, governos ou mesmo empresas preocupadas com sustentabilidade e impactos sócio-ambientais do consumo, invistam mais na disponibilização de informações para o público. Isto significa informação de fácil acesso e fácil entendimento.

Palavras-Chave: Sustentabilidade; Consumo consciente; Comportamento do consumidor

EMPREENDEDORISMO FEMININO: CARACTERÍSTICAS DAS GESTORAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA DE SANTA CATARINA

Márcia Tibes de Moraes, UnC, marcinha_tibes@hotmail.com

Ana Paula Della Giustina, UnC, anapaula.dg@unc.br

Debora Aparecida Almeida, UnC, deboraalmeida@unc.br

Área Temática: Temas especiais

A nova tônica que permeia os estudos de empreendedorismo volta-se para o empreendedorismo feminino. As mulheres têm adquirido posições de destaque na economia e nos negócios e detém, atualmente, uma fatia importante dos empreendimentos em muitos países. Este fato estimula à realização de pesquisas sobre diferentes aspectos, nesta temática. Assim, estudaram-se as mulheres gestoras em uma Instituição de Ensino Superior (IES), privada de Santa Catarina. A pesquisa foi exploratória, com método qualitativo, realizada por meio de questionário online, sendo respondida por 11 das 17 gestoras desta IES, tendo como objetivo principal, identificar as características pessoais, profissionais e empreendedoras das gestoras, assim como seus entendimentos acerca do empreendedorismo no âmbito da IES. Após a análise dos dados da pesquisa, conclui-se que as mulheres estão ganhando mais espaço nas IES, em cargos de gestão. Os resultados mostram que estas gestoras caracterizam-se, em sua maioria, como mulheres com mais de 40 anos, tituladas como mestres e/ou doutoras, possuindo mais de 6 anos de trabalho na instituição, tendo como área de formação principal as Ciências Sociais Aplicadas e a Educação. As gestoras consideram necessário para ser uma gestora, principalmente, a educação continuada e a busca constante de informação e de conhecimento. Nos últimos anos, as mulheres vem conquistando uma posição de destaque no mundo corporativo, mostrando sua força e capacidade de liderança e ganhando espaço no mercado de trabalho, investindo em educação e aperfeiçoando sua carreira profissional, acreditando em si adquirindo independência financeira e pessoal, buscando o resgate do autoconhecimento, autoestima e autoconfiança. A mulher aprendeu a usar seus potenciais, perceber as oportunidades, tomar decisões, sabendo lidar com situações adversas, e buscar sempre melhorar. Esta pesquisa torna-se relevante na medida em que colabora para a produção de conhecimento sobre gênero e empreendedorismo, em um ambiente intraempreendedor de uma IES.

Palavras-Chave: Empreendedorismo; Mulheres; Gestão

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO HUMANO SOB PERSPECTIVAS DE RISCO

Leonardo de Paula, UNOCHAPECÓ, leonardo.paula@unochapeco.edu.br
Karine Lúcia Foppa, UNOCHAPECÓ, karine.f@unochapeco.edu.br
Samara Carla Dellazzari, UNOCHAPECÓ, samara.dellazzari@unochapeco.edu.br
Cássia Heloisa Ternus, UNOCHAPECÓ, chternus@gmail.com

Área Temática: Temas especiais

O processo de evolução no mercado financeiro exigiu que as teorias utilizadas para o explicar também evoluíssem. Para tanto, a ideia de que os investidores tomam decisões racionais, como previa a teoria sobre finanças tradicionais, deixa de ser amplamente aceita a partir dos anos 1960. Neste sentido, estudos desenvolvidos desde então apontam que, muitas vezes, os indivíduos apresentam racionalidade limitada quando expostos ao processo de tomada de decisão. O objetivo deste trabalho consiste em analisar se há diferenças significativas nas escolhas envolvendo risco por parte de acadêmicos da área de negócios, verificando, ainda, se há distinção quando segmentada a amostra por gênero, perfil de investimento (autodeclarado) e período da graduação. Por abordar o posicionamento frente ao risco, o presente estudo fez uso das finanças comportamentais, optando-se por replicar o questionário do trabalho seminal de Kahneman e Tversky (1979), em uma amostra que possui maior familiaridade com o mercado financeiro, assumindo a hipótese que esta familiaridade, poderia resultar em um maior controle emocional nas decisões. Deste modo, a amostra foi composta por acadêmicos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de uma instituição de ensino superior da cidade de Chapecó-SC. Os dados foram coletados por meio de questionários, utilizou-se estatística descritiva como ferramenta para a análise, e o teste qui-quadrado para verificação da significância estatística. Os resultados encontrados revelaram maior presença do público feminino e do perfil conservador em escolhas mais avessas ao risco, e em decisões mais arriscadas o público masculino e perfil arrojado tiveram resultados mais expressivos. Quanto ao período da graduação, os resultados não se mostraram estatisticamente significativos, tendo estes pouca relevância no que foi observado ao longo da amostra.

Palavras-Chave: Finanças comportamentais; Escolhas; Área de negócios.

GOVERNANÇA NAS UNIVERSIDADES: CENÁRIO DAS PUBLICAÇÕES NACIONAIS

Anderson Correa Benfatto, UNESC, andersonbenfatto@gmail.com

Área Temática: Temas especiais

A Governança não é um movimento que se inicia do acaso na história das organizações, tem suas origens bem definidas e profundas motivações para seu desenvolvimento na economia globalizada. Fundamentadas em pilares sociais, ambientais e econômicas suas evoluções estão ligadas alternâncias do sistema capitalista no decorrer da história econômica. Tal situação se dá pelo aumento significativo das organizações, esse evento levou que os executivos fossem contratados para gerenciar essas organizações, contudo os mesmos tem a possibilidade de tomar decisões para alcançar benefícios próprio, diferente da razão pela qual foram originalmente contratados, que é maximizar os lucros dos acionistas, ocasionado assim o conflito de interesses. É necessário trazer a luz da história da educação superior no Brasil, para entender a resistência que algumas instituições têm em aprimorar e profissionalizar sua gestão. Existe um preconceito em relação à mercantilização das universidades, por se tratar de educação se tem a ideia de filantropia, somado a essa visão se tem o conceito que é dever do Estado ofertar a educação, se tem assim a ideia que as universidades são diferentes das demais organizações inseridas no mercado. Porém as universidades têm se tornado organizações cada vez mais complexas, e nem sempre conseguem conciliar sua atividade fim com sua gestão, uma vez que seu modelo de gestão ainda é centralizado, todavia esse modelo é inconciliável com a realidade de mercado atual e exige profundas mudanças e transformações de estruturas organizacionais tendo em vista que estão contextualizadas em um cenário competitivo, obrigando a essas instituições a buscar meios para potencializar sua gestão. Diante desse cenário se levanta a seguinte questão de pesquisa: qual cenário de estudos com a temática da governança nas universidades no âmbito nacionais? Para tanto o presente estudo tem como objetivo efetuar levantamento bibliográfico sobre a temática no âmbito nacional; e caracterizar o perfil das publicações encontradas. Neste contexto o presente estudo caracteriza-se quanto à interdisciplinar, classificado como documental e bibliográfico com abordagem de pesquisa qualitativo com objetivo de pesquisa descritivo. Cabe ressaltar que o presente estudo é integrante de pesquisa da disciplina de Governança nas Organizações do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). A amostragem se deu por meio da base de dados SPEEL, considerando que a mesma é nacional. Foram utilizadas as palavras-chaves universidade, governança, university e governance, onde encontrou-se 27 estudos. Após retirada dos artigos repetidos, a amostragem foi composta por 21 artigos. Os mesmos demonstraram que o autor Henrique César Melo Ribeiro dispõe do maior número de publicações, com 3 artigos publicados. Os anos de 2015 e 2014 apresentam o maior número de pesquisas, com 3 artigos cada um. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Nove de Julho (UNINOVE) são responsáveis por 7 artigos, assim como a revista Contabilidade, Gestão e Governança, que publicou 5 artigos. Em relação aos resultados, fica claro que a temática é pouco estudada, ficando como limitação de estudo a ausência de outras bases de dados e como sugestão estudos abrangendo literatura internacional.

Palavras-Chave: Governança nas universidades; gestão universitária; levantamento bibliográfico.

NEUROECONOMIA: PERSPECTIVA HISTÓRICA, PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E INTERPRETAÇÕES PARA A TEORIA ECONÔMICA

Max Cardoso de Resende, UFSC, max.resende@ufsc.br
Dinorá Baldo de Faveri, UDESC, dinora.faveri@udesc.br

Área Temática: Temas especiais

Este artigo faz um levantamento da literatura existente sobre neuroeconomia, a partir de uma perspectiva histórica, apresentando as principais contribuições e interpretações para a teoria econômica. O interesse em desvendar o comportamento econômico do indivíduo tem prosperado rapidamente nas últimas décadas. As discussões entre pesquisadores e suas descobertas resultam em contribuições relevantes para o avanço e consolidação da neuroeconomia. As descobertas da neuroeconomia permitem indagar a abordagem tradicional da aversão ao risco, preferência temporal e altruísmo e com o auxílio de técnicas de medição de atividade cerebral, tais como Tomografia por emissão de Pósitrons (PET), Ressonância magnética funcional (fMRI) e Eletroencefalograma (EEG) investigar as partes do cérebro que são ativadas quando os indivíduos estão resolvendo problemas ou tomando decisão. Entre as principais contribuições, destacam-se: (i) a premissa de utilidade direta dada do dinheiro, contrário ao suposto pela economia clássica, ao mostrar que os efeitos dos neurotransmissores (hormônios) liberados pelo sistema nervoso central são ativados por uma grande variedade de elementos reforçadores, como rostos de pessoas atraentes, desenhos, carros esportivos, cocaína e dinheiro em espécie; (ii) o processo de tomada de decisão é na verdade uma questão de entendimento de comportamento e que requer o conhecimento de como o corpo e o cérebro respondem e usam informação sobre incerteza, e; (iii) em teoria dos jogos de cooperação estratégica, que mostrou que agentes que mais cooperam entre si apresentam uma maior ativação da área do córtex pré-frontal e do sistema límbico (responsável pelas emoções) e que em um jogo de ultimato, ofertas muito injustas existe um conflito entre o desejo de aceitar o prêmio por causa da recompensa planejada (córtex pré-frontal) e de não gostar da injustiça percebida (Insula). Embora a neuroeconomia seja um campo de estudo relativamente novo e ainda tenha inúmeras barreiras conceituais a resolver, suas contribuições se enaltecem pelo fato de fornecer novas formas de analisar o processo decisório, e assim ajudar a teoria econômica no entendimento mais aprofundado no que diz respeito ao comportamento dos agentes econômicos quanto às suas escolhas.

Palavras-Chave: Neuroeconomia; Escolha do consumidor; Tomada de decisão.

PROCESSO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES QUE ATUAM EM CARGOS POLÍTICO-ELETIVOS NO SUL DE SANTA CATARINA

Priscila Machado Zanela, UNESC, titazanella@hotmail.com
Cristina Keiko Yamaguchi, UNIPLAC, criskyamaguchi@gmail.com
Gisele Silveira Coelho Lopes, UNESC, giselelopes@unesc.net

Área Temática: Temas especiais

O empoderamento trata-se de um processo que faz com que os indivíduos utilizem suas habilidades e conhecimentos para atuar nas tomadas de decisões com autonomia, autoridade e responsabilidade, buscando potencializar as pessoas e compreender a capacidade individual e coletiva de sua asserção para tomadas decisões, nos diversos níveis da sociedade. Nesse contexto, esse estudo teve como objetivo compreender como ocorre o processo de empoderamento das mulheres que ocupam cargos político-eletivos no sul do estado de Santa Catarina. Para tanto, investigou-se as narrativas sob a ótica das dimensões individual, relacional e coletiva do empoderamento feminino. Quanto a metodologia, esse estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada com oito mulheres que ocupam cargos no legislativo e executivo em municípios no sul de Santa Catarina. Os resultados revelam que as entrevistadas se deparam com um conjunto de desafios impostos pelo conjunto político-partidário e sociedade que afrontam sua movimentação e autonomia política. A análise dos resultados também descreveu os elementos basilares que permitiram a ocorrência do processo de empoderamento nos níveis individual, relacional e coletivo, por meio de ações em que as mulheres modificaram o direcionamento das ações que lhes diz respeito, perpassando por todos os envolvimento que influenciaram a construção do empoderamento no nível relacional, e por fim, a ocorrência de transformações na sociedade na qual está inserida. Nesse processo de empoderamento, são imprescindíveis a busca pela autonomia, autoconfiança e independência, com uma abordagem mais agressiva em sua conduta e sempre buscar novos conhecimentos na área. Exigirá um equilíbrio emocional e racional constante, necessitando se impor constantemente para que sua voz seja ouvida, para que tenha sua posição reconhecida, para que consiga ter visibilidade e exercer seu cargo.

Palavras-Chave: Empoderamento feminino; mulheres políticas; conhecimento.

PUBLICAÇÕES RECENTES SOBRE UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: REVISÃO DO TRIÊNIO 2015-2018 A PARTIR DE UMA BASE DE DADOS

Anderson Correa Benfatto, UNESC, andersonbenfatto@gmail.com
Miguelangelo Gianezini, UNESC, miguelangelo@unesc.net

Área Temática: Temas especiais

As Instituições de Educação Superior (IES) têm origens e modelos distintos ao longo da história. E o surgimento de Universidades está associado às demandas e aspirações sociais, culturais e econômicas da cada época. Na contemporaneidade, essas instituições formam milhões de profissionais em todo o mundo, contribuindo no desenvolvimento de uma localidade, região ou nação. E para que ocorra o desenvolvimento é necessário aumento produtivo acompanhado de empregabilidade, com intuito de gerar bem-estar e suprir as necessidades sociais. Cabe ressaltar que o presente estudo é integrante de pesquisa maior que subsidia dissertação de mestrado na área de Desenvolvimento Socioeconômico e que tem como tema norteador as “universidades comunitárias” do estado brasileiro de Santa Catarina. A ausência do Estado e do poder público foi o principal motivo pelo surgimento das instituições comunitárias de educação superior (ICES), a sociedade civil se organiza com intuito de suprir essa necessidade da oferta, latente em regiões no interior do Brasil. Diante desse contexto foi levantada a seguinte questão de pesquisa: Como esse fenômeno tem se refletido nos estudos acadêmicos recentes? Qual cenário de publicações com a temática “universidade e desenvolvimento” no âmbito nacional? Para tanto o presente estudo teve por objetivo efetuar levantamento bibliográfico sobre a temática em uma base de dados nacional e por seguinte, caracterizar o perfil das publicações encontradas no último triênio (2015-2018). O presente estudo interdisciplinar é classificado como documental e bibliográfico com abordagem de pesquisa qualitativa e objetivo de pesquisa descritiva. A pesquisa foi realizada na base de dados Scientific Periodicals Electronic Library SPELL® no dia 22 de setembro de 2018, tendo sido selecionados apenas artigos acadêmicos nos períodos de setembro de 2015 a setembro de 2018. A escolha se justifica, uma vez que a pesquisa teve como objetivo principal realizar levantamento dos artigos publicados em âmbito nacional, por se tratar de uma base de dados de estudos acadêmicos e tem como um dos seus objetivos proporcionar visibilidade à produção científica, em periódicos editados no Brasil. Foram encontrados 108 artigos, dos quais 37 eram repetidos e foram descartados, totalizando a busca em 71 artigos analisados. Foram encontrados os seguintes resultados; instituição com maior número de publicação foi a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em relação aos periódicos com maior número de artigos foram a Revista de Administração da UFSM e a Revista de Administração IMED, os autores que mais apresentaram publicações foram Dannyela Lemos e Silvio Cario. Tais estudos apontam que as universidades, por meio da parceria com empresas e setores públicos da sociedade, vêm gerando desenvolvimento, com suas contribuições como instituição geradora de conhecimento e pela aplicação do mesmo com seu trabalho de extensão social.

Palavras-Chave: Desenvolvimento socioeconômico; Instituições de Educação Superior; levantamento bibliográfico.